

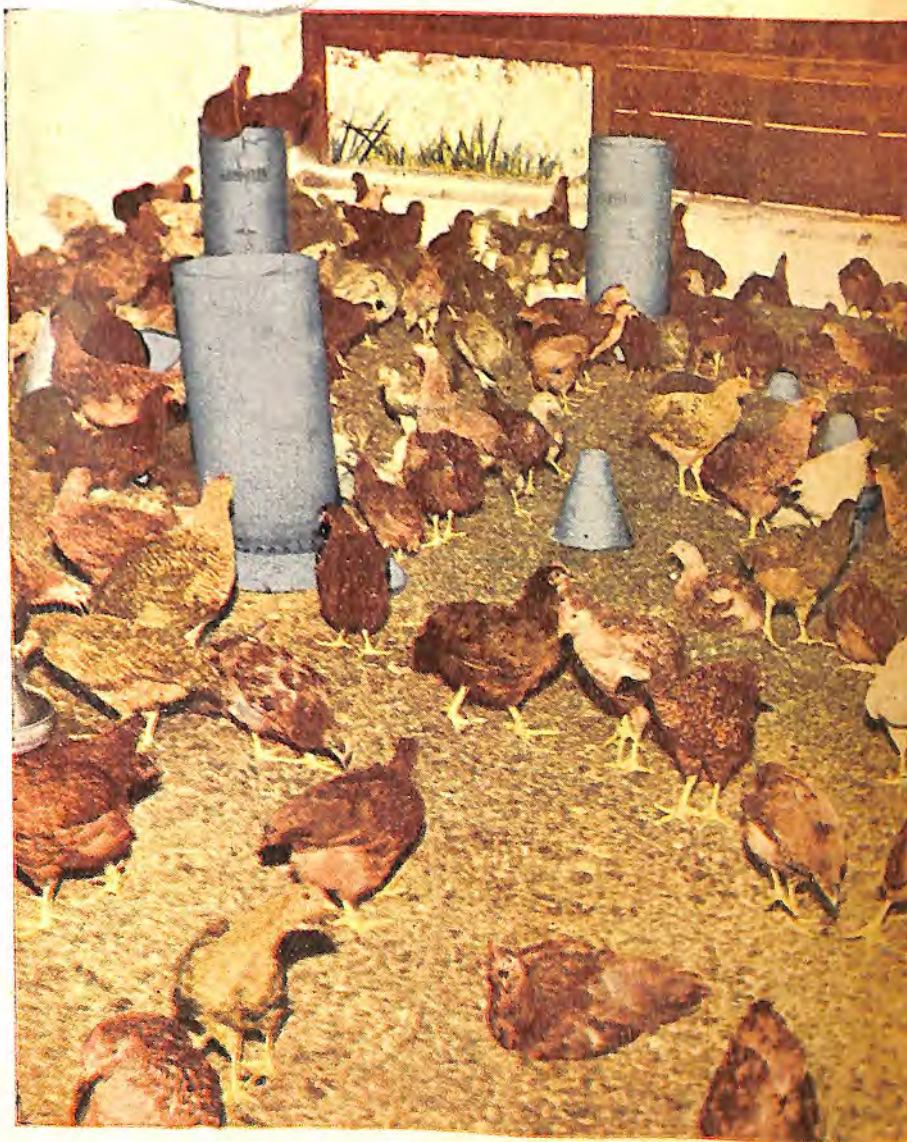
ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

ANO LXIX

NOVEMBRO - DEZEMBRO 1966

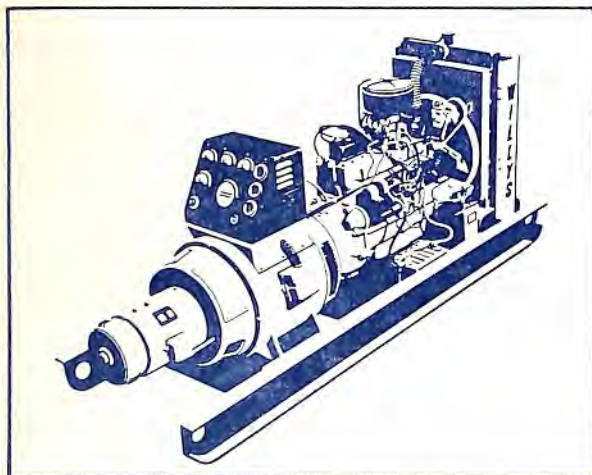


Escola de Horticultura "Wen-
ceslão Bello". Projeto de fran-
gos de corte GOB — 103



**Não ria daquele
seu vizinho
só porque ele
ainda não
descobriu
como você conseguiu
aumentar a produção.
Afinal,
ele também pode
estar lendo
êste anúncio.**

© Willys-Overland 05-1335-17E



Se ele estiver lendo, ficará sabendo que você possui um Grupo Gerador Willys ou Gordini.

E que o Grupo Gerador Willys ou Gordini influi diretamente no aumento da produção, porque resolve qualquer problema de fornecimento de energia elétrica. Dai, se ele resolver continuar lendo, acabará descobrindo que os Grupos Geradores Gordini podem ser monofásicos ou trifásicos de 5 e 12,5 KVA e os Willys, trifásicos de 25 ou 40 KVA. Têm peso e dimensões reduzidos; dispensam ajustes especiais; e vêm equipados com os exclusivos geradores de corrente alternada. Então, se ele for mesmo esperto, acabará comprando um, só para rir de você também.

WILLYS-OVERLAND

Divisão de Produtos Especiais - Taubaté



São Paulo - Rua Major Sertório, 92 - 5.º andar - Tel.: 36-8598
R. Janeiro - R. Sen. Dantas, 80 - 9.º andar - Tels.: 22-5080 - 32-6582

Desejando obter maiores informações referentes aos Grupos Geradores Willys ou Gordini, remeta sua carta para Willys-Overland do Brasil S.A. Divisão de Produtos Especiais - Taubaté - Caixa Postal 138/139 e receba também, grátis, a coletânea de Mapas Turísticos Willys.

ÍNDICE

Produtor — Consumidor	2
Eng. Ildefonso Simões Lopes — As Comemorações do seu Centenário	5
Poda de Árvores Frutíferas	16
Reminiscências — II — Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura — Luiz Marques Poliano	17
Cultura do Quiabo o ano todo — José Cordeiro ...	18
Estado da Agricultura	20
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — En- cerramento do ano letivo de 1966	24
O INDA e a Educação Rural	28
Situação Nacional da Produção e Consumo do Feijão (de 1920 a 1964) — Julio Cezar Covello	32
Um Cálculo Interessante — Adalberto Serra	41
Importantes Contribuições ao Fitossanitarismo no País — Geraldo Goulart da Silveira	42
Criação de Marrecos — Pimentel Gomes	45
Galinha D'Angola — Márcio Infante Vieira	46
Instantâneos de gente da roça — O Código — Dona Carminha	47
Quando Vender os Novilhos — Oscar L. Osório Rheingantz	48
Legislação Agrícola	53

Nossa Capa: Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" —
Curso de Treinamento Agrícola. Projeto de frangos de
córte GOB-103

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em
circulação no Brasil e órgão ofi-
cial da Sociedade Nacional de
Agricultura

ANO LXIX

Novembro - Dezembro 1966

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo

LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável
e Redator-Secretário

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

Eng. Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng. Agrônomo GERALDO
GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:
AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-3.ª — GB

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem
a Sociedade Nacional de Agri-
cultura são responsáveis pelos
conceitos emitidos em artigos
assinados.

PRODUTOR

O responsável pelo órgão federal do abastecimento e preços, em declarações à imprensa, afirmou que "não aceita o sacrifício do consumidor em favor do produtor".

Ora, aí está uma sentença que carece de análise para que se sinta a exata posição de certos setores do govêrno neste importante problema, hoje crucial da vida brasileira, qual o do preço dos produtos alimentares no mercado interno.

O que vem, afinal, a ser consumidor, e o que se entende por produtor? Lèxicamente, consumidor é o que consome, sendo produtor o que produz.

Quer parecer-nos que as duas expressões, no caso não estão bem aplicadas, não representam com fidelidade o que fêz o leitor deduzir de suas declarações o titular do tabelamento de gêneros essenciais.

Vamos pôr as coisas no seu devido lugar: onde se lê produtor, leia-se rurícola, agricultor; e onde se diz consumidor, diga-se: homem urbano, cidadão.

É sôbre o primeiro que se pretende descarregar tôdas as culpas pelas dificuldades indisfarçáveis em que o povo se debate nesta hora de preços ascendentes, sempre acima das possibilidades de quem precisa comer para viver.

Mas essas dificuldades atingem a todos, ao povo em geral. E o agricultor também é povo, pois o produtor que colhe arroz, feijão, ou milho não pode dispensar outros artigos de subsistência, da mesma forma que o pecuarista do boi de carne ou de leite, além de alimentos, usa tôda a variada gama de utilidades que entra no gasto cotidiano de qualquer família e, além disso, no da sua atividade. No campo ninguém é nem pode ser autosuficiente em matéria de provisões de bôca.

O profissional da agropecuária depende pois de outros produtores da sua própria categoria, e, por cima disto, dos comerciantes e dos industriais, raramente atingidos pelos tabelamentos. Aí está uma diferença que queremos deixar livre daquela confusão, assinalada de início.

CONSUMIDOR

Já o cidadão, que pode ser comerciante ou industrial, ou se dedica, no centro urbano a outras atividades, exige do campo tudo o de que necessita para alimentar-se.

Aquele indefinição, portanto, da palavra produtor, é um tanto forçada, porque todos são, afinal, consumidores. É assim indispensável pôr-se um paradeiro neste mau veso de ligar o agricultor, aquele que fornece a alimentação do povo, que supre de matérias primas a indústria, e ainda concorre com a maior parcela para o nosso comércio exterior, às causas do encarecimento dos alimentos essenciais.

O que está, e de há muito tempo, a exigir o nosso problema alimentar é encerrar o poder público a atividade dos que fruem do trabalho do agropecuarista lucros exorbitantes. São intocáveis o intermediário e o açambarcador na sua nefasta atividade, parasitando tanto aquele que produz quanto o que consome.

Aproveita-se ele da fraqueza oficial na comercialização dos produtos da terra, na deficiência da estocagem, nas dificuldades de transporte, na tirania fiscal, na falha das estatísticas, o que tudo afinal lhe é favorável, gerando a insuportável situação contra a qual todos clamam.

Admitem hoje autoridades do governo que o país, como solução do problema do abastecimento interno, deva até impactar na entressafra, como na realidade está acontecendo, quando o sensato, o mais simples, seria a adoção de providências tendentes a estimular a produção, a avaliar com razoável exatidão o volume das safras, a zonear os produtos agrícolas por todo o Brasil, a criar armazéns reguladores e a estocar a produção, encurtando também o mais possível o transporte, cuidando, enfim, com seriedade e definitivamente do problema da comercialização.

O que é profundamente injusto é voltarem-se os responsáveis pelo abastecimento — na preocupação de agradar ao homem da cidade — contra o homem do campo, no afã de justificar as suas falhas, porque o que se faz com isto é estimular o abandono das lavouras e o super-povoamento dos centros urbanos, aumentando as aflições de todos.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

1.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— EDGARD TEIXEIRA LEITE
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— GERALDO GOULART DA SILVEIRA
— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
FLÁVIO DA COSTA BRITTO

LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAU BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — THEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Armenio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de M. Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
— Fábio Luz Filho
— Mário Pentead de Faria e Silva
— Francisco de Assis Iglésias
— Honório Monteiro Filho
— José Carlos de Macedo Soares
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lezzarini Peckoit
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Fróes Atreu
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

Engenheiro
Ildefonso
Simões
Lopes

As
Comemorações
do
Seu
Centenário



Começaram a 17 de novembro as comemorações do centenário do nascimento do Eng.^o Ildefonso Simões Lopes, com a realização da sessão magna no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura — que tomou o seu nome — à qual compareceram numerosas autoridades: civis e militares, ruralistas, antigos colaboradores do ilustre varão, parlamentares e membros da Família.

O salão nobre da Sociedade Nacional de Agricultura não pôde conter o elevado número de presentes, notando-se entre eles Ministros de Estado, representantes de entidades de classes, de órgãos públicos e privados, e de inúmeros amigos do saudoso antigo Ministro da Agricultura.

A mesa, além do Dr. Lingard Muller Paiva, que a presidiu na qualidade de representante do Ministro Severo Gomes, da Agricultura, sentaram-se o Dr. João Gonçalves de Souza, Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais; o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Iris Meinberg; o Dr. Antônio Moreira Couceiro, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas; os Drs. Luiz Simões Lopes e Alvaro Simões Lopes, ambos filhos do homenageado, o primeiro dos quais Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; o Dr. Joaquim Bertino, representante do Clube de Engenharia; o Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Dr. Domingos Abbés; o representante dos Presidentes da Petrobrás e do Banco do Brasil, respectivamente Drs. Geraldo Nunan e Cídio Silveira Carneiro; do Prof. Paulo Dacorso Filho, Reitor da Universidade Rural; do Dr. Mariano Zatore, Diretor do Colégio Agrícola Simões Lopes.

Abindo os trabalhos, o Dr. Lingard Muller Paiva, convidou a menina Regina Clara, filha do Dr. Simões Lopes e neta do homenageado para descerrar seu retrato a óleo, o que fez sob imensa salva de palmas.

A seguir, usou da palavra o Dr. Iris Meinberg, presidente da Confederação Nacional da Agricultura que pronunciou o seguinte discurso:



Discursa o Sr. Iris Meinberg,
Presidente da C. N. A.

"Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Representante de S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, Senhor Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Senhores Diretores e Representantes de Entidades Rurais,

Minhas Senhoras,
Senhores.

Felizes as nações que sabem reverenciar os cidadãos de mérito excepcional, porque somente assim se impõem ao respeito dos povos. Ignorar e minimizar os grandes vultos, ou negligenciar no culto devido aos que se agigantaram ao serviço da coletividade — é crime cívico pela omissão e pelo malbaratamento de convincentes exemplos para convocar as novas gerações às jornadas que levam às vitórias do futuro.

A Classe Rural — em que se acrisolam os puros sentimentos dos brasileiros identificados no amor à terra e no sadio eflúvio que as lides agrícolas incutem nos corações não pode ser acimada de ingrata ou esquecida, e esplêndido testemunho dessa grandeza d'alma aqui temos nesta Sessão Solene, em que se congregam representantes da agricultura e da pecuária para evocar a figura de um de seus homens mais representativos — Ildefonso Simões Lopes.

Se o Brasil teve em Ildefonso Simões Lopes uma exponência política e social — como homem público de excepcional

relêvo — encontrou nêle a Agricultura muito mais: o espírito tutelar, a dedicação impar, a previsão do futuro, a acuidade para sentir e dizer, e — mais do que tudo — o dom magnífico de convocar, de unir, de galvanizar inteligências e corações para os grandes movimentos de renovação nacional.

A Confederação Nacional da Agricultura em que culminam na atualidade as contribuições decisivas da Sociedade Nacional de Agricultura e da antiga Confederação Rural Brasileira, participa desta solenidade com verdadeira ufania, ao cumprir o dever de evocar e exaltar um dos mais altos valores da vida rural do país, porque a Ildefonso Simões Lopes ninguém excedeu em devotamento, ninguém sobrepujou em capacidade realizadora e poucos, bem poucos, com êle se nivelaram na valia dos serviços prestados.

Bem haja, portanto, a missão evocativa desta solenidade, tão grata na exaltação da vida e da obra de quem sempre soube colocar acima de tudo o amor à Pátria traduzindo-o não em ufanismos primários ou pieguices nativistas, mas sim em coragem empreendedora, em capacidade de denunciar e corrigir distorções econômicas ou sociais, em altivez para alterar os governos, convocando-os ao exercício amplo de suas atribuições vinculadas ao bem-estar social, em patriotismo clarividente para identificar os bons exemplos de outros países, es-

forçando-se por bem incorporá-los à infra estrutura nacional.

Abolicionista e Republicano

— Nascido a 19 de novembro de 1866, em Pelotas, no seu tão amado Rio Grande do Sul, desde cedo se positivou sua predileção aos grandes acontecimentos e, aos poucos, delinearam-se suas credenciais de cultura e de civismo para intensa e gloriosa participação na vida política brasileira.

O herdeiro dos Viscondes da Graça, após seus estudos no Colégio Abílio e sua formatura como Engenheiro Civil, em 1890, tinha todos os condicionamentos para persistir no conservantismo, mas, bem ao contrário, seu coração e sua inteligência desde cedo voltaram-se para os novos ideais e para as novas diretrizes — e ei-lo entre os fundadores do Clube Abolicionista Sulriograndense, do Clube Republicano Riograndense e, ainda, na presidência do Centro Republicano da Escola Politécnica, onde sua atuação foi das mais destacadas, bem como na imprensa e na tribuna popular, em que logo galgou a posição de relêvo.

Não foi apenas um pregoeiro da libertação dos escravos e da República, porque sua personalidade o induzia à ação, como bem patenteou a 15 de novembro e, principalmente, a 18 de dezembro de 1889, quando participou da retomada do 2.º Regimento em São Cristóvão, revoltado contra a novel República, evidenciando desse modo Ildefonso Simões Lopes a profundidade de suas convicções.

Impossível focalizar amplamente todas as atividades da vida desse glorioso brasileiro. Respinguemos, portanto, apenas alguns fatos, antes de vê-lo assumir a pasta da Agricultura.

Depois de diplomado, tendo recusado empregos públicos que lhe foram oferecidos pelo Marechal Deodoro da Fonseca, seu grande amigo e padrinho de casamento, foi exercer a sua profissão nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, na construção da Estrada de Ferro Sorocabana, Muzambinho, em Minas e Mogiana em São Paulo, linha da Ressaça a Santos.

Trabalhou, depois, como engenheiro nas Obras Públicas do Estado do Rio, na presidência do Dr. José Thomaz da Porciúncula, como seu auxiliar de confiança. Regressando ao seu Estado natal, logo depois, foi



Auditério da Sociedade Nacional de Agricultura completamente lotado durante a sessão comemorativa do centenário de Ildefonso Simões Lopes.

diretor do abastecimento de águas da cidade de Pelotas, membro de diretorias de diversas associações locais, entre elas mermomo e provedor da Santa Casa de Misericórdia e do Tiro de Guerra de 31, cujo polígono foi seu projeto e execução, e, ao mesmo tempo, deputado à Assembléia Estadual, durante 8 anos.

Focalizemos, em simples referências sem profundidade — porque polimorfa foi a presença de Ildefonso Simões Lopes na vida brasileira — algumas outras atividades do ilustre Engenheiro. Como diretor da Companhia Hidráulica Pelotense fez grandes reformas nos serviços e executou, pela primeira vez no Brasil, a desobstrução dos condutos de água por um processo novo usado na Inglaterra.

Como parlamentar, pertenceu, na Câmara, às comissões de Agricultura, Viação e Obras Públicas, sendo relator de várias comissões mistas especiais, como as do Carvão, Petróleo etc. Apresentou, na respectiva comissão, um projeto sobre carvão pulverizado, indicando ao Governo o seu uso, tendo sido o assunto encaminhado para estudo à presidência Wenceslau Braz pelo engenheiro Assis Ribeiro.

É de sua autoria o primeiro projeto sobre a importação de adubos minerais para o país.

Entre outros muitos projetos que apresentou, na Câmara Federal, destacam-se os sobre si-

derurgia, legislação sobre minas, demarcação das fronteiras terrestres e marítimas por processos expeditos e comissões mistas de Militares e Civis, especializados em mineralogia, botânica etc.

Líder Ruralista — Ildefonso Simões Lopes — e esse talvez seja um dos seus títulos mais gloriosos — foi líder rural incontestado. Doador de alto espírito associativo, propugnou sempre pelo desenvolvimento do gregarismo e suas campanhas frutificaram opinamente, como bem evocou outra grande figura do ruralismo, Arthur Torres Filho:

“Com a larga experiência adquirida no contato com o meio rural, Ildefonso Simões Lopes passou a desenvolver campanha ardorosa em favor do revigoramento da economia rural brasileira, defendendo a adoção de métodos racionais nas explorações agrícolas, fora do tradicionalismo rotineiro, pela industrialização inteligente das nossas matérias primas vegetais e animais; pela vulgarização do ensino técnico e profissional agrícola, pelas garantias de financiamento à produção agropecuária; enfim pela melhoria das condições sociais e econômicas do homem que vive do trabalho da terra. Pode-se dizer que, em dado momento de sua vida, talvez um dos que lhe foram mais gratos, tornou-se um dos nossos líderes agrários. Ergueu bem alto, como

lema de sua ação, a bandeira da arregimentação da numerosa classe produtora, para defesa dos seus legítimos interesses. Quer no cenário político, quer nos comícios no seio das associações rurais viamo-lo pregando sempre a união dos ruralistas, concitando-os a tomar parte ativa nos negócios públicos, pugnando por seus direitos e dando a devida colaboração ao Governo".

"Seu espírito desde cedo evidenciou clara sensibilidade de política social, tendo afirmado, em 1936, na II Conferência Nacional de Pecuária".

"No isolamento forçado dos rincões, aos eflúvios sádios da família, o camponês encouraçava o espírito para todos os embates. Aí, há despreendimento de gozos e há fraternidades, porque os vastos horizontes nivelam as coisas e as gentes. O camarada ou peão, aqui ou ali, ao norte, ao centro ou ao sul, é mais um companheiro de jornaça de que um obscuro e desprezível servil. Com ele, dormimos por vezes ao relento. Com ele, reparamos a frugal matula nas grandes travessias pelas matas e pelos campos. Ele também vibra conosco nos rodeios, quando, nos bons anos, aumenta o número de animais de marca do patrão. As nossas famílias não se desdenham no convívio com as delas. É deste protoplasma que se formam as populações rurais, robustas e resignadas, amando sobretudo a terra que lhes dá o pão e a liberdade, que defendem até de armas na mão, em meio da pobreza honrada mas nunca humilhada, por quem quer que seja".

"Após fundar e dirigir diversas entidades rurais, Ildefonso Simões Lopes foi, por muitos anos, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, onde a sua atuação foi marcada por intenso dinamismo. Remodelou o antigo Aprendizado Agrícola da Penha que se transformou na atual Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Em 1928 fundou a primeira Confederação Rural Brasileira, substituída pela que foi instalada em 1951, sob a égide do Decreto-lei n.º 8.127, e da qual é sucessora a atual Confederação Nacional da Agricultura, a que tenho a honra de presidir.

Desejando dedicar-se à agricultura, resignou, em 1908, o mandato de Deputado Federal para ir dirigir em Petotas, com dois de seus irmãos, a cultura

do arroz em larga escala, por processo mecânico-científico. Nessa ocasião foi fabricante de adubos fosfatados de farinha de ossos, com resíduos das charqueadas circunvizinhas, indústria que fomentou com sua reconhecida energia viajando várias vezes ao interior de São Paulo para incrementar o emprego desse produto, que teve naquele Estado grande aplicação.

Obséquiosamente, a pedido da União dos Criadores do Rio Grande do Sul, fez estudos e anteprojeto para o desaguadouro, do excesso de águas da Lagoa Mirim para o Oceano, águas cujo nível prejudicam a baixada de cerca de cem léguas de sesmaria.

Nesta Casa, perduram ainda os nobres exemplos deixados por Ildefonso Simões Lopes, inequivelmente um dos artífices do ruralismo nacional e uma de suas figuras exponenciais.

Ministro da Agricultura — Após ter sido, mais uma vez, eleito, em 1913, para representar o Rio Grande do Sul na Câmara Federal, integrou Ildefonso Simões Lopes, como Ministro da Agricultura, Governo Epitácio Pessoa.

Nesse alto posto, revelou-se em plenitude o talento empreendedor de Ildefonso Simões Lopes, porque votado desde cedo aos problemas agrícolas e tendo vivência completa dos assuntos rurais do país — pôde ele trazer à República verdadeira tomada de posição perante a economia agropecuária e suas implicações políticas e sociais.

Aos reformadores de hoje impõe-se, como exercício de humildade, a releitura dos Relatórios do antigo Ministro da Agricultura.

Em 1920, expôs com clareza e convicção ao Poder Público, delineando, em largos traços, a Marcha para o Oeste: "O nosso país é imenso e desprovido de meios de transporte. As riquezas não estão concentradas na estreita faixa em que se condensam as populações da zona litorânea, urge ir fomentá-las mais ao longe nos riquíssimos vales dos nossos grandes rios, nos planaltos dos sertões, ferozes e salúbres, capazes de atraírem as gentes e o capital. Para tanto é mister abrir caminho ao homem e à máquina, à produção e à circulação da riqueza, até os mercados de consumo. Da localização dos bons elementos estrangeiros, afeitos à agricultura,

a de rede de viação que ligue os diversos núcleos de atividade rural, depende o êxito definitivo da nossa produção agrícola, base essencial de todas as indústrias que hão de fazer a nossa fortuna e independência futura".

"Perquerindo, ao acaso, o magnífico Relatório de 1920, julgamos — para desdouro dos nossos contemporâneos — estar lendo um documento datado de ontem... tal a atualidade de suas indicações. Senão, vejamos:"

"Pescaria" — Temos para nós que a organização do serviço de pesca e a localização de núcleos agrícolas nas faladas das montanhas circunvizinhas, virão debelar o grande mal presente, antes que a baixada fluminense, uma vez saneada, possa fartamente alimentar a vida urbana de nossa capital. Nesse sentido estamos agindo de acordo com as vossas deliberações. Não é preciso, só, cuidar do abastecimento de cereais legumes, frutas, à Capital Federal como também proporcionar-lhe a aquisição de carne para o seu grande consumo diário".

"Abastecimento de carne" — Os longos transportes e as oscilações reinantes nos mercados de gado vivo, produzem frequentes interrupções no suprimento desse indispensável artigo. Todas as grandes cidades tendem a substituir os velhos matadouros pelos frigoríficos modernos que fornecem carnes apenas resfriadas em temperaturas convenientes os quais, segundo a mais rigorosa análise, são idênticas as chamadas carnes frescas quanto ao aspecto, ao cheiro, ao gosto e ao valor nutritivo. O emprego em larga escala destes matadouros viria normalizar um dos principais serviços do abastecimento público, com grandes vantagens higiênicas e econômicas. Temos em vista fomentar quanto possível as iniciativas que surgirem nesse sentido".

"Racionalização Agrícola" — Sem instrução técnica, sem mecânica, sem o braço a esta adestrado, sem transportes, difícil torna-se fazer vingar nossa capacidade produtiva, em face da concorrência formidável de outros povos, já providos de todos aqueles elementos".

"Protecionismo" — Mas não é mister, apenas, dar à produção

as muletas do proteccionismo aduaneiro. Seria deixá-la permanecer no estado embrionário, artificiosa e indolente, comodamente resguardada dos attributos da concorrência, gerando a especulação de meia dúzia de privilegiados, em prejuizo do bem estar da grande maioria. Ao contrário, torna-se urgente ampará-la e garantí-la com aparelhos de outra natureza, que a fortaleçam e consolidem".

Ensino Agrícola — Diminuto é o número de jovens das diversas classes matriculados nos estabelecimentos officiaes; estes são ainda em número muito limitado. Entretanto, sem o preparo gradativo da nossa mocidade, nos misteres da vida agrícola e pastoril, desde a escola primária até os institutos superiores de ensino, sem as fontes de instrução e de exercício do trabalhador rural, para a applicação dos modernos métodos, será difficil realizar a cultura dos campos".

"Seria infundável demonstrar a visão politica de Ildefonso Simões Lopes à frente do Ministério da Agricultura. Teve ele a intuição perfeita das imensas lacunas que entravam o desenvolvimento rural do país, afirmava, com segurança": Cogitamos de fundar cientificamente as estações experimentais, a célula matriz da agricultura prática".

"Propugnando pelo "Instituto Biológico de Defesa Agrícola", assim o definiu e caracterizou suas attribuições básicas":

"O Instituto Biológico de Defesa Agrícola a que nos referimos, será o órgão orientador de todas as pesquisas científicas, relativas à vida das plantas e à das terras que as alimenta. É preciso estudar, não só as condições físicas e químicas da terra, como as propriedades biológicas do solo, consideradas, hoje, como dos mais immediatos interesses para a agricultura. O Instituto será perfeitamente aparelhado para esse fim. Os seus serviços, em linhas gerais, serão os seguintes: a) — serviço de fitopatologia, para o estudo das moléstias motivadas por parasitas de origem vegetal, ou causas não parasitárias; e dos meios de as debelar; b) — serviço de entomologia agrícola, para o estudo dos males causados às plantas, por animais parasitas e depredadores, principalmente insetos; aproveita-

mento das espécies entomófagas, investigações e experimentos sobre inseticidas e meios de os applicar; c) — serviço de vigilância agrícola, que desde já examinará as plantas, frutas, sementes e outros productos vegetais, destinados à exportação para países que exijam atestados de sanidade, assim como as sementes, haxelos ou mudas a serem distribuidas pelo Ministério".

"Eis aí, Senhores, problemas sobreviventes, problemas de hoje, que estão ainda mais evidentes no Relatório de 1921, quando focalizou e equacionou, com programações adequadas, os problemas de sua pasta, quando teve ensejo de ressaltar: "Parece fora de dúvida que os prejuizos advindos anualmente às diferentes culturas pela má qualidade das sementes empregadas é de cerca de 25% no valor das colheitas, o que significa um enorme desfalque na agricultura nacional".

Não seria perdoável omitir-se nesta resenha, a magnifica atuação de Ildefonso Simões Lopes no que tange às riquezas minerais. O fabrico de cimento, com o aproveitamento das abundantes jazidas de matéria-prima nacional foi também objeto de sua coitação e iniciativa. Em relação aos depósitos de carvão existentes em vários pontos do país, sugeriu e determinou providências para a sua exploração e aproveitamento, sob várias formas, na industria.

A questão do petróleo constituiu objeto de estudo e interesse da sua administração, autorizando se fizessem sondagens no território nacional. Lembrou a conveniência da destilação dos quistos oleíferos, com o intuito de obter combustível de valor para a industria nacional. Visando à realização de estudos mais minuciosos sobre o carvão, quistos etc., criou a Estação Experimental de Combustiveis e Minérios. Daí lhe surgiu a idéa de aproveitamento do gasogênio nos veiculos, tendo sido realizadas várias experiências, nesse sentido.

No estudo das forças hidráulicas, o seu plano de trabalho tinha em vista investigações economicas de utilização da energia Hidro-elétrica.

Outras questões relacionadas com a produção mineral foram examinadas, e sugeridas as providências que no momento se tornavam precisas para soluções futuras.

Na parte politica, procurando aproximar o Poder Público dos empresários rurais, o Ministro Ildefonso Simões Lopes criou o Serviço de Estatística Agrícola e Avaliação de Safras, organizado na sua administração, o qual, embora com poucos recursos e pessoal deficitario, realizou trabalhos interessantes e, ainda hoje, constituem valiosos elementos para consulta dos estudiosos dos nossos problemas economicos.

Como auxilio às classes produtoras fez intensa distribuição de sementes e mudas selecionadas aos interessados, instalou nas circunscrições agrícolas depósitos de máquinas e aparelhos para os trabalhos do campo, de adubos, inseticidas etc. para venda pelo preço do custo.

No importante setor da produção animal sua atuação foi das mais benéficas. Sabendo da existência no país de um rebanho dos mais numerosos do mundo mas dos menos aperfeiçoados, procurou, logo ao assumir a pasta da Agricultura, proporcionar à pecuária nacional os recursos de que carecia para a realização das reformas que se tornavam urgentes. Restabeleceu a Secção de Zootechnia do Serviço de Industria Pastoril, proporcionando-lhe recursos materiais a fim de realizar com mais eficiencia os trabalhos a seu cargo.

Iniciou vários estudos visando à defesa e melhor aproveitamento dos nossos recursos forrageiros. Adquiriu grande número de reprodutores puro-sangue das raças europeias e asiáticas; reprodutores de outras espécies foram importados e distribuidos entre os departamentos pastoris então existentes.

Reorganizou o Serviço de Defesa Sanitária Animal, de modo a poder atender às exigências sempre crescentes dos criadores nacionais. A defesa e seleção dos nossos espécimes creoulos, principalmente equinos, foi o objeto e recomendações especiais junto à Diretoria do Serviço de Industria Animal. Instituiu o Registro Genealógico para inscrição gratuita dos animais, e procedeu nos Postos Zootécnicos às reformas que se faziam necessárias. A reforma das charqueadas e a organização de frigorificos modelos foram objeto de cuidadosos estudos na sua administração e me-

didas visando a dotar a indústria das carnes destes elementos foram então sugeridas. Conseguiu verbas especiais para importação de reprodutores puro sangue de várias espécies, cedendo-os aos criadores pelo preço do custo.

Mais ainda: estudou o problema do aproveitamento das águas do São Francisco para irrigação das zonas semi-áridas do Nordeste e o da cultura seca, onde não fôsse possível aquela providência, foi estudada com interesse na sua administração e, para iniciarem trabalhos experimentais, neste sentido foram contratados especialistas estrangeiros de reconhecida competência.

Organizou também o Serviço de Crédito Rural e do Cooperativismo, por meio de instituições idôneas distribuídas por todos os recantos do território brasileiro. O ensino agropecuário, em todas as suas modalidades, foi igualmente estudado com carinho durante sua administração, tendo reformado a Escola Superior de Agricultura, criado os Cursos Práticos de Agricultura, e aparelhados os Patronatos e Aprendizados então existentes.

Como se vê, na Pasta da Agricultura, culminou Ildefonso Simões Lopes sua longa carreira de devotamento à agropecuária. Líder de Agricultores e reformador da Agricultura — foi, sem dúvida, um dos maiores construtores da renovação rural brasileira.

Minhas Senhoras, Senhores:

A Confederação Nacional da Agricultura sente-se honrada em ter recebido o desvanecedor encargo de evocar, nesta Sessão Solene, a personalidade inconfundível do Ildefonso Simões Lopes. Reverenciar quem tanto contribuiu para a valorização das instituições rurais; quem tanto se develou no aperfeiçoamento do trabalho e da produção agropastoril; quem tão alto colocou seu amor às atividades agrárias e aos homens votados à terra — constituiu missão das mais gratas e quantos receberam o legado do magnífico apostolado de Ildefonso Simões Lopes, Brasileiro dos mais eminentes de sua geração e homem público do mais alto padrão político e moral, aliado a inegável prestígio técnico-científico, o Engenheiro Ildefonso Simões

Lopes, cujo centenário de nascimento hoje se comemora nesta Casa, conquistou o respeito de duas gerações e se impõe, por todos os títulos à admiração dos pósteros. Seus exemplos e seus ensinamentos hão de perorar através do tempo — e servirão para que os ruralistas de hoje neles se inspirem para prosseguir na grandiosa campanha de bem defender os agricultores e a agricultura, preservando para os nossos filhos uma Pátria feliz e enriquecida pelo labor fe-

cundo dos que se dedicam ao cultivo da terra.

Mérito Agrícola, post-mortem

Ao fim, terminados os aplausos, o Sr. Iris Meinberg, em nome do Conselho da Medalha do Mérito Agrícola, concedeu a referida condecoração, **post-mortem**, ao ruralista Ildefonso Simões Lopes, entregando a respectiva venera ao Dr. Luiz Simões Lopes, que em seguida usou da palavra, pronunciando o seguinte discurso:



Discurso o Dr. Luiz Simões Lopes

“Coube-me a mim — o último dos filhos de ILDEFONSO SIMÕES LOPES — agradecer, em nome de sua família, a significativa homenagem que prestais à sua memória, na data que marca cem anos do seu nascimento.

E ao ver rememorados os feitos de sua ufanosa existência, participe que fui dela e até companheiro nos mais difíceis momentos que enfrentou, assalta-me o espírito e o coração legião de lembranças, vivas saudades, pois, para os que, como eu, já caminham para o ocaso da vida, a Saudade vela e doura, a um só tempo, a lembrança dos tempos idos.

Nada mais grato aos filhos e parentes de ILDEFONSO SIMÕES LOPES, do que assistir, passados tantos anos de sua morte e um século do seu nascimento, figuras das mais representativas do pensamento brasileiro se congregarem para homenagear a memória daquele trabalhador incansável que

morreu, já idoso, mas levando, ainda vívidos, os grandes sonhos que lhe acompanharam os passos, na sua longa caminhada de servidor do Brasil. E a vossa homenagem é perfeita por que partida dos variados setores em que mourejou, como empreendedor privado, como homem público.

Espírito inquieto e curioso, cultura variada, de que era espelho a sua grande biblioteca, inspirado poeta, musicista, propagandista da Abolição e da República, engenheiro, agricultor, administrador nato, político, parlamentar, homem de Estado, seu pensamento tinha uma constante: ao par do entranhado amor à família e aos amigos, ele era um enamorado do Brasil e pela pátria esgrimi suas armas em todos os campos, “sans pour et sans reproche”.

Gaúcho de nascimento e de coração, profundamente imbuído da história e das cavalleirescas tradições do pago extre-

mecido que seus antepassados, com a ponta de suas lanças e as patas dos seus cavalos, ajudaram a criar nos extremos da pátria, vivia, entretanto, voltado para os problemas nacionais e para os tropeços das regiões menos favorecidas.

Por isso, versou todas as grandes causas brasileiras e tornou-se conhecedor apaixonado do Nordeste e da sua problemática, graças aos longos estudos pessoais a que se dedicou inclusive de outros tratos de terras, pelo mundo afora, assolados por deficiências semelhantes.

A libertação dos escravos, a proclamação da República, a consolidação do novo regime e a sua organização política e partidária; importantes questões por ele levantadas ou discutidas, como o aproveitamento da baixada sul-riograndense e a liberdade profissional; a exploração do carvão nacional; a pesquisa do petróleo, o ensino técnico-profissional, a experimentação e ensino agrícolas; as fibras vegetais; a pecuária e a indústria de carnes; as obras do Nordeste e o estudo de "dry farming"; a produção racional do café; o aproveitamento das forças hidráulicas, inclusive o estudo do rio São Francisco; os problemas econômicos, de um modo geral; atestam o grande acervo de iniciativas nos muitos setores em que atuou.

Não esquecia, porém, o seu Rio Grande. Sua casa era um fogão gaúcho, em torno do qual, como nos longínquos tempos da querência distante, todos se aqueciam ao calor da sua amizade e ao crepitar das fagulhas da sua inteligência e do seu entusiasmo pelos supremos ideais da pátria e da humanidade.

E como autêntico fogão gaúcho, não havia arames nem porteiras: todos chegavam e eram bem-vindos, a todas as horas, os dias.

Perdoai, meus amigos, estas digressões pessoais, que são, talvez a materialização da Saudade imorredoura daquele que além de pai foi o nosso maior amigo e que do desconhecido ainda nos guia e nos manda diariamente sua mensagem de amor e de fidelidade aos altos princípios que nortearam sua vida.

Perdoai-nos, se não podemos deixar de confessar, aqui entre amigos, nossa admiração pela

figura humana que tão de perto conhecemos.

Motivo de particular satisfação é assistir a esta homenagem nesta casa, que era também sua, que foi sempre razão do seu mais desvelado carinho. A Sociedade Nacional de Agricultura estava ele tão indissolúvelmente ligado que ousou dizer, diante de vós, que me parece justo que seu nome figure nesta sala e que aqui fique para sempre, pois ele foi o Presidente que enfrentou os mais difíceis momentos da vida da nossa entidade. Naquele tempo, quando o incêndio destruiu nossos modestíssimos haveres, não tínhamos o teto acolhedor que hoje nos abriga, graças à alta compreensão do inolvidável Presidente Getúlio Vargas e à pertinácia inacreditável do grande Presidente da Sociedade e inesquecível amigo Arthur Torres Filho.

Ver nosso pai lembrado pela palavra do dirigente supremo da classe rural — o impávido lutador que é Iris Meimberg — enche-nos o coração da mais sincera alegria e profundo reconhecimento.

Um dos grandes sonhos de meu pai foi sempre a união da classe rural, de modo a formar uma força capaz de influir decisivamente na formulação de uma política que viesse transformar o meio rural em um sadio e próspero ambiente de trabalho, onde a alegria de viver se justificasse não apenas pelo encanto natural da vida campestre, mas, também, pela sólida situação econômico-social de todos os rurícolas brasileiros.

Convencido de que sem uma agricultura forte e altamente competente é impossível o progresso equilibrado da Nação, lutou ILDEFONSO SIMÕES LOPES toda sua vida pela organização da classe rural, pelas associações, pelas cooperativas, pela Confederação Rural.

Pelotas, nossa cidade natal, graças a ele e a outros pioneiros, é sede de uma das mais antigas associações rurais do país — a tradicional Sociedade Agrícola de Pelotas — e foi também sede da Federação estadual.

Mais do que isso, porém ILDEFONSO SIMÕES LOPES chegou a criar a Confederação Rural, que não teve maiores possibilidades em face da falta de apoio da classe e do gover-

no, até então desaperecebido da importância da organização rural. Foi o Presidente Vargas, com sua arguta visão das coisas e sua predileção inata pelas questões ligadas à vida do campo, que permitiu o florescimento do associativismo rural, institucionalizado pelo Decreto-lei 8.127.

Graças ao enorme desenvolvimento que essa lei benemerita deu à vida associativa dos agricultores, pôde a nossa Confederação, sob a direção esclarecida e empreendedora de Iris Meimberg, Edgard Teixeira Leite e seus ilustres companheiros, enveredar pelos modernos moldes associativos do sindicalismo, com que se pretende articular os homens do campo em torno dos mais ingentes problemas sócio-econômicos que desafiam a capacidade dos brasileiros.

Nenhum local mais apropriado, portanto, e nenhuma voz autorizada, para evocar a memória de quem, já no século passado, se batia pelos mesmos ideais que nos unem — a todos nós, os ruralistas brasileiros — sob a égide da nossa Confederação.

O profundo reconhecimento, pois, da família de ILDEFONSO SIMÕES LOPES que tinha, entre seus muitos títulos, um que muito prezava: Ruralista.

Ruralista objetivo e esclarecido, que lutou de várias formas, como agricultor, pela pena e pela palavra, como chefe de empresa e como Ministro da Agricultura pelo aperfeiçoamento constante da agricultura e do meio rural; ruralista romântico, que cantava loas à vida do campo inspirado no velho adágio latino: "Nihil est agricultura mellius, nihil uberior, nihil dulcius, nihil hominibus libero dignius".

Finalmente, minhas Senhoras e Senhores, a nossa profunda gratidão à Comissão Promotora destas comemorações, que reúne uma brilhante equipe de amigos e admiradores de ILDEFONSO SIMÕES LOPES. Permitam-me, porém, uma referência especial ao Coordenador Luiz Marques Poliano. Ele vem, há muito, reunindo elementos para estas cerimônias, que tanto tocam nossos corações, e é o autor de importante contribuição para a biografia de ILDEFONSO SIMÕES LOPES. Um agradecimento, portanto, particular lhe é devido, pelo seu extremo interesse em regis-

rar, condignamente, o centenário de nascimento do seu amigo e ex-chefe na Sociedade Nacional de Agricultura.

Meus amigos,

Há cem anos, em 1866, em Pelotas, então pequeno burgo, nas lindas do Brasil, nascia ILDEFONSO SIMÕES LOPES, afilhado de Nossa Senhora das Graças, padroeira da Estância em que foi criado.

Viveu 77 anos, estudando, trabalhando, cuidando de sua família, servindo ao próximo e ao país.

Já se escoaram 23 anos, desde sua morte, mas a lembrança de sua pessoa e de sua atuação perdura, viva, no coração dos seus descendentes e amigos e entre muitos que nem o conheceram mas participam desta homenagem ao cidadão prestante, ao patriota que, muito jovem vestiu a farda em defesa dos ideais republicanos e que, já velho, vestiu-a de novo, em 1930, ainda para defender os princípios que o seduziam.

Vossa homenagem têm um grande significado. Já dizia o grande filósofo de Montpellier que "sempre e cada vez mais os vivos são governados pelos mortos".

As pessoas, os grupos humanos, as nações, não fogem facilmente ao fatalismo de seus destinos que, são, portanto, forçados pelos que os antecederam. Estes estabelecem parâmetros dentro dos quais passam a agir os seus pósteros. Assim, conscientemente ou não, vamos seguindo nossas trajetórias, previamente traçadas pelas forças sobrenaturais e imponderáveis a que estamos subjugados.

Bem hajam, pois, aqueles que ao cruzar pela vida, na carreira meteórica de uma breve existência humana, deixam atrás de si, balizados, caminhos retos e altos, que nos levem — a nós, pobres mortais, tão cheios de falhas e incongruências — aos campos floridos aonde reinem a paz, a concórdia e a felicidade. Algumas vezes, essas estradas retas e claras não são fáceis de transitar. As urges nos ferem os pés, os ventos frios nos cortam o rosto e a dor nos mostra seu espectro triste. Mas, o que importa, no final da jornada, é chegar, como o santo da lenda, de alma forte e coração sereno, aos páramos almeçados, sem nos afastar da trilha que nossos maiores nos traçaram.

Este é o significado da vossa homenagem, brado de alerta aos moços para que sigam os exemplos de quantos po-

dem de qualquer forma guiá-los pelos caminhos, às vezes ásperos, mas, inarredáveis do Amor, da Honra e da Verdade".

Missa na Candelária



A Igreja da Candelária repleta de amigos e parentes de Ildefonso Simões Lopes.

No dia 17, realizou-se na Igreja da Candelária a Missa comemorativa, rezada pelo Padre José Quadra. O grande templo estava repleto, tendo-se

contado na lista de presença cerca de quinhentas pessoas que assistiram ao ato de fé cristã.

Romaria no Cemitério de São João Batista

A última parte das comemorações constou de uma romaria ao Cemitério de São João Batista, quando foi aposta à lápide tumular uma placa de bronze assinalando a efeméride.

Na ocasião, em brilhante improviso falou o antigo deputado pelo Rio Grande do Sul e Prof. Raul Bittencourt, em nome não só da Sociedade Nacional de Agricultura como da Fundação Getúlio Vargas, da FARSUL e da Liga de Defesa Nacional.

Eis o discurso:

Discurso do Prof. Raul Bittencourt

Família Simões Lopes, Senhores.

Esta lápide cobre os despojos de um homem que nasceu há

100 anos. E não estão aqui presentes apenas os da intimidade da sua família, senão também riograndenses e brasileiros de outros Estados, que vêm celebrar este centenário e honrar a memória de tão eminente homem. Não é frequente que isto aconteça. Depois de 100 anos de nascimento, geralmente, as personagens passadas da vida moram no coração dos amigos mais íntimos, quando não exclusivamente dos seus descendentes e colaterais mais próximos. Acredito, entretanto, que Ildefonso Simões Lopes foi um nome de exceção e, por isto, no seu centenário viajaramromeiros, não apenas dos bairros desta cidade, mas dos rincões do Rio Grande para prestar uma consagração pública, sen-

timental e cívica ao exemplo de sua vida.

Orgulho-me de ter a incumbência de falar nesta manhã e nesta celebração, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, da Liga de Defesa Nacional. Embora não tenha mandato expresso, por ato, segundo estou supondo, de retraimento e modéstia do Dr. Luiz Simões Lopes, penso que, pelas minhas íntimas ligações à Fundação Getúlio Vargas, posso dizer que a minha voz não sai dos meus lábios sem exprimir também, automaticamente, o pensamento e o sentir daquela Casa.

Na verdade, Ildefonso Simões Lopes pode, para a História, ser um grande homem realizador na vida pública, mas nós que o conhecemos o duplicamos na nossa saudade e na nossa admiração, pela grande personalidade íntima, sentimental, forte, leal e altaneira que foi.

Cedo participou da vida pública nacional, embora de início sem mandato. Lembro-me que, em uma das conversações que com ele tive, narrou-me e foi para minha mocidade um acontecimento de grande emoção — que estivera presente na Praça de Sant'Ana, que depois se chamaria da República, exatamente no dia 15 de novembro de 1889. Estudante de engenharia, participou do entusiasmo da Proclamação do novo regime. Contou-me Ildefonso Simões Lopes que, na véspera, percorrendo a rua do Ouvidor, um major que conspirava com todos os republicanos avisava aos estudantes e a quem encontrasse dos comparsas desta rebelião que, por motivos supervenientes, o golpe que se preparava para a queda da Monarquia seria antecipado para o dia seguinte e assim ocorreu. Foi o único homem que eu conheci que esteve presente, participante daquela grande manhã. E toda vida Ildefonso Simões Lopes foi fiel à família, à República e ao Brasil.

A família é laureada no Rio Grande do Sul e em todo o País. O Visconde da Graça, seu pai, foi um dos homens mais marcantes do Rio Grande do Sul, não só pela sua atuação política como deputado esta-



Cemitério S. João Batista, quando falava o Prof. Raul Bittencourt focalizando a personalidade de Ildefonso Simões Lopes.

dual e como vice-Presidente em exercício da Presidência da então Província Imperial do Rio Grande do Sul — só não foi Presidente efetivo por haver recusado um convite do Visconde do Rio Branco, impedido que se sentia de afastar-se da cidade de Pelotas — mas ainda como grande ruralista, cuja atuação no campo da agricultura e da pecuária se estendia da charqueada da Graça às estâncias de Uruguaiana e de São Gabriel. A sua descendência, tão abundante, teve, entre homens dignos, personagens laureados; um deles este incomparável Ildefonso Simões Lopes; Augusto Simões Lopes, seu irmão, que foi constituinte da Segunda República e Vice-Presidente do Senado Federal, que cultivava a amizade de seu irmão mais velho com dedicação exemplar; o major Ismael que, deputado estadual, antes de o ser constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, defendeu galhardamente, na hora grave da deposição de Castilhos, a honra do Partido Republicano e a sua tradição, ao lado do grande chefe, para o seu retorno triunfal; este grande escritor Simões Lopes, Neto, sobrinho de Ildefonso Simões Lopes, que laureou as letras brasileiras com as expressões mais altas, como Alcides Maia, das tradições regionalistas do povo rio-grandense; e os seus descendentes, entre os quais quero men-

cionar Ildefonso Simões Lopes Filho, que a tradição amiga da família e o carinho dos seus amigos chamava de Fonseca e que foi tão arduamente combatente, dedicado e idealista na tribuna da Assembléia do Estado; e este homem sem par que é o Dr. Luiz Simões Lopes (muito bem), fundador do DASP e da Fundação Getúlio Vargas, homem cheio de patriotismo, de cultura e de dedicação cívica, que continua com magnificência a tradição da sua família e honra de seu venerando pai. (Muito bem.)

Ildefonso Simões Lopes, deputado estadual, depois de mais um mandato, ascendeu à Câmara Federal. Por muitos mandatos, foi um deputado sem artificialismo, sem pensar nas repercussões imediatistas do eleitorado. Expressava na tribuna da Câmara, como nos entendimentos partidários e no voto do plenário e das comissões, o que sempre foi: inteiro, uma alma garbosa, altivo, altaneiro, impetuoso, leal, dedicado intimamente à causa pública, menos pela ambição da carreira do que essencialmente por uma espontânea vocação de servir ao seu País.

Alegro-me de recordar nesta hora que, a despeito da idade que me partava de tão eminente varão, eu, ainda muito jovem, ao me dedicar amigavelmente à sua vida, à sua personalidade, recebia de retorno a

honra da sua afeição. Muitas vezes, quando veraneava em estações balneárias, ele me remetia cartões de saudação, alguns com o seu retrato montado e com lenço branco envolvendo o pescoço. Onde quer que estivesse, em São Lourenço, em Caxambu ou no Rio de Janeiro, era o mesmo gaúcho que evocava, ao montar o pingo ou ao contemplar as cavalhadas e as tropas do pampa rio-grandense, a tradição fazendária da sua família, a tradição rural da sua estirpe, de sorte a merecer bem o epíteto que o seu ilustre filho, há dois dias, usou da tribuna da Sociedade Nacional de Agricultura: um ruralista romântico. Quem suspeitasse que essa expressão pretendia significar um ruralista afastado da realidade da vida agrícola e pecuária erraria porque, evidentemente, o que quis significar o orador foi que ele não era um ruralista pelo gosto só do trabalho, do lucro e da eficiência da produtividade, mas um ruralista autêntico, porque metade do Rio Grande do Sul, senão mais, continua rural. Ele era um apaixonado da sua terra e dos companheiros da gleba que trabalham na lavoura e na agricultura.

Pôsto na alta administração do País como Ministro da Agricultura, não foi apenas um técnico, foi também um ministro ardoroso, alma do Rio Grande ardente, gauchesca, a serviço do Brasil.

Ainda anteontem, o orador que celebrou o nome de tão eminente varão na sessão solene da Sociedade Nacional de Agricultura releu alguns trechos do relatório do Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes. E todos os que conhecemos não nos espantamos. Confirmamos o nosso ardor entusiástico quando vimos que, há quarenta e quatro anos ou mais, ele postulava problemas que continuam de pé e acenava com soluções que ainda valem por conselhos, como um precursor de grande altura, animoso, sábio acerca dos problemas da vida rural brasileira.

Debaixo desta lápide, no fundo desta cova estão os seus despojos. Mas a sua personalidade paira alto. Não apenas na nossa saudade, não apenas na nossa afeição, não apenas no ardor com que admiramos a sua vida. Paira nas páginas da História Brasileira. E, para ser sincero, nas subpáginas da História rio-grandense, porque não há na



Outro aspecto do Cemitério S. João Batista durante a visita ao túmulo de Ildefonso Simões Lopes, quando discursava o Dr. Francisco Saturnino de Brito Filho, Presidente do Clube de Engenharia.

história da vida de Ildefonso Simões Lopes nenhum registro brasileiro que não tenha um asterisco para uma nota ao pé: "Era ricgrandense".

Estamos aqui para venerar a memória de Ildefonso Simões Lopes para sentir que esta hora de consagração se vai prolongar. Há mais de duas décadas muitos de nós aqui estivemos, numa hora de grande emoção e compunção, quando o perdíamos. Mas agora que o tempo passou e que a lei cruel da vida nos obriga a um ato de conformação, a um ato de resignação, agora com os olhos já enxutos e com outro tipo de emoção, podemos clamar com júbilo o exemplo da sua vida. Já não é tanto a hora da saudade, é a hora da consagração da visão do futuro. Cem anos passaram o nascimento deste homem eminente. Daqui a outros cem anos ninguém que o haja conhecido viverá. Mas eu espero que de alguns cantos da vida rural brasileira e dos continuadores da Fundação Getúlio Vargas virão outras vezesromeiros para celebrar, duzentos anos depois, o nascimento de um homem que está no nosso coração mas que também está na intimidade das cores da bandeira brasileira".

Em nome do Clube de Engenharia falou o seu Presidente, engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho, também de improviso:

Discurso do Dr. Francisco Saturnino de Brito Filho

Na divisão de atribuições feita pela comissão promotora dos comemorativos do centenário de nascimento de Ildefonso Simões Lopes coube ao Clube de Engenharia falar agora. Ildefonso Simões Lopes foi sempre extremamente ligado à profissão que abraçara. Portanto, nenhum local mais apropriado que junto a este altar cívico para a homenagem da engenharia ao engenheiro.

Preito simples, singelo este que ora lhe atribuímos. Para prestá-lo evocaremos o realizador, o administrador o engenheiro, o parlamentar e o cidadão, através de alguns traços característicos de sua excelsa personalidade. E um destes traços foi o da uniformidade de procedimento.

Abolicionista e republicano na juventude, preservou sempre aquela mesma diretriz em toda a existência. Vemo-lo, depois, como membro do Partido Republicano Rio-Grandense e deputado federal por esse mesmo amor aos princípios instituídos no Rio Grande por Castilhos, que dominaram toda a sua vida. Vemo-lo Presidente do Clube Republicano Rio-grandense e Presidente do Centro Republicano da Escola Politécnica. Vemo-lo, em plena Monarquia, na conferência célebre do republi-

cano Silva Jardim, como um daqueles que repeliram a tiros a invasão da tristemente famosa guarda-negra. Na noite de 14 para 15 de novembro daquele ano é o estudante Ildefonso Simões Lopes quem recebe de Aristides Lóbo a missão de avisar os seus colegas republicanos de que seria proclamada a República. E com os seus companheiros posta-se em uma das frentes de ataque do Campo de Sant'Ana. Assim procedeu com toda coerência, quando no Parlamento Nacional e quando renunciou, por coerência à Pasta da Agricultura, no momento em que exercia toda aquela ação extraordinária que o tornou o melhor Ministro da Agricultura da República.

Outro traço marcante — este resultado da sua formação de engenheiro — foi o da confiança na técnica e o estímulo aos profissionais. Em tudo quanto realizou manteve esta diretriz, um dos motivos do êxito nos cargos que ocupou.

Encontramos ainda um terceiro traço marcante, dominante em sua vida na posição de vanguarda que sempre assumiu, posição que manteve tanto no comportamento cívico como em suas realizações em prol do Brasil.

Foi o primeiro ministro que determinou se estudasse a derivação das águas do rio São Francisco para o Vale do Jaguaribe, no Ceará, a fim de que, colocando em terreno técnico aquela idéia que voejava no ar, houvesse elementos para comparar essa solução com a da construção do açude Orós e outros na bacia daquele rio cearense.

Foi ainda o Ministro que criou a Divisão de Águas, fazendo estudar o potencial hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso e a derivação de águas do rio Paraíba para a vertente marítima. Isto em 1921, em um tempo em que o engenheiro Billing nem pensava em vir para o Brasil e em que a Light não cogitava, absolutamente, desta solução que mais tarde veio a adotar.

Creou numerosos serviços novos, entre os quais o do Fomento Agrícola, cuja direção entregou a Arthur Tôres Filho.

O engenheiro Ildefonso Simões Lopes fez proteger e mobilizou energia e materiais da natureza em prol do Brasil. Por isto, a engenharia, através do Clube de que ele foi um dos mais destacados membros, vem, neste 19 de novembro, irmanada às demais profissões ora re-



Alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, tendo a frente o seu Diretor, Luiz Marques Poliano, no Cemitério de S. J. Batista.

presentadas, para dizer: a tua memória é daqueles que nos engrandecerão para sempre, pela eficiência com que trabalhaste de par com o teu extraordinário amor pelo Brasil.

Por fim, encerrando a tocante cerimônia, muito concorrida, aliás pronunciou o Dr. Ariosto Lopes Bernacchi, as seguintes palavras:

Discurso do Dr. Ariosto Lopes Bernacchi

"Família Simões Lopes, aqui representada por seus filhos.

Não me proponho a traçar um perfil de Ildefonso Simões Lopes. Oradores que me precederam já o fizeram com real felicidade, com proficiência em seus pronunciamentos. Falarei apenas sobre uma outra faceta, a da afetividade.

Quem vos fala é filho de um velho amigo de Ildefonso Simões Lopes. E é recordando exatamente o passado da minha casa, o passado da minha família que ousou quebrar tão nobres e altos pronunciamentos para me aliar a estas homenagens hoje aqui prestadas.

Ildefonso Simões Lopes, a par da sua cultura, a par dos seus pronunciamentos e de sua atuação no Congresso Nacional e na Presidência da Sociedade Nacional de Agricultura, da qual, como seu falecido pai sempre pronto a auxiliar o próximo. É precisamente como filho de um colega de Ildefonso Simões Lopes, que por ele muito foi ajudado, que me pronuncio neste instante.

Ildefonso Simões Lopes descendeu de uma família de re-

curso. Meu falecido pai, homem forte mas pobre, precisando lutar pela vida, pretendeu tirar o curso de engenharia. E foi esse o motivo de sua aproximação de Ildefonso Simões Lopes, que lhe emprestou livros, colaboração e apoio moral. Augusto Bernacchi, meu falecido pai, tornou-se colega de Ildefonso Simões Lopes, recordação que me é muito grata.

Ao falar neste instante, vejo minha família, meu lar, meu pai, que foi grande amigo de Ildefonso Simões Lopes. Por isto, não poderia deixar de trazer o meu testemunho do quanto a nossa família sempre foi agraçada a este nobre e eminente brasileiro que foi Ildefonso Simões Lopes".

Encabeçando o cortejo e portando vistosa palma de cravos e rosas vermelhas, uma delegação de 20 alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", à frente o seu diretor, imprimiu ao ato delicada nota de gratidão e de saudade, pois o Dr. Ildefonso Simões Lopes, ao tempo em que presidiu a Sociedade Nacional de Agricultura, transformou o antigo Aprendizado Agrícola da Penha no estabelecimento de ensino de que são pensionistas.

Para assinalar o Centenário do Eng. Ildefonso Simões Lopes foi também cunhada uma série de medalhas comemorativas, cuja distribuição, será feita a seguir, bem como a publicação de um volume contendo dados e depoimentos como subsídios à biografia do saudoso homem público.

PODA DE ÁRVORES FRUTÍFERAS

PRECEITOS A OBSERVAR NA PODA DE ÁRVORES FRUTÍFERAS ADULTAS E EM FRANCA PRODUÇÃO

— O vulto total da nova ramificação que surge cada ano, tendo em vista o volume da safra produzida e as condições ambientais da localidade, é a melhor indicação para se avaliar se a poda efetuada anteriormente foi adequada ou não.

a) Se a nova ramificação surgida apresentar-se excessivamente vigorosa, a poda precedente pode ter sido demais severa.

b) Se, pelo contrário, a ramificação nova mostrar-se insuficiente, tanto na sua robustez como no comprimento dos ramos, a poda foi provavelmente efetuada com demasiada moderação. Neste caso, conviria aumentar a severidade da operação, salvo se a debilidade da nova ramificação tenha sido a consequência da escassez de hidratos de carbono.

Geralmente, a poda deverá também promover o desbaste suficiente dos ramos frutíferos e essa supressão precisa ser completada, quando necessário, com o desbaste manual adequado dos frutos ainda pequenos.

O desbaste moderado da copa é indispensável para a admissão de luz no seu interior.

Ramos mal situados no conjunto da copa, órgãos praguejados e portadores de doenças e ramos mortos devem ser removidos.

Convém que os ramos principais fiquem bem espaçados ao longo de todo o seu comprimento, de sorte que a desfrutem de amplo espa-

ço para o desenvolvimento, sem obstrução dos ramos frutíferos e dos esporões.

Pode-se controlar a altura da árvore amputando-se regularmente os ramos ponteiros superiores, praticando-se os cortes logo acima de um ramo lateral robusto e dirigido para fora.

Quando se suprime totalmente um ramo, este deve ser cortado rente ao ramomatriz ou ao caule, de modo que não deixe coto em virtude de sua remoção.

O espaçamento das árvores no pomar deverá ser amplamente suficiente para o normal desenvolvimento das plantas. Espaçamento exíguo significa transtornos futuros para o pomareiro.

Embora a poda constitua detalhes importante na série de operações praticadas no pomar, é indispensável não menosprezar outros tratamentos como capinas, escarificações do solo, combate à pragas e doenças, adubações, proteção contra a erosão e outros pormenores exigidos na exploração racional das árvores frutíferas em geral.

PODA DE ÁRVORES FRUTÍFERAS NOVAS — As mudas devem ser decapitadas no momento do transplante, tendo em vista as seguintes finalidades:

a) Procurar manter o equilíbrio entre os sistemas caulinar e radicular.

b) Obter a formação de copa de reduzida estatura para facilitar as operações praticadas no pomar.

De preferência, permitir o desenvolvimento de três ramos primários, cujos pontos de junção com o caule deverão ficar afastados uns 15 a 20 cm.

Alguns ramos laterais que tenham surgido no caule da muda durante sua permanência no viveiro, se convenientemente situados, podem ser poupados no momento do transplante e aproveitados para a formação da copa.

De 5 a 9 ramos primários e secundários são suficientes para a formação do arca-bouço da árvore, não devendo o ponto de junção do ramo secundário superior ficar a mais de um metro e meio (1.5 m) de altura do solo.

Procurar, pela poda e por outros artifícios, obter a formação de ângulos suficientemente abertos na bifurcação dos ramos principais. Bifurcações com ângulos fechados são mecânicamente fracas e pouco resistentes aos esgalhamentos.

Plantas jovens podadas levemente apresentam ramos mais robustos e fortes que as que são severamente podadas.

Quanto mais levemente a planta for podada maior será o desenvolvimento da copa e das raízes.

A poda enérgica de um ramo ou de parte de uma árvore provoca a diminuição do crescimento total nesse ramo ou no setor podado, ao passo que a poda moderada promove o aumento do crescimento total nos mesmos.

Plantas podadas com moderação antecipam de um a três anos sua frutificação, comparativamente às outras da mesma variedade que tenham sido podadas severamente.

A poda de verão tende a debilitar e reduzir a estatura das árvores, convindo aplicá-la somente em casos indicados.

II — Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura

No número anterior escrevemos a respeito da fundação, fins e extinção deste posto avançado da agricultura indígena nas terras super civilizadas da nobre e velha França.

Continuamos hoje, conforme prometemos, para tratar de outros aspectos da vida trintenária da patriótica entidade, que se dispôs a cuidar de assuntos agrícolas brasileiros num país fora do nosso continente.

Começemos pelo seu corpo social.

Havia sócios fundadores e contribuintes no estrangeiro e em todos os Estados do Brasil. Além do núcleo francês, com 54 fundadores — o mais numeroso — segue-se Portugal, com 23 sócios desta categoria. Também contava a SBACA com associados na Alemanha (4), Inglaterra (3), Argentina (5), Bélgica (3), Chile (1), Dinamarca (1), Espanha (1), Itália (4), Perú (1), Suíça (2), Uruguai, (2). O maior número era de contribuintes, tanto no Brasil como na França e em outros países.

A grande maioria desses sócios era constituída de brasileiros contando-se dentre eles o Príncipe D. Pedro, Herdeiro presuntivo da Corôa Imperial, e que mais tarde faleceria no Brasil; Alberto Santos Dumont; de membros das famílias Toledo Piza, Silva Prado, Penteado, de São Paulo; Percival Farquhar, o mago do minério de ferro; a Baroneza do Bonfim, Conde de Figueredo, Condessa Pereira Pinto, Herman da Silva Gomes, o visconde Arthur de Fontaine e o Marquês de Barral de Montferat, todos com ficha da França; em Portugal, notam-se dois representantes da família Sotto Maior, os Condes de São Salvador de Matosinhos e de Vizella; o Marquês de Franco; no Uruguai os Calmões e os Porciunculas.

No Ceará é de notar-se o nome do

sócio contribuinte Padre Cícero Romão Batista, cujo nome, como se vê extravassou os limites sertanejos do Crato, projetando-se até as margens do Sena.

Percorrendo-se o registro de sócios, vamos encontrar os nomes (incluindo por certo menos condes e barões) daqueles que, no Brasil, atuavam na Sociedade Nacional de Agricultura, fundada dois anos depois (1897).

Na ata da 29.^a reunião do Conselho Diretor, realizada a 12 de outubro de 1921, (numa outra sede provisória, à Rue Cardinet) são tomadas providências para "salvar os haveres da Sociedade", atingidos com o "desastre da Banque Francaise pour le Brésil", onde se achavam os mesmos (ou parte deles) depositados. Os bens em títulos foram recuperados e em seguida depositados no "London and Brazilian Bank", o mesmo não se dando com o dinheiro de contado, que não foi restituído.

O Dr. José Francisco de Assis Brasil, fundador e Presidente da Sociedade, ao que parece, jamais teve substituto definitivo naquêlo cargo. Mas é certo que, pela ata citada, verifica-se que na ocasião não residia em Paris, daí originando-se "inconvenientes dessa situação anormal, que há tantos anos dura" e, porisso, foi adotada a solução de convidar-se o Sr. José de Lima Braga para assumir a presidência de um Comité Executivo, escolhido entre os membros do Conselho Diretor a fim de atender à vida social, inclusive nas suas relações com a administração pública francesa, "continuando na presidência da SBACA o seu benemérito fundador".

Voltaremos, para dar uma idéia de como e em que atuava a nossa veterana e pelo visto aristocrática sociedade agrícola franco-brasileira, infelizmente extinta.

CULTURA DO QUIABO

O ANO TODO

José Cordeiro

A TERRA E O PLANTIO: Quiabeiro é planta de semeadura em lugar definitivo; pode ser cultivado em permeio com a cultura do milho ou arroz "do seco", até em culturas separadas, que é a maneira como se recomenda. A terra para ele deve ser plana, solta e rica em húmus. Se não for tão rica, convém adubar com estêrco bem curtido, pelo menos nas covas. Nestas, faz-se a mistura de 1 litro de estêrco com a terra, de 20 cm de profundidade, e sobre a mistura plantam-se 6 a 10 sementes por cova, enterradas a 2 ou 3 cm de profundidade.

ESPAÇAMENTO — Plantam-se com os espaçamentos de 60 cm entre os pés da mesma fileira, e um metro entre as fileiras, no caso de culturas de inverno e com 1 m por 1,5 m, nas culturas de verão.

ÉPOCAS DE PLANTIO: As melhores são as semeaduras do começo das chuvas, época em que só plantam o milho e o arroz — outubro, novembro ou dezembro. Querendo-se colheitas distribuídas em maior período do ano, planta-se em diferentes épocas, desde maio. Acontece que, quando se planta antecipadamente, é necessário irrigar diariamente desde o plantio até chegarem as chuvas. Outro cuidado requerido é a pulverização do quiabeiro com inseticidas, contra o pulgão-verde da folha. Os inseticidas mais recomendados são: emulsão de sabão e querosene, emulsão de óleo e sabão, rodiox, sulfato de nicotina dissolvido conforme indicação do fabricante, ou infusão de talos de folhas de fumo etc.

CUIDADOS CULTURAIS: Além dos já citados, resta recomendar-se apenas a limpeza do terreno. Nas culturas de verão, ou seja, nas do período das chuvas, que é a mais produtiva, re-

comenda-se também a poda, o que se faz quando o quiabeiro já deu bastante, e começa a declinar a frutificação. Corta-se a planta a 50 cm de altura do solo, seguindo-se uma boa irrigação, se não chover. A planta rebrota

e dá soca — a chamada de "São João".

NOTA — As culturas de inverno recomendam-se somente nos lugares onde houver calor nesta época.



**Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias ...**

É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR, TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES. POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE. O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO. EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.

Agentes Exclusivos do Salitre do Chile
CADAL — Cia. Industrial de Sabão e Adubos
PARA A GUANABARA, EST. DO RIO E ESP. SANTO
RUA MÉXICO, 111 — 12.º andar — (Sede própria)
Tel.: 31-1850 — (rede interna)
Fábrica: AVENIDA AUTOMÓVEL CLUBE, 4.260 — ACARI
RIO DE JANEIRO



Novas instalações destinadas ao embarque de milho. Detalhe das esteiras transportadoras externas ligando os armazéns à faixa do cais.

Exportação de Milho Pelo Pôrto de Santos

O milho é um dos produtos que mais tem contribuído, ultimamente, para o crescimento de nossas exportações.

Quando o pôrto de Santos ainda não estava aparelhado para exportação desse cereal a granel, apresentavam-se certas dificuldades na movimentação desse produto, devido à morosidade com que era feito seu embarque em sacos cortados na escotilha dos navios, juntamente com outros fatores e providências que independiam da Concessionária do pôrto.

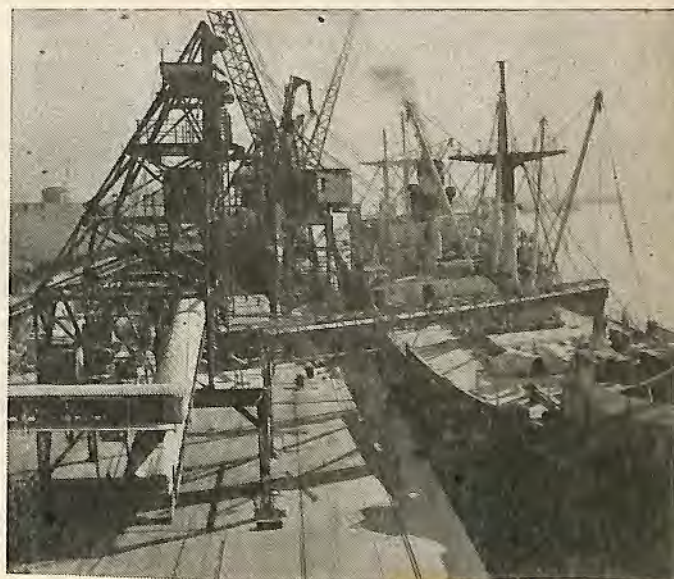
Tendo crescido o volume a exportar, a Concessionária do pôrto tomou acertadas providências para mecanizar o embarque de milho a granel, e para tanto obteve do Governo, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, prioridade para aquisição e montagem em prazo curto, de um sistema de esteiras transportadoras e de balanças integralizadoras. Concomitantemente foi celebrado um ajuste com as firmas filiadas à Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), ajuste esse homologado pelo GREMOS — Grupo Executivo de Movimento de Safras e pela CIBRAZEM — Companhia Brasileira de Armazenamento, para a formação de um "POOL" destinado à exportação do milho.

Com as medidas tomadas, vem se processando de maneira regular o embarque do milho pelo pôrto de Santos, atingindo neste ano, até 6 de novembro em curso, 432.342 toneladas exportadas.

De 1963 a 1966 (até 6/11/66) foram exportadas 1.338.344 toneladas de milho, como indicado a seguir:

1963	— 480.211 tons.	— embarque não mecanizado
1964	— 11.514 tons.	— embarque não mecanizado
1965	— 414.277 tons.	— embarque mecanizado
1966	— 432.342 tons.	— (até 6/11/66) embarque mecanizado.

Carregador de navio (tô-re), equipamento final do complexo sistema de esteiras transportadoras, embarcando milho a granel a bordo do "CESCO CORRADO".



ESTADO DA AGRICULTURA

Região Sul Estado de São Paulo

- A. **Condições atmosféricas:** Ao término da 1.^a quinzena de setembro a ocorrência de chuvas em todo o território paulista não permitiu condições ideais para o preparo do solo, a fim de iniciar-se o plantio da safra agrícola 66/67. Pode-se admitir, como praticamente concluída, apenas 60% da área agricultada normalmente em nosso Estado. No momento, reina expectativa de próximas chuvas, mercê de rápida elevação de temperatura, principalmente nas zonas da Média e Alta Sorocabana, da Paulista, da Noroeste, da Araraquarense e da Mogiana. Se isso realmente ocorrer, espera-se que até o dia 15 de outubro próximo vindouro, grande parte das lavouras estejam iniciadas.

Acresce ainda anotar que ondas tardias de massa fria, que assolaram todo o território do Estado, influenciaram a reduzida área de feijão das águas já semeada. Estas culturas tiveram seu brotamento e crescimento afetados. Igual observação pode ser estendida às pastagens, bem como às floradas de culturas permanentes, inclusive o café.

- B. **Pragas e moléstias:** Espera-se que o frio remanente possa contribuir para uma redução dos surtos normais de pragas e doenças.
- C. **Mão-de-obra:** Não se observa falta de mão-de-obra na zona rural. Pelo contrário, em algumas regiões nota-se certo excesso de mão-de-obra, gerado pela situação econômica geral do Estado.
- D. **Sementes:** O movimento de venda de sementes, por parte da Secretaria da Agricultura, foi o seguinte:

São Paulo: Venda de Sementes pela Secretaria da Agricultura

Milho comum	6.037	5.461	sacas	50	kg
Milho híbrido	35.878	34.964	"	"	"
Arroz	7.091	12.908	"	"	"
Amendoim	71.085	11.986	"	20	"
Soja	1.718	694	"	50	"
Feijão	2.782	2.919	"	"	"

Observação: Por ser início de plantio e sendo diferentes os dois períodos, o cotejo acima não permite maiores comparações.

E. **Perspectiva da produção:**

Algodão:

Em virtude de preços considerados baixos pelos produtores na comercialização

da safra 65/66 e dificuldades de toda ordem na utilização dessa comercialização — bastando citar que, até o presente, ainda resta 30% da safra nas mãos dos produtores — espera-se acen-



Sementes selecionadas e tratamentos fitossanitários nos momentos oportunos asseguram boa produtividade na cultura algodoeira

tuada retração na área de plantio para o ano agrícola que ora se inicia.

Essa redução, embora não tenha sido objeto de estudo especial pela Secretaria da Agricultura, para estimá-la quantitativamente, parece situar-se entre 30 a 40%. Observe-se que certos órgãos representativos da lavoura, como a Sociedade Rural Brasileira, estimam uma redução da ordem de 50%. As informações recebidas das principais Chefias de Extensão Agrícola da Secretaria da Agricultura, indicam, todavia, uma redução menor girando em torno de 30%.

A confirmação dessa redução só poderá ser testada após ter transcorrido certo prazo após o início das vendas das sementes, por parte da Secretaria da Agricultura, que só teve início a 15 de setembro.

Milho:

A elevação de preços do produto que vem sendo observada nos últimos tempos está alterando as perspectivas para o próximo plantio. Com efeito, de uma área igual ou menor, passou-se agora, para uma expectativa de área igual ou ligeiramente maior que a verificada na safra 65/66. Em algumas regiões do Estado, a semeadura já foi iniciada e a germinação retardada, mas não prejudicada pelo frio. Como a área de plantio do cereal em questão se expande por todo o Estado, pode-se admitir como sendo de 20% a parcela da mesma já efetivada. A venda de sementes pela Secretaria da Agricultura, já atingiu, até 20 de setembro, a soma de 40.425 sacas de 50 quilos.

Amendoim:

Esta cultura continua despertando interesse entre os lavradores, motivados pelos bons preços alcançados no mercado e também pela retração que deverá ocorrer com o algodão, pois como se sabe, tratam-se de culturas competitivas. Segundo

informações preliminares das maiores zonas produtoras do Estado, como sejam, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, o aumento da área, em relação ao ocorrido o ano passado, deverá ser da ordem de 20 a 30%. Entretanto, essa percentagem poderá não ser alcançada em virtude da relativa falta de sementes, o que vem provocando elevação no preço da mesma que, no momento, se situa em torno de Cr\$ 8.000, por saca de 25 Kg em casca.

Arroz:

A continuada e forte elevação dos preços está influindo grandemente no sentido de estimular a área de plantio do presente ano agrícola. Já se iniciaram o plantio do arroz de baixadas, o que representa parcela muito pequena no total do Estado.

Soja:

Espera-se ponderável aumento no plantio desta leguminosa, devido mais a uma esperança de resultados financeiros favoráveis, do que propriamente como resultado de perspectivas econômicas seguras. Por ora, entretanto, faltam informações mais seguras sobre tal elevação.

Batata:

Segundo informações de fontes diretamente ligadas à produção da batata, a área da próxima safra deverá ser ponderavelmente maior que a verificada no ano agrícola 65/66.

Para tanto existe suprimento de sementes, de adubo e de defensivos. Se, de fato, tal situação ocorrer, com a chamada safra "das águas", a área do próximo plantio situar-se-á entre 20 a 30.000 hectares.

Estado do Paraná: (os informes recebidos referem-se, sobretudo, aos efeitos das geadas ocorridas durante o mês de setembro, nas regiões Sudoeste, Oeste e dos Campos Gerais; informações adicionais são fornecidas para a região de Curitiba).

A. Condições atmosféricas: A primeira quinzena de setembro transcorreu normalmente. Anteriormente, as geadas ocorridas nos primeiros dias de agosto haviam prejudicado os cafezais em formação e comprometido a quase totalidade do plantio temporário do feijão das águas; este plantio cobria, porém, uma área bastante pequena, perfeitamente suscetível de replantio.

No entanto, a segunda quinzena de setembro testemunhou geadas severas na região sudoeste do Estado. Tais geadas ocorreram no período de 17 a 24 de setembro, atingindo os primeiros plantios de feijão e milho e as culturas de batata, trigo e centeio. Foram também observadas geadas na região dos Campos Gerais e no Oeste, até Guaira.

Assim, mesmo que os replantios sejam totais, deve-se esperar que as colheitas se processem com algum atraso. Deve-se, no entanto, aguardar relatos mais completos das regiões norte e oeste do Estado.

B. Mão-de-obra: Os problemas relacionados à mão-de-obra são de pequena extensão nas regiões de Curitiba e dos Campos Gerais, onde a maior parte do trabalho é de caráter familiar.

C. Sementes: Nas regiões dos Campos Gerais e Sudoeste há carência de sementes de variedades seletivas. Nesta última região, este problema foi agravado pela ocorrência de geadas e conseqüente perda dos primeiros plantios.

D. Preços mínimos. Repercutiram favoravelmente, entre as classes produtoras, os novos níveis de preços mínimos recentemente aprovados, existindo expectativa quanto a sua plena concretização.

E. Perspectivas da produção:

Trigo:

Os plantios de trigo, feitos em junho e julho, foram prejudicados com as geadas de setembro, ocorridas na

época de floração e espigamento. Na região Sudoeste, onde se concentra a produção deste cereal, cerca de 30 a 40% das culturas foram atingidas com mais vigor. Notícias de tais prejuízos se estendem pela zona de União da Vitória, Pato Branco até à fronteira argentina (Barração, S. Antônio, Pérola D'Oeste, etc.). Na região Oeste, os municípios de Cascavel e Toledo relatam perdas de 30%. As culturas de centeio na zona de União da Vitória foram também, duramente atingidas.

Batata:

No Sudoeste, as culturas novas, localizadas nos municípios entre União da Vitória e Francisco Beltrão, sofreram graves danos ocasionados pelas geadas de 17 a 24 de setembro. Relatórios preliminares estimam perdas entre 80 a 100%. No entanto, nas grandes zonas batateiras do Paraná (Curitiba, Irati e Castro) as condições atmosféricas parecem ter sido normais.

Feijão e Milho:

A região Sudoeste reporta, em média, prejuízos em 25% das lavouras de milho e 40% das de feijão. Os municípios do Oeste indicam prejuízos em torno de 20 a 30%, para essas culturas. Parte dos danos no milho podem ser eliminados pela rebrota das plantas atingidas.

A disponibilidade de sementes para replantio esteve aquém do desejável, mormente no que respeita à variedades selecionadas. Tais fatos devem concorrer para uma "quebra" nas previsões da produção, além de concorrer para um relativo atraso na colheita. Levantamentos realizados na área indicam necessidades da ordem de: 5.800 sacas de feijão e 2.000 sacos de milho.

Por outro lado, não há notícia de anormalidade na região Norte. Espera-se re-

ceber informes mais detalhados sobre esta área.

Estado do Rio Grande do Sul: (os informes recebidos se limitam à cultura do arroz fornecidos pelo Instituto Riograndense do Arroz — além de algumas referências ao trigo).

A. Perspectivas da produção:

Arroz:

As condições atmosféricas não foram favoráveis às operações de implantação da lavoura. Isto se deve às abundantes chuvas que incidiram sobre grande parte do Estado, atrasando o preparo do solo e, consequentemente, o plantio. Espera-se que este atraso não venha a adiar a colheita do arroz para épocas muito próximas dos primeiros frios, em maio, que podem prejudicá-la.

Ao mesmo tempo, as chuvas de setembro dificultaram o transporte rodoviário, contribuindo para a escassez de arroz nos centros consumidores e agravando a alta do seu preço.

O preço do arroz, para semente, variou entre Cr\$ 12.000 a Cr\$ 15.000, por saco de 50 kg. Como anteriormente, continua sendo pequena a disponibilidade de sementes de arroz selecionadas.

A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil limitou sua faixa de financiamento àquelas lavouras de arroz com rendimentos superiores a 2.200 kg/ha (80 sacos/quadra). Tal fato — menor disponibilidade de crédito — teria contribuído para a diminuição da área de plantio.

Quanto a preços mínimos, o IRGA informa que "A política de preços mínimos do arroz teve, no período em foco, dois lados positivos:

- a) preço satisfatório, se considerarmos que no período da cultura (de novembro de 66 a maio de 67) não haja aumento significativo no preço dos insumos e valor agregado.

- b) a fixação do preço, ao contrário do que ocorreu em anos anteriores, vem em tempo hábil.

O poder público estadual perdeu o comando, que exercia através do IRGA, da lavoura orizícola gaucha. O Conselho Deliberativo da Antarquía, que antes estabelecia o preço mínimo, fixado na base de estudos do órgão técnico do IRGA, não mais é ouvido pelos órgãos federais que ditam os preços dos produtos oriundos da lavoura.

Na comercialização, também, como já foi dito, o IRGA perdeu seu controle cabendo suas antigas funções a C.F.P. Há críticas contra o trabalho da C.F.P., no sentido de que o órgão na base de exigências e descontos reduz substancialmente o preço pago pelo cereal".

Trigo:

Ondas de frio tardias provocaram geadas e granizo, prejudicando culturas, nas zonas de São Borja (oeste do Estado) e Lagoa Vermelha (nordeste do Estado), em 20 e 40%, respectivamente. As estimativas de colheita, para o Estado como um todo, são otimistas, esperando-se um volume 40% superior ao previsto.

(Serviço de Informação da Produção Agrícola, Set. 1966).



A LAVOURA

A

MAIS ANTIGA

REVISTA AGRÍCOLA

EM CIRCULAÇÃO

NO BRASIL

A LAVOURA

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras
de pastos, capins Guatemala, Napier etc.,
em silagem, o gado leiteiro terá
alimentação garantida para atravessar
o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS **NESTLÉ**

SETOR AGROPECUÁRIO



Alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em uma aula de Educação Física

Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Encerramento do Ano Letivo de 1966

Com a presença de autoridades, diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e de famílias dos alunos, realizou-se a cerimônia do encerramento das aulas de 1966, com entrega de diplomas e certificados aos que concluíram os cursos do internato.

Abriu a sessão o Diretor, Luiz Marques Poliano, que convidou para presidi-la o Dr. Luiz Simões Lopes, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Tomaram assento à mesa os Srs. Kurt Repsold e Altamir Gonçalves de Azevedo representantes do Fundo Federal Agropecuário; o Cel. Stoessel Guimarães Alves, Comandante da Escola de Veterinária do Exército; o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, como representante do corpo docente da Escola; o Sr. Joaquim Correia de Miranda, representante da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Por alguns minutos, ocupou a atenção dos presentes o Diretor, que resumiu as atividades da Escola em 1966:

— 46 Cursos Rápidos, versando vários assuntos de interesse agrícola, realizados aos sábados e domingos, em três períodos durante o ano, totalizando 1.008 horas de aula, com uma matrícula de 806 alunos adultos, de ambos os sexos;

— 4 Cursos Especiais:

1, para cabos do Exército, com 32 matrículas;

1, para sargentos auxiliares de Granja, com 9 matrículas;

1, para oficiais veterinários do Exército, com 18 matrículas;

1, para adultos, (professores, jornalistas, técnicos diversos) sobre "O Cinema e a Educação Rural", com 21 matrículas.

As matrículas nos Cursos Especiais atingiram pois, a 80 alunos com 202 horas de aula.

No exercício, em virtude da obrigação legal estabelecida pelo Governo, através do Decreto n.º 58.130, de 31 de março, regulamentando o art. 22 da Lei n.º 4.024, de 20-12-1961, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional, foi iniciada na "Wenceslão Bello" a prática da Educação Física, com a contratação de profissional devidamente habilitado. também foi estabelecida a ficha biométrica dos alunos, serviço este a ser ampliado em 1967.

A pedido do Delegado Regional do Ministério da Agricultura da Guanabara, a Escola colaborou na Campanha de Hortas Domésticas, pondo à disposição da mesma um de seus técnicos, que deu a alunos e professoras primárias do Estado aulas teórico-práticas sobre Hortalíicultura.

A estatística escolar do Internato apresentou os seguintes números:

— Alunos de 1965 que passaram para o 2.º ano	16	
1 saiu por doença e 2 foram convocados para o Exército, não concluindo o Curso	3	13
— Curso Prévio, matricularam-se 50 jovens, os quais se distribuíram:		
1.º ano	31	
— Curso de Treinamento Agrícola ..	28	59
Total de internos em 1966		72

Para 1967 está previsto um total de 90 internos, assim distribuídos:

2.º ano	22
1.º ano (procedentes do CTA) ..	16
Vagas abertas para o Curso Prévio	52
	90

Receberam em 1966 diplomas e certificados:

DIPLOMADOS NO CURSO DE HORTELÃO, FLORICULTOR E FRUTICULTOR

- 1) — Antônio Carlos Amorim Pereira — Espírito Santo
- 2) — Antonio Mendes Linas — Esp. Santo
- 3) — Celso Rodrigues — Guanabara
- 4) — Cesar Machado — Minas Gerais
- 5) — Geraldo Cota Martins — Minas Gerais
- 6) — Hélio Pinto Moreira — Minas Gerais
- 7) — João Batista da Silva Filho — Guanabara
- 8) — Ozias Moraes Alvarenga — Esp. Santo
- 9) — Paulo Geraldo Alves — Guanabara
- 10) — João Bosco Torres Alves — Sergipe
- 11) — Silval Torres da Silva — Pernambuco
- 12) — José Lino Cordeiro — Minas Gerais
- 13) — Raimundo Batista Ribeiro de Avelar — Minas Gerais

ALUNOS DO C. T. A. QUE RECEBERAM CERTIFICADOS

- 1) — Wolmer Miguel de Oliveira — Rio de Janeiro
- 2) — Nilmar Camargo Amaral — Guanabara
- 3) — Sérgio Batista Durval — Guanabara
- 4) — José Silva dos Santos — Guanabara
- 5) — Luiz Costa de Souza — Guanabara
- 6) — Francisco Maria Ferreira — M. Gerais
- 7) — Edson Luiz Vieira de Souza — Minas Gerais
- 8) — José Elias Mendes Lins — Esp. Santo
- 9) — Silvio do Carmo Albano — M. Gerais
- 10) — Carlos Alberto Mendes Garcia — Guanabara
- 11) — Walter Ferreira — Minas Gerais
- 12) — Carlos Augusto Mariano — M. Gerais
- 13) — Luiz Carlos Rodrigues Ferreira — Rio de Janeiro
- 14) — Paulo Cesar dos Santos — Minas Gerais
- 15) — Ailton Meireles da Conceição — Minas Gerais
- 16) — Everaldo de Lima Albuquerque Maciel — Guanabara

Ficou completamente lotado o auditório da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" durante a solenidade de encerramento das atividades do ano letivo de 1966.



Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Sessão de Encerramento do ano letivo de 1966, quando falava o Diretor da Escola



O Comandante da Escola de Veterinária do Exército Cel. Stoessel Guimarães Alves entregando o diploma a um dos oficiais concluintes do Curso Especial de Agricultura.





Cursos Práticos Agrícolas. Aula Prática de Defesa Sanitária Vegetal

No setor relativo as instalações e imóveis, sobre uma área de 200.000 m², com 26 construções definitivas, muitos serviços foram realizados visando à conservação e melhoramento das instalações.

Foram, no exercício, construídos:

- 1 — a pocilga n.º 3, com 98 metros quadrados e 10 báiás;
- 2 — depósito de gêneros alimentícios, com área de 60 m²;
- 3 — anexo, com 2 sanitários e 6 banheiros, com 38 m²;
- 4 — pátio e tanques para prática de manipulação de produtos de defesa sanitária, com 72 m²;

Nos horários da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", estão previstos várias modalidades de esportes.



- 5 — restauro do jardim fronteiro ao núcleo principal de construções da Escola, sendo-lhe devolvido o traçado original, de autoria do paisagista Arsène Puttemans;
- 6 — restauro da Casa da Portaria, sobre a Av. Brasil e pavimentação a paralelepípedos rejuntados a cascalhinho e betume, meios fios, sarjetas e caixas coletoras de águas pluviais, da estrada de acesso pela mesma via, cobrindo uma área aproximada de 900 m² pavimentados;
- 7 — foi também dispensada maior atenção e realizados serviços de contenção do terreno, fortemente erodido, sobretudo na parte posterior dos edifícios principais da Escola, com a construção de cerca de 100 metros lineares de muretas de arrimo e consequente formação de diversos platôs. O material resultante do serviço de terraplanagem para a estrada de acesso pela Avenida Brasil, está sendo aí depositado.

Terminando, o Diretor fez especial menção de agradecimento ao Fundo Federal Agropecuário, pelo auxílio que dele recebeu a Escola; à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, pelo Convênio em vigor, em virtude do qual aquela Superintendência coloca à disposição do estabelecimento alguns professores, que lá lecionam nos Cursos Rápidos; Moinho Fluminense S. A., que, antes, fornecia para o rebanho suíno da Escola resíduo de trigo, substituindo-o atualmente por uma quantia mensal em dinheiro; à Cooperativa Agrícola de Cotia, que, desde que assumiu o atual diretor, vem fornecendo a batata consumida pela cozinha da Escola; à Campanha Nacional de Alimentação Escolar e ao Departamento Nacional da Criança, que muito ajudaram o estabelecimento em 1966.

A seguir, foi feita a entrega de Certificados aos Oficiais Veterinários, que cumpriram as 36 horas de aula, programadas para o Curso Especial Rápido de Agricultura que lhes foi ministrado, a pedido do Comando da Escola de Veterinária do Exército.

São eles:

Francisco Antônio de Oliveira	— 2.º tenente
João Carlos Martins Maia	— 2.º tenente
Carlos da Silveira Pacheco	— 2.º tenente
José Patrício Cauly Bandeira	— 2.º tenente
Celso Grassi	— 2.º tenente
Julio Garcia D'Ávila	— 2.º tenente
Esmeraldo Carvalho Feitosa	— 2.º tenente
Paulo de Tarso Falcão	— 2.º tenente
Salvador Machado	— 2.º tenente
José Ribamar Cruz e Silva	— 2.º tenente
Messias Mendes Ferreira	— 2.º tenente
Manoel Solimar de Lima	— 2.º tenente
Raimundo Lopes Sobrinho	— 2.º tenente
Plínio Assis Peres Nogueira	— 2.º tenente
Darcy Jorge Camillo	— 2.º tenente
Ivan Castro de Souza	— 2.º tenente
João Sitniki Filho	— 2.º tenente
Paulo Cesar Lacerda	— Major

Depois dos oficiais, receberam sucessivamente os seus diplomas e certificados os alu-

nes do 2.º ano (Hortelão, Floricultor e Fruticultor) e os internos do Curso de Treinamento Agrícola.

A estes, de acordo com o plano executado em 1966, foi entregue a participação que lhes coube nos lucros apurados, dos projetos de Avicultura, Suinocultura e de Hortaliçicultura, respectivamente de Cr\$ 13.400 e Cr\$ 16.500, para cada aluno.

Falou a seguir o orador da turma, João Bosco Torres Alves, que disse as seguintes palavras:

"Quiseram os meus colegas que eu fizesse nesta solenidade tão significativa para todos nós que vamos ingressar na vida prática, tem ela grande significação por ser também um momento de despedida, que representa alegria, tristeza e saudade.

Alegria, por termos alcançado o nosso objetivo, concluindo o curso que nos abre novos horizontes e nos conduz a caminhos mais seguros, pela confiança no futuro e pela aptidão obtida para enfrentá-lo.

Tristeza e saudade, porque vamos perder o convívio de todos os que nesta Casa labutam e nunca pouparam esforços para o nosso bem-estar.

Podeis estar certos, prezado diretor, caros mestres e demais funcionários, que vosso esforço, incentivo e dedicação jamais serão esquecidos por nós, por nós que neste momento aqui partimos por este Brasil afora para honrar o nome da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que vem há muitos anos dando à nossa Pátria profissionais capazes de desempenhar o papel tão relevante e tão primordial para o desenvolvimento de nossa agricultura, qual seja, o do emprego de técnicas modernas e racionais no cultivo da terra. Está de parabéns a Sociedade Nacional de Agricultura, que em boa hora fundou e com grande sacrifício vem mantendo a nossa Escola, aliás a única no gênero neste Estado.

A saudade que já começa a acenar neste adeus, fará com que espiritualmente aqui fiquemos ligados, mesmo porque, lá fora, na luta pela vida, quando nossas forças começarem a faltar, quando as esperanças começarem a ser dominadas pelo desânimo, aqui voltaremos e como no poço da juventude, renovaremos nossas forças e continuaremos nossa jornada. Aos colegas que aqui ficam o nosso apelo para que nunca esmoreçam, estudem com afinco, colaborem com a nossa Escola e obtenham como nós prêmio final para a missão que nos é confiada: o desenvolvimento de nossa agricultura fator importante no progresso do Brasil.

A todos o nosso adeus e o nosso muito e muito obrigado.

O orador seguinte foi o Dr. Altamir Gonçalves de Azevedo, do Fundo Federal Agropecuário, que em expressivo improviso ressaltou a obra da "Wenceslão Bello" e, dirigindo-se aos seus paraninfados, os exortou a que continuassem estudando e que, ao defrontarem alguma dificuldade no decorrer de sua vida profissional, o procurassem, e jamais esquecessem a Escola, que continuava a ser uma Casa de cada um e de todos.

Usou também da palavra o Cel. Sotessel Guimarães Alves, que lembrou o trabalho da Escola, dando ênfase à colaboração que dela



Alunos da "Wenceslão Bello", praticando esporte.

recebeu este ano. Lembrou que somente agora "descobriu" a "Wenceslão Bello", à qual, afirmou, recorrerá mais freqüentemente no futuro, pois muito ainda espera do tradicional estabelecimento.

Após a passagem do Símbolo da Escola do 1.º ano mais destacado que a deixa ao melhor aluno do 1.º ano, que ficou, usou da palavra o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que teceu considerações a respeito da atuação da importante dependência da entidade que preside, felicitando os diplomados dirigindo-se especialmente aos oficiais veterinários presente que, no seu dizer, vieram dignificar os bancos do velho estabelecimento de ensino agrícola.

Teve palavras de louvor para os professores e auxiliares da administração, destacando a atuação do diretor, as quais, todos, disse, vêm no seu trabalho na Escola mais um ideal do que mesmo proventos materiais.

A sessão foi encerrada, passando todos ao refeitório onde foi servido o lanche oferecido pelo diretor aos convidados e alunos.

Cursos Práticos Agrícolas. Aula Prática de Enxertia



O INDA E A ED

Continuamos hoje o fornecimento de informações sobre atividades realizadas pelo INDA, desde a sua criação, focalizando mais alguns aspectos da ação dinâmica e empreendedora dessa Autarquia na consecução dos objetivos preconizados na Lei 4.504, de 30-11-64 — ESTATUTO DA TERRA.

No setor educacional rural, por exemplo, as metas do INDA visam atingir tanto ao jovem quanto ao adulto, ministrando-se-lhes conhecimentos básicos destinados a prepará-los para empregar de maneira mais eficiente a iniciativa e os recursos locais, com o objetivo primordial de convencê-los a aplicar em seu meio de trabalho os ensinamentos

recebidos, fazendo-os permanecer no seu "habitat", cômicos de que o cultivo da terra, através do uso de práticas agrícolas racionais, gera desenvolvimento agrário, aumento de produtividade e de riquezas que proporcionam melhor padrão de vida e maior conforto aos rurícolas.

Entre os alvos colimados pelo INDA destacam-se: a capacitação profissional da juventude rural que se dedica a tarefas agro-pastoris, através de melhores métodos tecnológicos de produção; a maior utilização dos recursos de assistência técnica, creditícia e social; a motivação para o despertar da necessidade de organização de cooperativas para comercialização dos produtos

das comunidades; o desenvolvimento da capacidade de liderança, quer na juventude rural, quer entre os adultos, visando ao desencadeamento do processo de mudança de mentalidade dos membros das coletividades rurais, com o conseqüente alastramento de seus sadios reflexos nas regiões circunvizinhas.

Como prova do esforço do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário no sentido de atingir os objetivos acima, informamos que a referida Autarquia no *Rio Grande do Sul*, em colaboração com a Secretaria de Educação e o Instituto Gaúcho da Reforma Agrária (IGRA) está realizando programa de instalação, manutenção e ampliação de Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola. Inicialmente, o INDA contribuiu com a importância de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros) e reservou uma dotação específica anual que será ampliada de acordo com as disponibilidades dos recursos financeiros, tendo em 1966 sido aplicados Cr\$ 90.000.000.

Ainda no *Rio Grande do Sul*, objetivando o aprimoramento do nível técnico do pessoal destinado a prestar assistência às populações rurais, celebrou o INDA convênio em colaboração com o Governo daquele Estado, Universidades Rurais, ABCAR, ETA e Ministério da Agricultura, para desenvolver programas destinados



INDA — "MENS SANA IN CORPORE SANO"

EDUCAÇÃO RURAL

a alcançar, entre outras, as seguintes finalidades do CETREISUL: habilitar pessoal para trabalhar nos programas de Extensão Rural; realizar cursos de treinamento técnico neste setor; criar uma mentalidade extensionista nas profissões ligadas ao meio rural; manter e participar nas informações e divulgações de atividades correlatas à Extensão Rural, ao Fomento, ao Ensino e Pesquisa Agrícola. Para a consecução destes objetivos, o INDA concorreu com Cr\$ 8.000.000 (oito milhões de cruzeiros), neste exercício.

No Estado do Amazonas, o INDA também se faz presente e, uma vez mais, no setor de educação e de treinamento. Mediante colaboração com o Governo daquele Estado e a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional, foi iniciado o funcionamento de dois cursos de treinamento de líderes e trabalhadores rurais dos municípios incluídos nas prelações de Tefé e Ccarí, com o objetivo de implantar em futuro próximo um serviço de Extensão Rural adaptado às condições da Amazônia. Concorreu a Autarquia com auxílio no valor de Cr\$ 18.750.000 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para manutenção desses e de outros cursos de natureza idêntica.

No Estado de Minas Gerais, há realização de um

trabalho com a Secretaria de Educação, com vistas à ampliação da escolaridade no Estado, através da implantação das 5.^{as} e 6.^{as} séries nas escolas primárias localizadas nas regiões agrícolas. Esse programa agrícola visa a familiarizar as crianças e os jovens com as práticas agrícolas, despertando neles a necessidade de aprimorar os seus conhecimentos através da instrução técnica. Para a concretização desse plano educacional o INDA está colaborando com a importância de Cr\$ 187.880.000 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros).

Ainda no mesmo Estado, cooperando com a Universidade Rural de Minas Gerais, realizou o INDA convênio referente à construção de um prédio de alojamento para agricultores, com a finalidade de facilitar a execução de uma série de cursos intensivos para líderes rurais, destinados a capacitá-los a atingir uma agricultura mais adiantada. O INDA pode utilizar-se destas instalações com o fim de aperfeiçoar pessoal nesta matéria, tendo cooperado para este empreendimento com a quantia de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros).

SABER PARA VIVER



A infância escolar do Núcleo Colonial de Guamá, no Pará, recebe a visita do Presidente do INDA.

Em Campinas, no Estado de São Paulo, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário patrocinou a realização do Primeiro Seminário Brasileiro de Sociologia e Extensão Rural. O que se teve em vista, com êste Conclave, foi obter dos participantes uma adequada compreensão do processo de formulação e desenvolvimento do currículo e dos critérios que originarão a ampliação do programa de Sociologia e Extensão Rural, para implantação de tais disciplinas nas Escolas de Agronomia e Veterinária. A inclusão destas cadeiras de forma definitiva nos cursos de Agronomia e Veterinária constitui mais uma das metas do INDA no setor da educação rural. Vale aqui ressaltar que, dentro dos objetivos primordiais da ação do INDA, estabelecidos pelo Estatuto da Terra, a expansão do cooperativismo e da extensão rural está recebendo a maior atenção da administração atual da Autarquia.

Em Lins, ainda no Estado de São Paulo, através a recente assinatura de um Convênio com a Diocese, no valor de Cr\$ 78.648.000 (setenta e oito milhões e seiscentos e quarenta e oito mil cruzeiros) o INDA se dispôs a patrocinar a realização de Cursos de Aprendizagem Agrícola no Município de Araçatuba, naquele Estado.

É mais um esforço, no Brasil, no sentido de se formar profissionais de níveis elementar e médio em técnicos de agricultura. Não se trata de Cursos para diplomar intelectuais, mas sim de ensinar o próprio agricultor e o trabalhador rural



Festa Escolar no Núcleo Colonial do INDA em Monte Alegre, Pará.

a exercerem sua profissão no campo.

Existe no País várias escolas destinadas ao ensino comercial e industrial, mas não há até agora, em São Paulo, nenhuma para aprendizagem agrícola. Por conseguinte, o Convênio acima representa uma iniciativa pioneira do INDA.

A programação desta nova atividade compreende 6 (seis) cursos anuais de especialização rural que serão ministrados a turmas de cinquenta alunos. Do currículo escolar constam as seguintes matérias: a preparação e conservação dos solos; sementeação e adubação; tratos culturais; tratamento fitossanitário; colheita; armazenagem; comercialização; industrialização e outros assuntos pertinentes à educação rural.

No tocante ao crédito rural educativo, sua atual difusão, aplicação e utilização racional nos Núcleos Coloniais de Pium e Dom Marcolino Dantas, situados no Rio Grande do Norte, representam uma experiência pioneira de orientação sobre como ocupantes de

lotes de núcleos coloniais podem habilitar-se ao crédito rural e como devem usá-lo, no sentido de obterem o melhor rendimento técnico e financeiro, oferecido por êste tipo de financiamento.

Colaborando com a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, o INDA celebrou convênio, objetivando a execução de um projeto de "Clubes Agrícolas" na zona metalúrgica de Minas Gerais. A implantação de "Clubes Agrícolas" constitui uma iniciativa a que a Autarquia se propõe a dar a maior atenção, visto como, pela sua disseminação em diversas regiões do País, será atendida mais uma das metas da atuação do INDA no meio rural.

Evidentemente o INDA não está apenas trabalhando para o presente; está também preparando o futuro, estendendo sua área de ação à educação das novas gerações e semeando nos campos da cultura, a fim de que em data bem próxima já o País possa colher os primeiros frutos de u'a ação profícua em benefício da coletividade rural.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

RESOLUÇÃO n.º 382

A Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, no uso das atribuições que lhe concede a Lei n.º 1.779, de 22 de dezembro de 1952, e na conformidade da deliberação do Conselho Monetário Nacional,

RESOLVE:

1. As exportações de café cujas declarações de vendas forem registradas no Instituto Brasileiro do Café, a partir de 12 de dezembro corrente e até comunicação em contrário, poderão ser contratadas para pagamento, no exterior, contra saques até 90 (noventa) dias de vista, desde que os embarques se realizem nos prazos regulamentares em vigor.

2. A remuneração aos exportadores, nos casos de operações contratadas para pagamento a prazo, será feita nas bases de verda à vista, nos níveis estabelecidos na Resolução n.º 364, de 29 de junho de 1966.

3. São os seguintes os preços mínimos, por libra-pêso, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas, para registro de "declarações de vendas", segundo as condições em que as exportações forem contratadas.

I — Cafés despolpados ou cafés do tipo 5 (cinco) para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona" — Embarques em qualquer pôsto:

- a) — US\$0. 38,500 para pagamento à vista;
- b) — US\$0. 38,933 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra bancos do exterior;
- c) — US\$0. 39,978 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra firmas do exterior.

II — Cafés do tipo 5 (cinco) para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona" — Embarques pelos portos de Paranaguá e Antonina:

- a) — US\$0. 37,500 para pagamento à vista;
- b) — US\$0. 37,922 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra bancos do exterior;
- c) — US\$0. 38,063 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra firmas do exterior.

III — Cafés do tipo 7 (sete) para melhor, bebida "Rio-Zona" — Embarques pelos portos do Rio de Janeiro e Niterói:

- a) — US\$0. 34,500 para pagamento à vista;
- b) — US\$0. 34,888 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra bancos do exterior;
- c) — US\$0. 35,018 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra firmas do exterior.

IV — Cafés do tipo 7 (sete) para melhor, bebida "Rio-Zona" — Embarques pelos portos de Vitória, Salvador, Recife e Itajai:

- a) — US\$0. 33,000 para pagamento à vista;
- b) — US\$0. 33,371 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra bancos do exterior;
- c) — US\$0. 33,495 para pagamento contra saques a 90 (noventa) dias de vista, emitidos contra firmas do exterior.

4. As "declarações de vendas" apresentadas a registro no Instituto Brasileiro do Café deverão indicar as condições de pagamento em que as operações foram contratadas: à vista ou a prazo; neste último caso especificando o sacado (saques contra bancos ou contra firmas).

5. A faculdade de vendas a prazo previstas na presente Resolução não se aplica às operações conduzidas em moedas de convênios bilaterais de pagamentos e as exportações para a Argentina, regidas por normas próprias de liquidação, que continuam em vigor.

6. As Agências do Instituto Brasileiro do Café nos portos de embarque estarão capacitadas a prestar os esclarecimentos necessários.

7. As operações registradas no Instituto Brasileiro do Café de 1.º de dezembro corrente em diante poderão se ajustar às condições agora estabelecidas, desde que os respectivos contratos de câmbio não tenham sido liquidados e os cafés não embarcados.

8. Os prazos de embarque estabelecidos pelo Instituto Brasileiro do Café deverão ser rigorosamente observados nas operações contratadas para pagamento a prazo.

9. Permanecem em vigor as demais disposições que não colidirem com as da presente Resolução, inclusive Sistema de Garantia de Preços (Resoluções ns. 341 e 346) e reduções consentidas de registro (reintegrato).

10. O Banco Central da República do Brasil, por sua Fiscalização Cambial, expedirá as instruções pertinentes.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1966

Leonidas Lopes Borio
Presidente

SITUAÇÃO

NACIONAL

DA

PRODUÇÃO

E

CONSUMO

DO

FEIJÃO

(DE 1920 A 1964)

O FEIJÃO — produto fundamental do prato popular brasileiro.

Sua produção, ainda aguardando equacionamento, constitui, na atualidade, o Problema n.º 1 a ser atacado e resolvido tanto pelas autoridades nacionais de cúpula como pelas técnicas e econômicas especializadas em ação conjunta.

Apesar de seu alto valor alimentício que tem sido o sustentáculo do nosso homem comum na árdua tarefa da construção material do arcabouço da economia rural e urbana do país como principal fornecedor de proteínas a todas as gerações de brasileiros, é o Feijão ainda hoje, um produto esquecido de cogitações sérias só lembrado, passageiramente por ocasião das crises intensas da respectiva produção.

Para melhor assinalar a sua pujança como alimento, convém lembrar que a lavoura cafeeira nacional, que constituiu o maior fenômeno econômico mundial de todos os tempos conhecidos, foi erigida graças ao braço do nosso trabalhador, mantido no seu diuturno esforço construtivo por uma dieta alimentar constante em que o Feijão sempre preponderou quantitativamente como seu máximo componente básico.

Apesar da importância de tal produto, a quem o país tanto deve, a sua cultura — intercalar ou não — passou quase que despercebida da atenção pública e oficial durante um longo ciclo, até às crises de hoje, pois

que, então, era apenas uma prática rotineira do pequeno lavrador anônimo — sitiante, colono ou assalariado — cujo anonimato perdura ainda hoje.

A produção resultante do esforço dessa classe de modestos lavradores, que excedia às suas necessidades consumidoras, afluía aos mercados do país através de vários intermediários, sem merecer qualquer atenção das autoridades públicas, agrícolas e administrativas que o ignoravam porque seu volume quase total — cerca de 90% — provinha das lavouras cafeeiras, onde era cultivado por colonos e camaradas, sem a interferência auxiliar do patrão. Este apenas permitia ou tolerava a sua cultura intercalar nos cafezais novos da Fazenda e em áreas adjacentes, não só com o intuito de menores gastos na formação dos cafezais novos, como para provocar maior afluxo de braços à sua propriedade.

Transcorrido o apogeu do ciclo cafeeiro nacional e em curso a sua decadência, desaparecidas as terras virgens para novos cafezais em zonas ecológicas e econômicas apropriadas, começaram a aflorar as primeiras dificuldades no abastecimento nacional de Feijão, agravadas pelo índice demográfico ascensional do país.

Desaparecida praticamente a contribuição produtora das lavouras novas das fazendas cafeeiras, permanece o cultivo do Feijão, ainda hoje, entregue aos esforços braçais dos pequenos agricultores na sua generalidade.

de sitiantes, arrendatários, parceiros, assalariados e colonos, cuja capacidade de ampliação produtiva individual é pouco elástica pois que ela depende e é proporcional à capacidade exclusiva do esforço físico de cada lavrador.

Se não houve colapso completo da produção feijoeira proporcionada anteriormente pelas fazendas de café, deve-se o fato a que a dispersão lenta dos braços sobranes, provenientes dos cafezais abandonados paulatinamente e daqueles em decadência, permitiu em elevada percentagem, a sua auto reintegração nas fainas agrícolas, afastados que foram das favelas por incompatibilidades tanto profissionais e ambientais, como, principalmente, as decorrentes de sua índole e formação psíquica. Essa dispersão dos braços das lavouras de café deslocou a produção do Feijão para pequenas áreas geralmente de valores menos elevados, ao alcance dos pequenos lavradores, e por isso, mais distanciadas dos centros de comercialização e consumo, acarretando ao produto subsequentemente obtido, maiores custos decorrentes de transportes mais onerosos.

É necessário acentuar-se que a produção de Feijão já era deficitária quando do apogeu das lavouras de café donde ele provinha em volume quase total e por preços ínfimos pois que o custo de sua cultura não era escuriturado senão como o da formação dos cafezais.

Essa deficiência, que se mani-

**SITUAÇÃO NACIONAL DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO
E DISPONIBILIDADES PER CAP/DIA**

DADOS OFICIAIS DO SEP

1920 a 1964

ANEXO N.º 1

Anos	População (1.000)	Produção (t)	grs. per cap/dia	Média Quin- quênio grs. per cap/dia
1920	27.404	725.069	72,4	
1921	27.969	561.280	54,9	
1922	28.542	564.257	54,1	
1923	29.126	603.135	56,7	
1924	29.723	515.009	47,4	57,1
1925	30.333	553.679	50,0	
1926	30.953	600.235	53,1	
1927	31.587	701.432	60,8	
1928	32.234	770.717	65,5	
1929	32.894	776.143	64,6	58,8
1930	33.568	695.314	56,7	
1931	34.256	687.112	54,9	
1932	34.957	722.224	56,6	
1933	35.673	704.562	54,1	
1934	36.404	663.960	49,9	54,4
1935	37.150	818.010	60,3	
1936	37.911	826.981	59,7	
1937	38.687	828.673	58,6	
1938	39.480	854.167	59,2	
1939	40.289	785.805	53,4	58,2
1940	41.114	767.314	51,1	
1941	42.069	874.897	55,9	
1942	43.069	837.672	45,0	
1943	44.093	915.593	56,8	
1944	45.141	1.042.520	63,2	54,6
1945	46.215	1.002.446	59,4	
1946	47.313	1.075.955	62,3	
1947	48.438	1.046.234	59,1	
1948	49.590	1.132.610	62,5	
1949	50.569	1.256.848	67,8	56,2
1950	51.944	1.248.138	65,8	
1951	53.496	1.237.662	63,3	
1952	55.095	3.507.721	174,4	
* 1953	56.741	1.386.600	66,9	
1954	58.437	1.544.228	72,3	88,5 índice elevado por efeito da extensão da cultura nas áreas geadas do Paraná.
1955	60.183	1.474.985	67,1	
1956	61.981	1.379.327	60,9	
1957	63.833	1.582.017	67,8	
1958	65.740	1.453.607	60,5	
* 1959	67.707	1.549.644	62,7	63,8
1960	70.967	1.730.795	66,8	
1961	73.088	1.744.561	65,3	
* 1962	75.271	1.708.983	62,2	
1963	77.521	1.942.364	68,6	
1964	79.304	1.939.379	67,3	66,0

* Houve importações nos referidos anos, não computadas nas médias grs. per cap/dia.

festava nos meios urbanos sob o ponto de vista nutricionista, poderia ser apreciada tão somente tendo em vista a massa total consumidora nacional em função da produção obtida, ano a ano, conforme consta do quadro incluso — Anexo n.º 1.

Todavia essa apreciação seria irreal como passaremos a verificar nos comentários subsequentes.

Verifica-se do referido quadro Anexo n.º 1 — constituído pelos dados estatísticos oficiais integros — que nos 45 anos aí registrados a média geral quinquenal de disponibilidade do produto, per capita dia, nos nove quinquênios computados, alcançou apenas 61,9 gramas.

Considerando-se, entretanto, que 1/3 da população do país não consome Feijão — componentes da infância e da velhice, doentes, as elites sociais e parte da colônia estrangeira aqui radicada — verifica-se que aquela média de 61,9 gramas de disponibilidade de Feijão per capita dia, passa a ser de 94,2 gramas. Todavia, sabe-se que as safras de cereais (inclusive a do feijão) colhidas no Brasil, sofrem uma quebra, por perdas (sacarias rasgada e furada, ação destruidora de ratos carunchos, mofo e apodrecimento por excesso de umidade e e maus armazens) da ordem de 15%. Diante disto, a disponibilidade citada de 94,2 gramas per capita dia passaria a ser de 80,0 gramas.

Há ainda a considerar, em relação ao Feijão, outro fator de perdas, além das supra citadas que se refere às deficiências quantitativas dos recursos transportadores daquele produto, das zonas rurais aos centros consumidores. Essas deficiências são já tradicionais, dada a precariedade da nossa infra-estrutura de vias de comunicações transportes e de armazenagem especializada nos centros rurais produtores, ocasionando, periódica e comumente, graves crises e verdadeiros colapsos prejudiciais à população consumidora e, principalmente ao produtor que, não podendo comercializar parcelas ponderáveis de sua colheita não se anima para maiores esforços de ampliação produtora futura.

Como o levantamento estatístico da produção feijoeira tem por base a média da produção por hectare em função da área cultivada, segue-se que estas

perdas devem reduzir também as quantidades registradas anualmente pelos órgãos estatísticos, conforme constam, sem modificações, do quadro Anexo n.º 1.

As perdas mínimas por falta da entrega total íntegra, da produção havida à comercialização, resultantes das deficiências quantitativas transportadoras, podem ser consideradas, anualmente em cerca de 5,0% no mínimo. Nestas condições as deduções totais da produção colhida seriam da ordem efetiva de cerca de 20,0%, acarretando essa taxa total desastrosa um saldo de disponibilidade per capita dia da ordem de 75,3 gramas, considerados apenas 2/3 da população nacional como consumidora.

Tendo-se em vista a dieta popular da massa consumidora do país que absorve cerca de 400 gramas diárias de feijão cozido e temperado segundo os hábitos imperantes, correspondentes a, aproximadamente, 142 gramas de feijão cru per capita dia, verifica-se que, na realidade, houve, naquele longo período, um "deficit" médio, per capita dia, da ordem de 66,7 gramas.

Devemos declarar que aquele consumo per capita dia, de cerca de 142 gramas de feijão cru — dividido em duas refeições — pela massa consumidora nacional, foi examinado, aferido e comprovado através de cuidadosos testes.

Considerando-se os 2/3 da população consumidora média dos 45 anos do período examinado, representada por 31.081.000 indivíduos, temos que o "deficit" médio da produção anual, no referido período, foi da ordem de 756.682 ton/ano, correspondentes a uma área de cultura, não efetuada, de cerca de 1.261.136 hectares, na base de rendimento de 10 sacos de 60 kg/ha (veja-se anexo n.º 2).

Admitindo-se, por absurdo, que não existissem aqueles 20% de perdas das safras, verificaríamos, assim mesmo, um "deficit", per capita dia, de apenas 47,7 gramas, correspondentes a 541.136 toneladas anuais, produção de uma área não cultivada de 901.893 ha.

Apreciando-se isoladamente o ano de 1964 com 52.869.000 consumidores, resultantes da redução de 1/3 do total da população verificada nesse ano e que foi de 79.304.000 habitantes; admitindo-se também, ain-

da por absurdo, que não houvessem ocorrido perdas de quaisquer parcelas da produção registrada na estatística do SEP, que totalizou 1.939.379 toneladas, verificaríamos, ainda assim, um "deficit" per capita dia, no consumo nacional, da ordem de 41,5 gramas, totalizando 800.833 toneladas no ano. Essa tonelagem corresponde a um "deficit" de área de cultura, ou a uma área não cultivada, da ordem de 1.334.721 ha, calculada na base de 10 sacos de 60 kg/ha, tendo em vista o tipo atual do nosso lavrador de feijão e de suas lavouras empíricas.

Considere-se que, neste caso, a quota per capita dia, da produção registrada para 2/3 da população foi de 100,5 gramas.

Quaisquer comentários sobre o quadro consumidor nacional, delineado através da exposição supra, tornam-se óbvios. Ele é simplesmente negro, podendo se resumir na seguinte situação que atinge tanto a área da produção como ao lavrador anônimo e aos consumidores:

- 1.º) produtor braçal de mentalidade pouco ou nada esclarecida;
- 2.º) áreas individuais de plantio, diminutas;
- 3.º) tipo da cultura-empírica;
- 4.º) capacidade e qualidade armazenadora do produtor, deficientíssima ou nula;
- 5.º) variedades cultivadas sem seleção a não ser pelas colorações, e isto, sob forma também empírica;
- 6.º) desconhecimento público de trabalhos genéticos melhoradores do produto que possam haver sido efetuados nos centros experimentais do país;
- 7.º) inexistência de centros, ou de campos produtores, ou multiplicadores de sementes selecionadas, de variedades conhecidas, em quantidades compatíveis com a área cultivada no país e com a procura;
- 8.º) silêncio quase absoluto dos centros técnicos pesquisadores do país sobre resultados experimentais melhoradores da cultura que, se existentes, continuam desconhecidos nos meios rurais interessados;
- 9.º) carência e preços elevados tanto de fertilizantes como de defensivos;

10.º) ausência generalizada de inoculação não só das sementes a serem plantadas como das áreas de plantio, e ignorância, por falta de divulgação, dos processos para essa prática;

11.º) situação inerte e indefesa do produtor frente ao comércio intermediário;

12.º) impraticabilidade de auxílios, ou socorros financeiros aos produtores típicos tanto pela respectiva fraqueza econômica e financeira, como pela sua inalcançabilidade decorrente de ignorância generalizada, assim como pela deficiência quantitativa ou inexistência de entidades de crédito nas áreas longínquas e de difícil acesso onde comumente exercem suas atividades produtoras;

13.º) embalagem caríssima em sacaria velha, deteriorada;

14.º) transportes difíceis e a preços elevadíssimos;

15.º) estradas e caminhos de escoamento do produto, difíceis, sem conservação e de largas distâncias.

Diante da permanência das condições acima arroladas não pode haver esperanças de uma melhoria na produção em causa, sendo surpreendente mesmo que o produto ainda apareça no mercado. Este milagre resulta tão somente das necessidades alimentares dos próprios pequenos lavradores do país que, no seu esforço de produzir para sobreviver, nos cedem suas sobras através do comércio intermediário, quando isto ocorre nos bons anos agrícolas. Todavia, a tendência visível em relação a esse produto é a de seu desaparecimento gradativo do comércio do país mesmo a despeito dos preços mínimos que bem pouco beneficiam os produtores, se permanecerem as atuais condições em que se processa a cultura.

O Café foi o grande produtor de Feijão. As causas econômicas do declínio de seu fustígio arrastaram também a produção dessa leguminosa a níveis ínfimos, consideradas as necessidades crescentes do país.

A queda da produção feijoeira proveniente dos cafezais brasileiros é nitidamente visível

SITUAÇÃO NACIONAL DA PRODUÇÃO E CONSUMO DE FEIJÃO — — PERÍODO 1920/1964 (ANEXO N.º 2)

Anos	População (1.000 hab.)	Produção (t)	Cons. médio anual g per cap/dia s/ população total	Cons. médio g per cap/dia s/ pop. consumidora - Mé- dia do quinquênio	Deficit em função do cons. habitual levantado
1920	27.404	725.069	72,4		
1921	27.969	561.280	54,9		
1922	28.542	564.257	54,1		
1923	29.126	603.135	56,7		
1924	29.723	515.009	47,4		
	Média anual da pop. to- tal no quinquênio	Média da produção anual do quinquênio	Média		
	28.553	593.748	57,1		
	Pop. consumidora média do quinquênio				
	19.035				
1925	30.333	553.679		85,4	g per cap/dia 56,6
1926	30.953	600.235			em t/ano 393.244
1927	31.587	701.432	50,0		em área cultivada 655.406
1928	32.234	770.717	53,1		
1929	32.894	776.143	60,8		
	Média anual da pop. to- tal no quinquênio	Média da produção anual do quinquênio			
	31.600	680.441	65,5		
	Pop. consumidora média do quinquênio		64,6		
	21.067				
1930	33.568	695.314	58,8		
1931	34.256	687.112			
1932	34.957	722.224		88,2	g per cap/dia 53,8
1933	35.673	704.562			em t/ano 413.692
1934	36.404	663.960			em área cultivada 689.483
	Média anual da pop. to- tal no quinq.	Média da produção anual do quinquênio			
	34.971	694.634	56,7		
	Pop. consumidora mé- dia do quinquênio		54,9		
	23.314		56,6		
	37.150		54,1		
1935	37.911	818.010	49,9		
1936	38.687	826.981		81,6	g per cap/ dia 60,4
1937	39.480	828.673			em t/ano 513.980
1938		854.167	54,4		em área cultivada 853.634

Anos	População (1.000 hab.)	Produção (t)	Cons. médio anual g per cap/dia s/ população total	Cons. médio g per cap/dia s/ pop. consumidora - Mé- dia do quinquênio	Deficit em função do cons. habitual levantado
1939	40.289	785.805	53,4		
	Média anual da pop. to- tal no quinq.	Média da produção anual do quinquênio	Média		
	38.703	822.727	58,2	87,3	g per cap/dia. 54,7 em t/ano 515.137 em área cultivada 858.561
	25.802				
	41.114	767.314	51,1		
1940	42.069	874.897	56,9		
1941	43.069	837.672	45,0		
1942	44.063	915.593	56,8		
1943	45.141	1.042.520	63,2		
1944					
	Média anual da pop. to- tal no quinquênio	Média da produção anual do quinquênio	Média		
	43.097	887.599	54,6	84,6	g per cap/dia 57,4 em t/ano 601.922 em área cultivada 1.003.204
	28.730				
	46.215	1.002.446	59,4		
1945	47.313	1.075.955	62,3		
1946	48.438	1.046.234	59,1		
1947	49.590	1.132.610	62,5		
1948	50.569	1.256.848	67,8		
1949					
	Média anual da pop. total no quinquênio	Média da produção anual do quinquênio	Média		
	48.425	1.102.818	56,2	93,5	g per cap/dia 48,5 em t/ano 571.456 em área cultivada 952.427
	32.282				
	51.944	1.248.138	65,8		
1950	53.496	1.237.662	63,3		
1951	55.095	3.507.721	174,4		
1952	56.741	1.386.600	66,9		
1953	58.434	1.544.228	72,3		
1954					
	Média anual da pop. to- tal no quinq.	Média da prod. anual do quinq.	Média gea- das)	133,0	g per cap/dia 9,0 em t/ano 120.757 em área cultivada 201.261
	55.142	1.784.869	88,5		
	36.760				

Anos	População (1.000 hab.)	Produção (t)	Cons. médio anual g per cap/dia s/ população total	Cons. médio g per cap/dia s/ pop. consumidora - Mé- dia do quinquênio	Deficit em função do cons. habitual levantado
1955	60.183	1.474.985	67,1		
1956	61.981	1.379.327	60,9		
1957	63.833	1.582.017	67,8		
1958	65.740	1.453.607	60,5		
1959	67.707	1.549.644	62,7		
	Média anual da pop. to- tal no quinq. Prop. consumidora média do quinquênio	Média da prod anual do quinq. 1.487.916	Média 63,8	95,7	g per cap/dia 46,3 em t/ano 719.762 em área cultivada 1.199.604
1960	70.967	1.730.795	66,5		
1961	73.088	1.744.561	65,3		
1962	75.271	1.708.983	62,2		
1963	77.521	1.942.364	68,6		
1964	79.304	1.939.379	65,8		
	Média anual da pop. to- tal do quinq. Pop. consumidora média do quinquênio	Média da prod anual do quinq. 1.813.216	Média 66,0	99,0	g per cap/dia 43,0 em t/ano 787.136 em área cultivada 1.311.893

OBSERVAÇÕES:

- 1) Houve importações nos referidos anos (*), não computadas nas médias grs. per cap/dia.
- 2) **Pop. consumidora** = 2/3 da população média total.
- 3) Consumo médio habitual levantado por cap/dia = 142 gr.
- 4) Média dos deficits quinquenais no período de 45 anos = 47,7 gr.
- 5) Área cultivada (ha).

desde que se compare a sua produção nacionais em 1929 — 776.143 toneladas — ano do colapso cafeeiro com a obtida em 1934 — 663.960 toneladas. Essa queda de produção correspondente a 14,4% e que se processou, paulatinamente, no quinquênio subsequente a 1929, teve como contrapartida agravante, no mesmo período, um aumento da população correspondente a 10,6%, donde resulta que as disponibilidades de Feijão são nesse período, caíram de 25, %.

O desenvolvimento da produção cafeeira no Paraná, entre os quinquênios de 1941/1945 e 1956/1960, elevou a cultura do Feijão, entre os quinquênios extremos, de 198,0% em área e 104,0% na produção.

Nos quinquênios a partir de 1941 a 1960, enquanto a produção paulista de Feijão, per capita/ano, em período de forte declínio cafeeiro, apresentou respectivamente

no 1.º quinquênio	18,3 kg
2.º "	20,5 kg
3.º "	27,2 kg
4.º "	17,3 kg

o Estado do Paraná, quando marchando para o seu apogeu cafeeiro, produzia, per capita/ano, naqueles mesmos períodos, os seguintes quantitativos

no 1.º quinquênio	100,3 kg
2.º "	94,2 kg
3.º "	129,3 kg
4.º "	82,7 kg

Verifica-se ainda que a fase cafeeira áurea paranaense já passou, havendo começado, por isso, o declínio produtor de Feijão — que vem se acentuando, rápida e paralelamente, na razão direta da decadência cafeeira. Os dados estatísticos supra assinalados atestam esse declínio através do índice per capita de sua produção de Feijão no quinquênio 1956/1960, seguido do referente ao último período 1961 a 1965, que atingiu apenas a 85,9 kg, per capita/ano. A redução verificada nos últimos 10 anos em relação aos 15 anteriores foi da ordem de 26,9%.

Diante dessa involução econômica pergunta-se qual será a situação do consumidor brasileiro diante da perspectiva de violenta redução quantitativa do produto constitutivo de seu alimento fundamental?

A resposta a essa pergunta constitui problema difícil.

Os elevados preços do Feijão, hoje vigorantes, por falta de produção suficiente mesmo quando cultivado em condições climático-meteorológicas normais, agravadas pelo baixo poder aquisitivo gradativamente acentuado da massa popular, vem reduzindo ainda mais o índice energético alimentar do consumidor brasileiro, índice esse já insuficiente anteriormente às crises atuais.

Sendo o valor energético do Feijão cozido da ordem de 320 calorias por 100 gramas do produto cozido e de 23,8 o seu valor proteico, também por 100 gramas, e calculada em 3.800 calorias as necessidades diárias para manutenção de um homem médio em atividade, segue-se que a ração de 400 gramas diárias de feijão cozido, proporcionarão ao seu consumidor cerca de 1.280 calorias e 95,2 gramas de proteínas vegetais.

Ver-se-á, portanto, pelos dados subsequentes, a tremenda importância do Feijão na alimentação nacional, pois que ele, isoladamente, supre, em altas percentagem, como complemento principal da dieta popular, as necessidades de manutenção do indivíduo de estatura média, nas suas exigências calóricas quotidianas. Para que aquela importância fique irrefutavelmente evidenciada, bastará o exame superficial do quadro

Produtos	Gramas	Calorias	Custo
Feijão	142	1.280	119,28
Arroz	100	169	55,00
Farinha	50	175	61,25
Carne	150	232	225,00
Batata	100	84	40,00
Verdura	100	93	40,00
Óleo	50	450	67,50
Cebola	50	20	7,50
Sal	15	—	3,15
Banana	200	197	40,00
Café (infusão)	240	72	16,00
Pão	150	395	70,00
Açúcar	150	596	43,50
Totais	1.497	3.758	788,18

acima onde se acha exemplificada a dieta que seria a usual, média, do homem comum brasileiro, cuja composição é imposta tanto pelas disponibilidades de alimentos existentes no ambiente, como pelo reduzido número de sua variedade e respectivos preços elevados.

Torna-se evidente, diante dos níveis atuais de salários, a ne-

cessidade de restrições quantitativas pelo consumidor, de alguns componentes da ração retro formulada, determinando, essas restrições, carência alimentar progressiva e seus perniciosos efeitos.

As deficiências atuais do suprimento de Feijão e o seu preço deveriam ser compensados por outros produtos proteicos, entre os quais figurariam as carnes em geral, ovos e laticínios que, entretanto, estão fora do vigente alcance financeiro da grande massa consumidora que só pode utilizar, em diminuta ração habitual, diária, os primeiros e apenas eventualmente os dois últimos.

Sobre essa ração exemplo, caberia uma série de outras observações dietéticas que fogem a finalidade deste trabalho. Queremos assinalar apenas que as crescentes deficiências da nossa produção de Feijão passarão a agravar a atual situação alimentar do homem comum nacional já bastante precária que, diante dos custos das diversas variedades dos alimentos supra alinhados e tendo por base o seu poder aquisitivo frente ao custo médio diário per capita daquela ração, exclusive as despesas de combustível e preparo, passará a um regime crescente de fome orgânica mais intensa ainda que a atual. Por isso, como fato

normal, já topamos, nas nossas frequentes andanças pelo país, com verdadeiras legiões de indivíduos sub-nutridos e mesmo esqueléticos, predominantes principalmente em todas as áreas fora dos centros das nossas grandes cidades onde essa presença, embora também impressionante aos observadores atentos, seja menos nítida aos des-

preocupados dada a sua mistura à predominante massa bem nutrida dos apressados transeuntes dos centros urbanos. É necessário anotar-se que a cada desnutrido visível, nas áreas das cidades ou fora delas, corresponde uma família carente de alimentação quer quantitativa ou qualitativamente adequada.

Admitida a população atual do Brasil (1966) em 84 milhões de habitantes e apenas 2/3 dela como consumidora de Feijão, segue-se que a produção necessária dessa leguminosa, para o ano agrícola próximo, seria da ordem aproximada de 3.000.000 toneladas a ser conseguida numa área de cerca de 5.000.000 de hectares de cultura exclusiva.

A estatística feijoeira de 1965, assinalou uma produção nacional de 2.289.796 toneladas numa área de cultura de 3.272.525 hectares. Diante desses números oficiais que não discutimos, o déficit da produção, no referido ano, teria sido apenas de cerca de 710.000 toneladas, correspondente a 23,3% em relação às necessidades, deficit esse que não se harmoniza com o da área plantada, de menos 1.727.475 há, correspondente a 65,4% da que seria necessária. Esse deficit de área ocasionou não apenas a falta de 710.000 toneladas do produto mas sim de 1.036.000.

O aumento quantitativo da população nos anos subsequentes, indicará a intensidade das vicissitudes próximas porque passará o consumidor. Esses números citados e os facilmente previsíveis, servirão de barômetro indicador do agravamento daqueles vicissitudes.

* * *

A produção de Feijão constitui, na realidade, uma atividade difícil além de dispendiosa em investimentos quando tecnicamente executada. Planta exigente sob o ponto de vista agrícola, tanto quanto à qualidade do solo e condições climático-meteorológicas como de tratamentos culturais e tempo e hora, ela é também sujeita a pragas e doenças, donde a razão da sua produtividade de baixo índice por força desses fatores conjuntos, predominante nas lavouras empíricas.

Considerando-se ainda a necessidade da evolução tecnoló-

gica de sua cultura dada a impossível continuidade dos métodos empíricos ainda prevalentes tanto no seu cultivo como na pequena extensão unitária das áreas hoje cultivadas, a sua moto-mecanização completa e irrigação sistemática, sob a condicional de tais práticas em áreas compatíveis com esse tipo de exploração, tornam-se impositivas por força do volume desse produto que o país está exigindo em larga e crescente escala.

E não é só. O problema da conservação do Feijão em condições satisfatórias de consumo, que retarde ou anule o seu endurecimento precoce e consequente resistência ao cozimento quando seus estoques perdurem ou ultrapassem de um ano, exige não apenas estudos experimentais e pesquisas ainda não efetuadas, ou não divulgadas no país, como também deveriam estes abranger, inclusive, a seleção e criação de variedades melhoradas em relação às atuais.

Se algo de proveitoso já existe realizado por pesquisadores de outros países, deverão os nossos técnicos colher in-loco, os resultados aí obtidos para formação de lastro contributivo às urgentes pesquisas e estudos nacionais correlatos.

* * *

Sobre o grande e palpitante problema o Engenheiro Agrônomo Dr. José Calil, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, publicou esplêndido estudo na revista "Cooperotia", de junho deste ano. Esse trabalho, que merecia e merece ainda divulgação nacional, ficou praticamente desconhecido do grande público e das autoridades técnico-econômicas e sociais do país, em virtude, infelizmente, do pequeno círculo de leitores daquela excelente revista especializada, de classe, cujo âmbito principal de circulação se restringe ao setor das atividades cooperativistas que aquele órgão procura esclarecer e melhor preparar.

Outro trabalho recente, de estilo e finalidade diferentes, da autoria dos Eng^{os}. Agrônomos Drs. Helio Pimentel e Tasso de Miranda, da 8.^a Agência Regional do Departamento Econômico, do Ministério da Agricultura, no Estado do Paraná, editado recentemente e versando sobre

— "Determinação do Custo de Produção do Feijão no Estado do Paraná" — focaliza, em linhas gerais e de forma conclusiva, a gravidade econômica e social do problema, além da matéria principal do trabalho que se refere a custos de produção daquela leguminosa.

Os dois trabalhos acima citados, principalmente o primeiro, dada a amplitude das considerações e das questões que encerra, precisariam ser compilados, estudados e meditados por assessoria capacitada que orientasse as autoridades nacionais de cúpula a fim de que o grande problema entrasse em pauta resolutive.

Embora já exista uma Comissão Brasileira de Feijão, criada pelo Ministério da Agricultura em 5-7-63, permaneceu ela praticamente inoperante até hoje, muito embora, reconhecida essa inoperância, a sua reestruturação tenha sido considerada inadiável pelos próprios membros do referido órgão na terceira e última reunião que efetuou.

A inoperância desse órgão pode ser aquilataada pelo número de reuniões que realizou — apenas 3 até 27-7-66 — apesar da calamitosa situação do abastecimento nacional de Feijão durante esse período de 3 anos de sua inexpressiva e improdutiva existência oficial.

Todavia, uma primeira medida de alcance imediato foi adotada por ela — a iniciativa de ser promovida a cultura do Feijão, por ocasião da entressafra do Arroz, na área única do Vale do Paraíba, como procedimento teste que autorize sua futura adoção e desenvolvimento em outras áreas similares. Dessa primeira tentativa, entretanto, por força, talvez, de data em que foi iniciada, não se espera, infelizmente, grandes resultados, motivo porque deve ela ser repetida insistentemente dentro de prazos compatíveis não só com a execução de inúmeras providências preliminares conforme anotações dos competentes promotores desse primeiro teste, como também com as datas de plantio mais aconselháveis.

Essa insistência deve ser mantida, principalmente, por força da necessidade de ser utilizada, na produção do Feijão, em maior escala e frequência, a infra-estrutura agrícola que já existe para o arroz. O tipo das pequenas culturas de Feijão

prevalentes, tem como sua infra-estrutura apenas a terra bruta, o machado, a foice, a enxada, a cavadeira e o braço forte, mas de capacidade limitada, do pequeno lavrador.

* * *

Decorrrente do que aqui já foi explanado, do estudo e análise dos dados estatísticos conforme os anexos deste (n.ºs. 1 e 2), não poderíamos, como conclusões, deixar de sugerir uma série de medidas impositivas e inadiáveis a serem adotadas, sem o que o problema, que é de ordem financeira pelos investimentos novos que exige, além de econômico e social, continuará evoluindo para situação pior. Assim sendo, passaremos a enunciar as que nos parecem fundamentais, exclusive a realização de estudos genéticos e de conservação do produto comercial que constituem obrigação dos órgãos oficiais de investigação:

- 1.º) instalação imediata, em número satisfatório e proporcional à área cultivada, de campos oficiais produtores de sementes selecionadas das variedades predominantes nas culturas atuais do país;
- 2.º) execução de um programa de contratação de campos de cooperação, com agricultores selecionados, visando a obtenção de grande volume de melhores sementes para distribuição, por venda, aos produtores;
- 3.º) campanha permanente que promova a conglomeração dos pequenos produtores e possivelmente de suas áreas de cultura, e providências práticas para criação de cooperativas aparelhadas que efetivem essa conglomeração, o seu financiamento e melhoramento de suas culturas sob o ponto de vista técnico e de máxima mecanização conjunta, ou isolada;
- 4.º) fundação e incorporação de grandes empresas agrícolas, produtoras especializadas dessa leguminosa. Este tipo de estabelecimento não existe no País. A sua implantação urgente, nesta fase da vida nacional, requer apóio financeiro oficial completo, sem o que nada será conseguido devido a tendência de fuga do capital, das iniciativas

agrícolas consideradas genericamente de baixa rentabilidade;

- 5.º) os financiamentos a todas as iniciativas que surgirem deverão ser concedidas a prazo longo e juros baixos, com períodos largos de carência para início dos serviços de amortização e juros compatíveis com o exercício da produção. Esses financiamentos deverão atender a implantação da moto-mecanização, a aquisição e instalação de aparelhagem irrigatória das culturas, de instalações várias, assim como de máquinas e demais produtos e aparelhos para sua defesa;
- 6.º) concessão de vantagens fiscais (municipais, estaduais e federais), a todos os produtores exclusivos do produto, extensíveis aos novos que se instalarem;
- 7.º) acorçamento, através de assistência técnica, financiadora e aquisitiva do produto, do plantio de ne-tressafa nos vales arrozeiros que possuam condições climáticas e meteorológicas satisfatórias, a exemplo do que já foi iniciado no Vale do Paraíba;
- 8.º) o Ministério da Agricultura deverá, com urgência, fornecer, pelo sistema de revenda, a longo prazo aos pequenos lavradores de cereais e de feijão, únicos produtores presentemente existentes no país, silos metálicos, tipo doméstico, de funcionamento manual e de capacidade entre 10 a 20 toneladas. Esse procedimento permitirá, de imediato, quando executado, maior rendimento, tanto em volume como em preço, das pequenas culturas de feijão, as únicas abastecedoras atuais do mercado consumidor brasileiro;
- 9.º) necessidade de campanha para interferência oficial e providências de todas as autoridades e órgãos — que, direta ou indiretamente, se relacionem, ou tenham responsabilidades no setor da alimentação pública quer seja sob os prismas fiscais, ordenadores, distéticos, tecnológicos de alimentos, diversificadores de suas variedades, na distribuição e ampliação

do volume destas, — junto a empresas privadas industriais do país, elaboradoras de produtos alimentares pré-fabricados, de consumo direto imediato, no sentido de que seja o feijão, como matéria-prima, utilizado, nessas indústrias, em maior escala e nos mais variados e diversificados tipos de alimentos;

- 10) estudo, projetamento e implantação de serviços oficiais assistenciais permanentes, aos produtores, nas suas áreas de produção;
- 11) instituição e pagamento de prêmios anuais em dinheiro, aos lavradores atuais (pequenos) que mais se distinguirem na produção, a juízo dos serviços oficiais assistenciais de suas lavras;
- 12) melhoramento do sistema de estradas vicinais, destinado a facilitar e baratear o escoamento da produção.

Da série das providências acima alinhadas impõe-se a antecipada adoção e prática das que se referem à implantação das grandes explorações agrícolas totalmente mecanizadas e irrigadas, sejam elas de caráter cooperativista, ou isoladas, de esfera individual.

Esse procedimento construtivo criará a necessidade de melhores sementes através do prévio desenvolvimento da cultura, fato este que obrigará os órgãos oficiais técnicos, abandonada a sua inércia atual, a promoverem tanto a produção de boas sementes em escala satisfatória e melhoramento das variedades existentes, como a criação de novas.

As providências contidas nos itens 3.º, 6.º, 8.º e 12 deverão ser inicialmente postas em prática na região do oeste paranaense, onde se situam, em várias de suas zonas, esplendidas realizações coloniais florescentes, constituídas de pequenos e médios lavradores proprietários.

* * *

A questão relativa ao financiamento das atuais atividades produtoras de Feijão permanece em ponto morto, dada a impraticabilidade do crédito às atuais culturas tanto pela sua extensão unitária liliputiana, imponderável às atuais normas creditícias, como pela sua generalizada esparsão e dificuldade de

acesso e controle, além da deficiência de conhecimentos do produtor não só da prática bancária de crédito nas suas várias modalidades, como dos modos operacionais vigentes de comercialização do produto.

Presentemente, a CREA não faz restrições a financiamentos da lavoura aqui considerada. Todavia os financiamentos desse órgão do Banco do Brasil à produção feijoeira estabelece área mínima de cultura, muito acima da média das existentes. Por isto têm sido nula a celebração de contratos de crédito dessa natureza com aquele órgão, dada a inexistência de lavradores em condições de sua licitação.

Diante desses aspectos, seria de toda a conveniência e mesmo urgente, que a CREA estabelecesse, inicialmente, para seus financiamentos, uma modesta área mínima de cultura da ordem de 5 hectares.

Não poderemos de forma alguma, sem um período de adaptação mental e material do nosso lavrador, pretender que as suas atuais micro-lavouras braçais passem de chôfre, em extensão de área cultivada, a unidades de dezenas de hectares. Entretanto, uma evolução, acreditamos, seria provocada e facilitada desde que adotado, inicialmente, aquele limite mínimo financiável, de 5 hectares de plantio exclusivo.

As razões dessas sugestões, eliminadas as considerações de ordem técnico-agronômica, residem, principalmente, no volume dos investimentos necessários para mecanização duma exploração de 50 a 60 hectares, cujo índice por ha é de ordem de 350.000 cruzeiros aos níveis dos preços de hoje, não considerados aqui o valor da terra, dos adubos, defensivos, aparelhagem irrigatória, combustíveis, manutenção de maquinária e as despesas de instalação e custeio, onde pesará a taxa de amortização.

Nessas condições, seria de grande alcance que tanto a CREA como os demais bancos que, compulsoriamente, possam vir a operar em financiamentos rurais, estabelecessem a área de 5 hectares como limite mínimo para financiamento.

Acreditamos que esse procedimento provocará uma satisfatória evolução agrícola na produção do alimento básico nacional, pois que será impossí-

UM CÁLCULO INTERESSANTE

Adalberto Serra

Embora represente a classe mais numerosa do País, os trabalhadores rurais continuam à margem dos "benefícios" da Previdência. Fala-se em assegurar pelo IAPI, aos que completaram 65 anos de idade, uma aposentadoria igual a "metade do salário-mínimo".

Prazo Anos	Capital acumulado (cruzeiros)	Renda mensal (2%) (cruzeiros)
1	50.000	1.000
5	402.500	8.500
10	1.580.000	31.600
15	5.037.500	100.750
20	15.175.000	303.500
25	44.750.000	895.000
30	132.000.000	2.640.000
35	387.500.000	7.750.000
40	1.135.000.000	22.700.000

São ínfimos, realmente, os ganhos no campo: de 500 a 1.000 cruzeiros por dia, resultando no máximo em Cr\$ 25.000 mensais. Assim o desconto de Cr\$ 2.000 para a Previdência (8%), com outro tanto do fazendeiro, perfazem Cr\$ 4.000 por mês, ou Cr\$ 50.000 por ano. Após 35 anos de trabalho, receberão os beneficiados um pro-

vel o milagre de uma mutação das suas condições atuais.

Aí ficam não somente a exposição do nosso problema — FEIJÃO — e seu equacionamento, como os comentários que o assunto nos sugeriu. A adoção isolada de simples burocratécnicas não criará possibilidades materiais objetivas de modificar o atual ambiente nacional de sub-produção. Ele requer atenção máxima e vontade resoluta da cúpula do Poder Executivo, além de sua disposição aplicadora de recursos financeiros pecados no financiamento dos investimentos indispensáveis à montagem de infraestrutura agrícola grande produtora, à altura de satisfazer a fome atual.

vento de Cr\$ 25.000, deixando à família apenas Cr\$ 12.000, o bastante para 4 kg de carne argentina, ou 20 de feijão mexicano! Como se alega que os cálculos atuais não permitem maiores benefícios, estudemos um outro sistema: o simples depósito bancário, em nome de cada lavrador, da mesma anuidade, à taxa em vigor no

Banco Central (24% ao ano, conta de prazo fixo):

Assim, após 10 anos de contribuição, a renda mensal ... (31.600 cruzeiros) já supera o próprio salário do camponês, que poderá desse modo, se aposentar de imediato; trabalhando mais 5 anos, obterá um provento de quatro salários, e com 35 anos o equivalente a três subsídios de deputado (quase 8 milhões)! Isto para não falarmos do juro astronômico de 22 milhões, no capital superior a 1 bilhão, acumulado em 40 anos.

O depósito bancário resulta portanto numa aposentadoria 220 vezes maior que a concedida pela Previdência; e assegura uma renda permanente, que irá persistir após a morte, como usufruto para todos os descendentes, até a quinta geração.

Isto é o que ensina a Velha Aritmética, ciência um tanto fora da moda... Pois como vimos, os "cérebros eletrônicos" da Previdência forneceram um resultado muito diverso...

Apreciaríamos assim que algum interessado refizesse os nossos cálculos, talvez errados, quem sabe?

Importantes contribuições ao fitossanitarismo no país

Geraldo Goulart da Silveira
Engenheiro Agrônomo

No período de 7 à 11 de Novembro realizou-se no Rio de Janeiro, convocada pelo Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, a X Reunião de Fitossanitaristas, que debateu e estudou problemas relacionados com a vigilância, a assistência e a investigação fitossanitárias, de acordo com o seguinte temário:

1 — Vigilância fitossanitária

Inspeção de culturas. Levantamento fitossanitário. Quarentena. Erradicação. Interdição.

Inspeção fitossanitária da importação, exportação, comércio e trânsito de plantas e produtos vegetais.

Proibição e restrição na introdução de plantas e seus produtos, bem como de organismos vivos para controle biológico de parasitos dos vegetais.

Convênios e Acórdos de Defesa Sanitária Vegetal.

Principais problemas de vigilância fitossanitária.

2 — Assistência fitossanitária

Problemas fitossanitários de maior importância nas regiões do norte, sul, noroeste, leste e centro-oeste.

Articulação de serviços — Acórdos, Convênios, Juntas e Comissões Executivas de Combate; articulação com órgãos federais, estaduais, autárquicos, institucionais, Serviço de Extensão Rural e Divisão de Produção Agropecuária.

Financiamento para as atividades de defesa sanitária vegetal.

Metodologia do trabalho de assistência fitossanitária.

Produtos fitossanitários — Assuntos relacionados com a produção, importação, co-

mércio e uso de inseticidas e semelhantes para a lavoura. Limitações de emprego quanto ao aspecto agrícola e de saúde pública. Problemas de resíduos tóxicos.

Máquinas e aparelhos de defesa agrícola.

Expurgo e conservação de grãos armazenados (porões de navios, armazéns e silos). Tratamento aéreo de culturas.

2 — Investigação fitossanitária

Problemas que requerem investigação fitossanitária.

Estudos atinentes à identificação e biologia dos agentes das doenças e pragas dos vegetais.

Produtos fitossanitários. Tecnologia e experimentação referente à ação profilática. Resíduos incidentais nos vegetais e seus produtos.

Articulação da investigação fitossanitária com a rede de experimentação agrícola.

Para o estudo dos problemas acima especificados foram constituídas três Comissões Técnicas, com a participação de 65 Engenheiros Agrônomos, que fizeram um balanço geral da situação do fitossanitarismo no país.

Dos estudos e debates realizados foram feitas 23 recomendações que depois de aprovadas nas respectivas Comissões Técnicas, mereceram a aprovação em sessão plenária e serão, portanto, tomadas as necessárias medidas para a sua efetiva implantação.

Além disso foram realizadas 18 palestras técnicas, conforme especificação a seguir:

1) — “Novos métodos de combate à broca de Café” (*Hypothenemus hampei*). A. A. Hollanda, P. R. Almeida & R. P. Cavalcanti. Instituto Biológico de São Paulo.

2) — “Contrôle do ácaro branco do algodoeiro (*Hemitarsonemus latus*) com diversos produtos em polvilhamento e pulverização”. P. R. Almeida, R. P. Cavalcanti, & R. P. Cavalcanti. Instituto Biológico de São Paulo.

3) — “Efeito do tratamento do solo com inseticidas e um nematicida sobre a produção de amendoim”. G. S. Neves, R. P. Cavalcanti & P. R. Almeida. Instituto Biológico de São Paulo.

4) — “Método para determinação da resistência a inseticidas em afídeos nas condições de laboratório”. Esmeralda J. R. Mello. Instituto Biológico de São Paulo.

5) — “Resíduos de Phosdrin em tecidos vegetais”. Antonieta Pigatti. Instituto Biológico de São Paulo.

6) — “Método de combustão para determinação de resíduos de mercúrio em tecidos vegetais”. Pedro Pigatti (relator), Antonieta Pigatti e O. Janotti. Instituto Biológico de São Paulo.

7) — “Ensaio para o controle do *Migdolus morretesia* Lane, praga da cana de açúcar”. Instituto Biológico de São Paulo.

8) — “Assistência Fitossanitária no combate às pragas do cacau na Bahia”. Cândido de Almeida e Silva, do PODEF de Itabuna. Bahia.

9) — “Etiologia do Mal de Sete Voltas da Cebola no Vale do Rio São Francisco”. Charles F. Robbs (relator) & Raul Duarte Ribeiro, Fitopatologistas da Escola Nacional de Agronomia.

10) — “Considerações em torno das pesquisas relacionadas com o polvilhamento aéreo de cacauais na Bahia”. J. A. Ventocilla (relator), J. M. de Abreu, E. Smith & P. Silva, do Centro de Pesquisas do Cacau. CEPLAC.

11) — “Influência dos produtos mercuriais voláteis e não voláteis no perfilhamento de toletes de cana de açúcar”. Pedro Vageler, técnico da Bayer do Brasil.

12) — “Aplicação de Malatol LVC em algodão e soja, e resultados preliminares do controle da lagarta do trigo (*Pseudoletia unipuncta*)”.

invisível da indústria

a maquiagem



TALCO INDUSTRIAL

DAS MINAS DA MAGNESITA S.A.
COM 99,11% DE TALCO PURO.

uma indústria
a serviço da indústria

Magnesita S.A.



O talco entra na fabricação e acabamento de milhares de manufaturas: cosméticos, papel, tintas, cêra, vernizes, plásticos, porcelana, inseticidas e produtos farmacêuticos. Temos para pronta entrega o tipo de talco que a sua indústria precisa, com a qualidade e finura tecnicamente especificadas em laboratório.



Projetos de Expansão financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Aliança para o Progresso) e pela SUDENE.



Máquinas e Equipamentos financiados pela USAID, através do FINAME (BNDE)



End. Telegráfico: MAGNESITA
BELO HORIZONTE - MG - Caixa Postal 208 -
Telefones: 2-9851 - 2-4546 - 2-9891 - SEDE E
FABRICAS - Cidade Industrial - Contagem - MG -
RIO DE JANEIRO - GB - Praça Pio X, 98 - 8.º
andar - Tels.: 43-3999 e 23-4751 • SÃO PAULO
- SP - Refratários - Av. Ipiranga, 1248 - conj. 1.601
- Tel.: 35-1577 - Talco: Largo 7 de Setembro, 34 -
11.º andar - sala 5 - Tels.: 33-7704 e 32-2849 •
SALVADOR - BA - Rua da Espanha - Ed. MARTINS
- sala 1.001 - Caixa Postal 246 • BARRA MANSA
- RJ - Av. Joaquim Leite, 465 - s/210 - Tel.:
2-304 • EUROPA - Minerais S/A 5, Rio de La
Confederação - Genève - Suisse • ARGENTINA -
Refractarios Argentinos - S. R. L. Lavalle 1.290
- 5.º Piso - Oficina 513/514 - BUENOS AIRES.

Pelo **SOM** se conhece a
TÊMPERA da
enxada
CORINGA!



"Tire o som" da enxada Coringa.
Parece um sino! É a qualidade
e a pureza do aço, a tempera
científica, sempre igual.
É o som que identifica
a enxada de maior "esti-
mação" em todo o Brasil!
Coringa está sempre
afiada, finindo, porque...

Coringa "afia-se por
si mesma enquanto
se trabalha!"

VEJA COMO: O fio da enxada é formado
por duas chapas de aço superpostas. O lado da fig.
n.º 1 - é de aço extra-doce; o lado da fig. n.º 2 - é de
aço extra-duro. Com o uso, desgasta-se em primeiro
lugar o lado da fig. n.º 1 - deixando sempre afiada
a lâmina de aço extra-duro - fig. n.º 2



Um produto da
IND. METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

Escritório: Rua Líbero Badaró, 471 — 20.º

Tel. 32-9339 — C. P. 8070 — São Paulo

Usina: SOROCABA — Est. de São Paulo

Rio de Janeiro: Av. Rio Branco, 39 — 18.º

andar — Sala 1801 — Fone 23-3597

Marcos Vilela & Leslie Davies, Eng. Agrônomos da Blenco S/A.

13) — "Contrôle dos insetos do solo em bataticultura com Granutox". Yoichi Ino, Eng. Agrônomo da Blenco S/A.

14) — "História de um inseticida Kilval". Helio Lepage, Conselheiro Técnico da Rhodia S/A.

15) — "Intoxicações por inseticidas fosforados". Nelson Planet, Toxicologista do Departamento Médico da Rhodia S/A.

16) — "Contribuição ao controle à broca da pimenta (*Capsicum annum*)". Eng.º Agrônomo Manoel Alves de Oliveira, do PODEF em Pelotas.

17) — "Resíduos incidentais em alimentos". Bromatologista Luís Alfredo C. Piragibe, do Laboratório Francisco Albuquerque do Estado da Guanabara.

18) — "Socorro hospitalar no Estado da Guanabara nos casos de intoxicação por inseticidas". Toxicologista Dr. Abrahão Isaac Waisman do Hospital Souza Aguiar.

A Sociedade Nacional de Agricultura, da mesma forma que nos anos anteriores, participou dos trabalhos da X Reunião de Fitossanitaristas, na pessoa do Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e Redator Técnico de sua revista "A Lavoura".

Foram auspiciosos e de mais alta relevância os resultados alcançados pela X Reunião de Fitossanitaristas e que veio mais uma vez demonstrar a sua oportunidade e objetividade para a elaboração dos programas e planos de trabalho do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura.

O elevado número de participantes, o alto nível das palestras e dos trabalhos apresentados e a objetividade das recomendações aprovadas representam o conceito de goza, dentro e fora do Ministério da Agricultura, o seu Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, pela direção do qual já passaram figuras expressivas de nosso fitossanitarismo, como Magarinos Torres, Costa Lima, Ferreira Lima e tantos outros.

CRIAÇÃO DE MARRECO

Pimentel Gomes

Quem viaja na China, principalmente nas imensas planícies cobertas de arrozais, quem visita as comunas rurais, algumas das 27 mil existentes, encontra uma enorme quantidade de marrecos. São alvinhentos, esbeltos, sadios, gordos, e se apresentam em quantidades verdadeiramente impressionantes. Há bandos de mil e mais de mil. Talvez de 3 mil a 5 mil. Invadem literalmente os tabuleiros com arroz alvo e os com arroz recentemente colhido. Comem insetos, outros bichinhos e os grãos de cereal que se desprenderam durante a colheita. Como há, por ano, duas safras de arroz no vale do Iangtzê, o rio Azul, e três safras no delta do rio Si. O rio Oeste, em Cantão, há sempre muito onde criar marrecos.

Os marrecos são todos de uma só raça, aliás muito boa. São marrecos de Pequim. O marreco laqueado é um dos patos mais afamados e saborosos da refinada culinária chinesa. Na China, deve haver muito mais marrecos do que galinhas. Pelo menos foi a impressão que tive atravessando as vastíssimas e muito bem cultivadas planícies chinesas e visitando muitas comunas rurais. Tal sucede porque a criação de marrecos é muito mais fácil do que a de galinhas. Ademais, é muito lucrativa.

O marreco de Pequim é afamadíssimo pelas suas extraordinárias qualidades. Consideram-no raça de corte. O marrequinho pesa mais de um quilo, com apenas cinco semanas de vida. Pesa dois quilos quando tem sete semanas. Pesa quatro quilos e meio, com 12 a 13 semanas. É o mais precoce dos marrecos. É uma fábri-



A criação de marrecos precisa e deve merecer a atenção dos avicultores, pelas boas perspectivas que apresenta

ca de carne e de muito boa carne. Com dois meses de idade, quando pesa aproximadamente três quilos e trezentos gramas, já pode ser sacrificado.

A marreca de Pequim é boa poedeira. Bota, em média anual, 120 ovos. Começa a postura com cinco meses de idade. A postura se inicia em julho. A marreca de Pequim não choca, embora seja boa mãe. Recorre-se à incubação artificial. Os ovos também podem ser incubados por peruas e galinhas, de preferência por patas. Um ovo pesa 80 a 90 gramas.

O marreco de Pequim é proveniente da China. Levaram-no para a Inglaterra. Passou, depois, para a Bélgica e a Alemanha. Alcançou os Estados Unidos. Chegou ao Brasil. Há alguns criadores de marrecos de Pequim, no nosso País. Tem faltado fomento. É pena que

a Comissão Nacional de Avicultura ainda não tenha dado, ao marreco de Pequim, o seu devido valor.

Há outras boas raças de marrecos. Cito o Corredor Indiano. Possui as boas qualidades comuns aos marrecos. Bota tanto ou quase tanto ovos quanto as melhores galinhas. É raça poedeira.

Parece originário da China, embora nos tenha chegado da Índia, como o seu nome indica. O macho adulto pesa quatro quilos e meio. A fêmea adulta, quatro quilos. O macho novo, quatro quilos. A fêmea nova, três quilos e meio. É uma raça rústica, vigorosa, voraz, muito precoce. Os marrequinhos podem ser sacrificados com dez semanas de vida. O ovo pesa, em média, 70 gramas. A marreca bota mais de 180 ovos por ano. A postura da marreca coincide

com a escassez de ovos de galinha.

É muito fácil criar marrecos. É muito mais fácil criar marreco do que galinha. E não é menos lucrativo. As instalações podem ser modestíssimas. Às vezes se resumem a quase nada.

Quem tem uma lagoa ou um açude, pode criar marrecos com extraordinária facilidade. Mais ou menos como o criam nos amplíssimos arrozais chineses. Os marrecos se adaptam perfeitamente a terrenos úmidos e pantanosos, onde as galinhas morreriam em pouco tempo. Pode-se até dizer que os marrecos gostam de tais terrenos, comuns nas fazendas brasileiras.

A criação é feita em liberdade. O terreno será dividido em parques, o que a facilita. Em cada parque haverá um abrigo rústico. Cerca-se o terreno do parque com tela de arame de 45 milímetros de malha. A tela terá um metro de largura. Esta será a altura da cerca. Na falta da tela, uma cerquinha de varas ou coisa equivalente, também com um metro de altura. Em cada parque haverá abrigos cobertos com sapé, folhas de palmeira ou coisa equivalente.

Haverá dois parques. O parque menor, com um terço da área disponível, abrigará os reprodutores com as ninhadas. No parque maior, com dois terços do terreno, viverão os marrecos depois de apartados das mães. Entre os dois parques, uma porta de comunicação.

Arrancam-se parte das plantas poludólicas que cobrem as margens da lagoa ou açude e as ilhotas que muitas vezes existem. Cerca de dois terços de cada parque deverão ficar limpos. Haverá capões de mato por aqui e por ali. Abrigarão os marrecos. Em cada parque deixar-se-á uma gleba seca. Nela se construirão os abrigos.

Quando as sumárias instalações estiverem prontas, começa-se a criação. Pode-se começar com quatro marrecos e dez marrecas. Em pouco tempo, ter-se-ão 200 marrecos. Podem ser criados 200 marrecos por hectare de terreno mais ou menos anfíbio.

GALINHA D'ANGOLA

Márcio Infante Vieira
Médico-Veterinário

Essa interessante e bonita ave africana vem sendo criada há muitos anos por todo o Brasil. Sua criação é feita em liberdade, nas fazendas, atingindo grande desenvolvimento em certas zonas.

Sua origem, o que produzem e como criá-las, são os assuntos que, de maneira simples, estuda o autor, no presente artigo.

É também conhecida por angolinha, capote, catirê, cocá e conquém, sendo originária da África.

Era criada, antigamente, como vigia, servindo ainda para afugentar ratos e ratananas.

Tem um grito estridente, que o povo diz significar: "tô fraco, tô fraco".

Há dois tipos ou raças de angolinhas mais criadas: a branca e a cinza com pintinhas brancas. Não há diferença entre elas, senão na cor. Portanto, a escolha depende do gosto do criador.

Para que serve

Produz uma carne muito apreciada e, segundo os entendidos, o peito da galinha d'Angola, quando bem preparado, é tão gostoso e fino quanto o do faisão.

Produzem ovos que, em qualidade e gosto, são semelhantes aos da galinha, embora sejam bem menores e de menor valor. Além disso, sua postura é pequena, indo de vinte a trinta ovos antes de cada incubação.

Sua criação

Pode ser feita de duas maneiras: em liberdades ou em confinamento. No primeiro caso, as aves são soltas e apenas recebem algu-

ma ração pela manhã ou à tarde, alimentando-se quase que exclusivamente de capins, insetos, vermes e outros alimentos que encontram, não dando quase despesas.

A criação, dessa maneira, dá poucos resultados, pois as angolinhas, que ainda não abandonaram alguns hábitos selvagens, só fazem os ninhos no mato, aparecendo, muitas vezes, já acompanhadas pelos filhotes.

Uma cena muito comum, nas fazendas e sítios em que são criadas, é a da família inteira ficar vigiando, esperando que a angolinha cante no mato para, em seguida, sair correndo para ver se acha o ninho.

Em geral, quando o ninho é achado, há vários ovos já velhos, estragados ou chocos.

O outro tipo de criação e em confinamento, isto é, as aves são mantidas presas, em cercados, com abrigos, e cobertos com tela, pois as angolinhas voam muito e fogem, sendo depois difícil tornar a prendê-las.

Incubação ou chôco

Como as angolinhas são muito assustadiças, às vezes abandonam os filhotes, não voltando mais ao local em que se encontram, o que faz com que morram, se forem ainda muito pequenas.

Por isso, é aconselhável chocar os ovos em galinhas, pois elas cuidam melhor dos pintainhos. Para grande número de ovos, pode ser feita a incubação artificial, isto é, em chocadeiras.

A incubação dura de vinte e seis a vinte e oito dias.

Criação dos filhotes

A cria dos filhotes pode

ser feita pelas próprias angolinhas, ou por galinhas, quando fôr empregada a incubação natural.

No caso de os pintainhos serem obtidos em chocadeiras, sua criação deve ser feita em criadeiras, da mesma maneira que os pintos, isto é, com calor até 15 cu 20 dias. É preciso tomar cuidado nos primeiros dias porque os filhotes têm propensão a ficarem espalhados, longe das campânulas.

Com 25 a 30 dias já podem ser soltos em liberdade, pois assim comem insetos e vermes.

Sua alimentação é a mesma que para os pintos e frangos.

Quando soltos, andam, o dia inteiro, em busca de alimentos, bastando que lhe seja fornecida uma ração de grãos pela manhã.

Na criação em confinamento, devem ser dadas as mesmas rações que para as galinhas, além de bastante verde, bem como um punhado de areia.

Com quatorze semanas dão mais ou menos um quilo, sendo a época de vendê-los para o corte.

Não é aconselhável criar galinhas d'Angola, sem antes obter mercado, pois, do contrário, não haverá compradores para grandes quantidades.

Sua colocação, em geral, é feita nos bons hotéis.



A LAVOURA

A

MAIS ANTIGA

REVISTA

AGRÍCOLA

EM CIRCULAÇÃO

NO BRASIL

A LAVOURA

Instantâneos de gente da roça

UM CÓDIGO

Dona Carminha

Vindo da cidade, onde trabalhara muitos anos, como mestre de obras, contratado para administrar a Fazenda do Recreio, Bernardino, moço bom de mando, entendeu, bestamente, de ter à cinta, bem à vista, um 38. Gostava, por cúmulo, depois do pagamento do pessoal, de mostrar sua perícia no tiro ao alvo. Hilário, encarregado da chácara da Sede, a quem isto, caladamente, ia "enchendo", de repente, ao ver que se preparava nova demonstração de pontaria, voz dura, alta, transborda:

— Seu Bernardino, quero ver se tem coragem de usar êste pau de fogo, p'ra valer.

E, indicando, com o dedo em

riste, o coração, repta:

— Dê um tiro, aqui.

Antônio interdito, o administrador, mudo, olha o desafian-te, enquanto êste, num crescendo rápido de fúria, grita:

— Não aguento mais. Seu revólver está me cotucando, desde que o senhor chegou. Se é por estar a frio que não o usa, er,tão, ouça. E passa a insultar, violentamente, da forma a mais brutal, o pobre Bernardino. Não escapam nem o nome da espôsa, nem o da mãe do ofendido.

Mantendo-se êste estático, Hilário, imperativo, proclama com tácita aprovação geral:

— Guarde isto. Não mostre, nunca mais, arma à toa.

Diversificação de Áreas Produtoras de Café

Tendo em vista a determinação baixada pelo Conselho Monetário Nacional, no sentido de que o IBC inicie, com a máxima urgência, a implementação do programa de estímulo à diversificação, o Instituto Brasileiro do Café torna público que seus órgãos técnicos já estão trabalhando ativamente na preparação do plano, para o qual se voltam, neste momento, tôdas as preocupações da Direção da Autarquia.

Consciente da extrema importância desse plano para o futuro da economia cafeeira nacional, o IBC espera poder oferecer às autoridades, no menor prazo possível, uma programação racional e factível, capaz de permitir o rápido início da diversificação das áreas produtoras de café.

QUANDO VENDER OS NOVILHOS

Oscar L. Osório Rheingantz
Eng. Agrônomo

Os problemas de PRODUTIVIDADE, de CUSTOS e de RENTABILIDADE passaram a ter novas dimensões para toda nossa atividade econômica em decorrência da política desinflacionária do governo e do seu esforço em implantar a "economia de mercado" no Brasil.

Além disso cresce a grita do consumidor contra a insuficiência de carne bovina, enquanto aumenta o interesse e a conveniência de sua exportação. Assim sendo, impõe-se o debate dos problemas da pecuária bovina com relação aos seus múltiplos aspectos, para que dê lugar, com presteza, as soluções de que carecem os pecuaristas, os consumidores, a Nação.

Um dos aspectos da problemática da pecuária de corte é a determinação da melhor idade de venda dos novilhos produzidos. A investigação econômica daria, certamente, uma resposta definitiva ao problema. Mas enquanto ela não for realizada (e diga-se de

passagem que a coisa é realmente complexa) faremos, a exemplo de outros, algumas considerações de sentido prático.

Antes de mais nada queremos deixar bem claro que não nos propomos determinar, para um certo momento, sob condições de mercado vigentes, qual a opção mais lucrativa para o criador. Entendemos que o pecuarista que explora determinada área de campos ou pastos não pode estar a todo momento alterando o seu sistema de operação sem sofrer graves prejuízos. Desejamos examinar a conveniência, para o criador de gado de corte, de avaliar, para o seu caso particular, a idade com que deve regularmente desfazer-se dos novilhos de modo a conseguir uma maior renda bruta da sua exploração, em regime normal.

Isso implica no exato conhecimento dos valores médios que poderão ser conseguidos, na região, para os novilhos de cada uma das idades, quer dizer, desde os terneiros por oca-

A pecuária bem conduzida e orientada, constitui, sem dúvida, apreciável fonte de riqueza.



sião do desmame até os bois de, digamos, 5 anos e meio. IJ, como a venda dos novilhos em determinada idade, é fator importante na composição do rebanho, será indispensável determinar qual a composição que existirá quando, por exemplo, os novilhos forem vendidos com ano e meio, com 5 anos e meio, e em qualquer outra idade.

A primeira coisa a fazer será "montar" a composição do rebanho numa área hipotética de 1.000 hectares de campo, mantendo inalteradas tôdas as condições com exceção da idade de venda dos novilhos. Nos exemplos

que apresentamos nos QUADROS I e II, permanecem fixas as seguintes condições:

- a) a primeira cria das vaquilhonas aos 3 anos de idade destas;
- b) as vacas dando 6 crias anuais consecutivas;
- c) As vacas velhas sendo vendidas gordas aos nove anos e meio;
- d) a taxa de produção anual, de 50% sobre o número de ventres;
- e) a lotação dos campos, de 1 cabeça índice-adulto;
- f) a mortandade inteiramente desprezada.

QUADRO I — Novilhos vendidos com 5 e meio anos de idade

Idade em anos	Fêmeas n.º de cabeças	Fator lotação	Hectares ocupados	Porcentagem sobre rebanho total	
				Existente	P/venda anual
0/1	150	x 0,25 =	37,5	7,2115	
1/2	150	x 0,60 =	90,0	7,2115	
2/3	150 (sobram 50)	x 0,90 =	135,0	7,2115	2 3038
3/4	100 ventres	x 1,00 =	100,0	4,8077	
4/5	100 ventres	x 1,00 =	100,0	4,8077	
5/6	100 ventres	x 1,00 =	100,0	4,8077	
6/7	100 ventres	x 1,00 =	100,0	4,8077	
7/8	100 ventres	x 1,00 =	100,0	4,8077	
8/9	100 ventres	x 1,00 =	100,0	4,8077	
9/10	100 (invernadas)	x 1,00 =	100,0	4,8077	4 8077
	1.150 (150 serão vendidas)		962,5	55,2885	7,2115
Machos					
0/1	150	x 0,25 =	37,5	7,2115	
1/2	150	x 0,60 =	90,0	7,2115	
2/3	150	x 0,90 =	135,0	7,2115	
3/4	150	x 1,00 =	150,0	7,2115	
4/5	150	x 1,00 =	150,0	7,2115	
5/6	150 (a vender)	x 1,00 =	150,0	7,2115	7,2115
Touros	30 (7,5 renov.)	x 1,00 =	30,0	1,4423	0,3606
	930 (157,5 serão vend.)		742,5	44,7115	7,5721

REBANHO

Fêmeas	1.150 (150 serão vendidas)	962,5 Ha	55 2885 % do rebanho
Machos	930 (157,5 serão vendidos)	742,5 Ha	44,7115 % do rebanho
	2.080 (307,5 serão vendidos)	1.705,0 Ha	100,0000 %

MESMO REBANHO EM 1.000 HECTARES

Fêmeas	674,4874 (das quais 87,9764 serão vendidas)	55 2885 % de cabeças
Machos	545,4539 (dos quais 92,3752 serão vendidos)	44,7115 % de cabeças
	1.219,9413 (dos quais 180,3516 serão vendidos)	100 0000 %

NÚMERO DE CABEÇAS VENDIDAS ANUALMENTE POR CATEGORIA

Novilhas excedentes	27 3255
Vacas velhas invernadas	58,6509
Touros para renovação	4,3988
Novilhos	87,9764

Total 180 3516 (Desfrute de 14,78%)

O QUADRO I nos dá a composição do rebanho quando os novilhos forem vendidos com 5 e meio anos, e o número de animais, por categoria, que serão vendidos anualmente (vaquilhonas excedentes, vacas velhas, touros e, finalmente, os novilhos).

QUADRO II — Novilhos vendidos com 8 a 10 meses (no desmame)

Idade em anos	Fêmeas n.º de cabeças	Fator lotação	Hectares ocupados	Porcentagem sobre rebanho total	
				Existente	P/venda anual
0/1	150	x 0,25 =	37,5	11,2782	
1/2	150	x 0,60 =	90,0	11,2782	
2/3	150 (sobram 50 p/venda)	x 0,90 =	135,0	11,2782	3,7594
3/4	100 ventres	x 1,00 =	100,0	7,5188	
4/5	100 ventres	x 1,00 =	100,0	7,5188	
5/6	100 ventres	x 1,00 =	100,0	7,5188	
6/7	100 ventres	x 1,60 =	100,0	7,5188	
7/8	100 ventres	x 1,00 =	100,0	7,5188	
8/9	100 ventres	x 1,00 =	100,0	7,5188	
9/10	100 (invernadas)	x 1,00 =	100,0	7,5188	7,5188
1.150 (150 serão vendidas)			962,5 Ha	86,4662 %	11,2782 %
Machos					
0/1	150 (todos serão vendidos)	x 0,25 =	37,5	11,2782	11,2782
Touros	30 (7,5 renovados)	x 1,00 =	30,0	2,2556	0,5639
180 (157,5 serão vendidos)			67,5 Ha	13,5338 %	11,8421 %

REBANHO

Fêmeas	1.150 (150 serão vendidas)	962,5	86,4662 % do rebanho
Machos	180 (157,5 serão vendidos)	67,5	13,5338 % do rebanho
1.330 (307,5 serão vendidos)		1.030,0 Ha	100,0000 %

MESMO REBANHO EM 1.000 HECTARES

Fêmeas	1.116,5039 (das quais 145,6309 serão vendidas)	86,4662 % do rebanho
Machos	174,7568 (dos quais 152,9123 serão vendidos)	13,5338 % do rebanho
1.291,2607 (dos quais 298,5432 serão vendidos)		100,0000 %

NÚMERO DE CABEÇAS VENDIDAS ANUALMENTE POR CATEGORIA

Novilhas excedentes	48,5437
Vacas velhas invernadas	97,0872
Touros para reposição	7,2815
Novilhos	145,6308
Total	298,5432 (desfrute 23,12 %)

No QUADRO II apresentamos o rebanho que existirá na mesma área de campo, 1.000 hectares, se o regime de exploração utilizado praticar a venda dos novilhos logo após o desmame, quer dizer, com 8 a 10 meses de idade. E igualmente o número de animais que serão vendidos anualmente, por categoria.

Esses dois quadros servem somente para indicar em detalhe o método que utilizamos para determinar a composição do rebanho, variando a idade de venda dos novilhos, desde terneiros desmamados até com 5 anos e meio.

Mas no QUADRO III apresentamos somente a composição do rebanho e o número de cabeças vendidas, por categoria, para cada um dos 6 casos sob análise, a saber, venda dos novilhos.

- com 8 10 meses de idade (desmamados)
- com 1 ano e meio
- com 2 anos e meio
- com 3 anos e meio

- com 4 anos e meio
- com 5 anos e meio

mantendo constantes não só a área de campo (1.000 hectares) como todas as demais condições que afetam a categoria e a quantidade dos animais desfrutados anualmente.

Como desejamos avaliar a melhor idade de venda dos novilhos, isto é, com que idade devemos vendê-los para que a receita bruta da fazenda seja a maior possível, torna-se necessário fixar o preço de venda das demais categorias, anual e obrigatoriamente desfrutadas, a saber:

a) vaquilhaonas excedentes (da substituição das vacas velhas);

b) vacas velhas invernaadas;

c) touros velhos os aquêles que devem ser afastados para evitar consanguinidade.

No QÜADRO IV aparecem os valores de venda das categorias acima citadas, onde tomamos os seguintes preços médios por cabeça:

— vaquilhaonas Cr\$ 120.000
— vacas velhas 160.000
— touros 220.000

e obtivemos, para cada um dos 6 casos, o valor da receita bruta nessas três categorias, receita essa que aumenta com a diminuição da idade de venda dos novilhos (da mesma forma que o número de cabeças desfrutadas anualmente).

Finalmente compusemos o QUADRO V, que apresenta os valores equivalentes de

venda dos novilhos em cada idade, e cuja análise nos permite estabelecer a idade de venda que nos é mais conveniente.

Nas condições aqui estabelecidas, esse quadro nos mostra que, se vendermos novilhos de 5 e meio anos a 160.000 a cabeça, teremos a mesma receita bruta em regime de exploração com venda dos terneiros desmamados, quando estes forem vendidos a..... Cr\$ 34.238 por cabeça. Então, se houver mercado para essa categoria de animal, e esse mercado estiver praticando negócios a preço

QUADRO III — DESFRUTE ANUAL EM 1.000 HECTARES, com lotação de 1 cabeça índice adulto por hectare

Condição variável: venda nov.	5 1/2 anos	4 1/2 anos	3 1/2 anos	2 1/2 anos	1 1/2 anos	No desmame
Rebanho (cabeças)	1.219,92	1.241,16	1.266,90	1.298,20	1.320,84	1.291,26

DESFRUTE POR CATEGORIA (cabeças):

Novilhas	29,3255	32,1544	35,5859	39,8248	44,6230	48,5437
Vacas velhas	58,6509	64,3088	71,1742	79,6497	89,2459	97,0872
Touros	4,3988	4,8231	5,3381	5,9737	6,6934	7,2815
	<u>92,3752</u>	<u>101,2863</u>	<u>112,0982</u>	<u>125,4482</u>	<u>140,5623</u>	<u>152,9124</u>
Novilhos	87,9764	96,4320	106,7612	119,4745	133,8689	145,6308
DESFRUTE TOTAL (cabeças): ..	<u>180,3516</u>	<u>197,7183</u>	<u>218,8594</u>	<u>244,9227</u>	<u>274,4312</u>	<u>298,5432</u>

QUADRO IV — VALOR DO DESFRUTE DE NOVILHAS EXCEDENTES, VACAS VELHAS E TOUROS, NA BASE RESPECTIVA DE Cr\$ 120.000, 160.000 e 220.000 (em cruzeiros)

Novilhas	3.519,060	3.858,528	4.270,308	4.778,975	5.354,760	5.825,244
Vacas velhas	9.384,144	10.289,408	11.387,872	12.743,952	14.279,344	15.533,952
Touros	967,736	1.061,082	1.174,382	1.314,214	1.472,548	1.601,930
	<u>13.870,940</u>	<u>15.209,018</u>	<u>16.832,562</u>	<u>18.837,141</u>	<u>21.106,652</u>	<u>22.961,126</u>

QUADRO V — TABELA DO VALOR EQUIVALENTE DE VENDA DOS NOVILHOS, EM CADA IDADE, PARA OBTER-SE RENDA BRUTA CONSTANTE DO DESFRUTE TOTAL ANUAL (Cr\$ por cabeça)

5 1/2 anos	4 1/2 anos	3 1/2 anos	2 1/2 anos	1 1/2 anos	No desmame
160.000	132.095	104.107	76.251	51.099	34.238
170.000	141.218	112.348	83.614	57.670	40.279
180.000	150.341	120.588	90.978	64.242	46.320
190.000	159.467	128.829	98.342	70.814	52.361
200.000	168.591	137.069	105.705	77.386	58.402
210.000	177.710	145.310	113.069	83.958	64.443
220.000	186.834	153.550	120.432	90.530	70.484
230.000	195.957	161.791	127.796	97.101	76.525
240.000	205.080	170.031	135.160	103.673	82.565

Tabcla calculada de acôrdo com as seguintes condições:

- Vaquilhonas dando a 1.^a cria com 44 meses de idade
- Novilhas excedentes vendidas aos 2 1/2 anos
- Vacas dando 6 crias anuais
- Taxa de produção dos ventres, de 50% ao ano
- Vacas velhas vendidas aos 9 1/2 anos
- 5 touros por 100 vacas em cria
- Renovação dos touros, anual, em 25%
- Lotação na base de 1 cabeça "índice: adulto" por hectare
- Índice de lotação de 0,25 para animais até 12 meses, 0,60 para animais de 1/2 anos, 0,90 para os de 2/3 anos, e de 1,00 para animais de mais de 4 anos

superior a éste, haverá maior receita se o regime de exploração girar em torno da venda dos desmamados.

Qualquer criador poderá fazer semelhante cálculo, desde que tenha conhecimento dos preços em vigor para cada categoria dos animais desfrutados. Basta perder algum tempo confeccionando e calculando os quadros apresentados. E não duvido que exista outra

"fórmula" mais prática, mais fácil e mais correta, que dispense, também, a colaboração de economista ou de contador.

Venda de Novilhas — Nos dois casos em que os novilhos foram vendidos com 1 1/2 anos e após o desmame, caberia investigar, ainda, o que ocorreria se as terneiras (fêmeas) excedentes também fôsem vendidas junto

com os novilhos, na mesma idade destes.

Idade da 1.^a Parição — Nesta análise consideramos que as vaquilhonas terão a 1.^a cria entre 3 e 4 anos de idade (com 44 a 48 meses). Muitos rebanhos do Rio Grande do Sul são mais retardados, ocorrendo a 1.^a cria dos 56 aos 60 meses de idade; nesse caso outra tabela deverá ser calculada.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

(Leis, decretos, portarias e outros atos oficiais de âmbito federal, inseridos no Diário Oficial)

DECRETO N.º 58.917 — DE 25 DE JULHO DE 1966

Altera os termos do Decreto n.º 57.392, de 7 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o recolhimento de diferenças de preços sobre esboques de trigo e seus derivados e determina outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal decreta:

Art. 1.º — Fica alterada a redação do art. 5.º item c, e parágrafo único, do Decreto n.º 57.392, de 7 de dezembro de 1965, que passa a ter o seguinte texto.

c) Para o Ministério da Agricultura 50% (cinquenta por cento), sendo 25 (vinte e cinco por cento) para ocorrer aos gastos com o desenvolvimento da triticultura nacional e para a participação no Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais, e 25% (vinte e cinco por cento) para ocorrer aos gastos adventivos com trabalhos e programas de pesquisa e experimentação, visando ao incremento da produtividade, por hectare, da lavoura tritícola no País, especialmente no tocante ao levantamento das áreas ecológicas apropriadas; emprego das técnicas mais recomendadas; adubação adequada; profilaxia fitossanitária, obtenção, desenvolvimento e aplicação de novas variedades de sementes e planejamento racional da mecanização;

Parágrafo único — O Banco Central da República do Brasil atenderá às solicitações para fornecimentos de verbas dos titulares dos órgãos nas alíneas a, b e c deste artigo, sendo que os recursos destinados ao Ministério da Agricultura serão depositados a ordem do Fundo Federal Agropecuário, de acordo com a Lei Delegada n.º 8, de 11 de outubro de 1962, sendo que serão aplicados exclusivamente nas finalidades mencionadas neste decreto.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Octávio Bulhões
Ney Braga

D. O. de 28-7-1966.

DECRETO N.º 58.984 — DE 3 DE AGOSTO DE 1966

Aprova o Regulamento da Lei n.º 4.716 de 29-6-65, que dispõe sobre o registro genealógico de animais domésticos no País.

O Presidente da República, usando as atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal e nos termos da Lei n.º 4.716 de 29-6-65:

Art. 1.º — Fica aprovada a Regulamentação sobre o Registro Genealógico que com este baixa.

Art. 2.º — A Regulamentação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 3 de agosto de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Ney Braga

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E EXECUÇÃO DOS REGISTROS GENEALÓGICOS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO PAÍS

Art. 1.º — O registro genealógico de que trata a Lei n.º 4.716, de 29 de junho de 1965, será realizado em todo o Território Nacional, de acordo com a orientação estabelecida pelo Ministério da Agricultura, ficando vedada a existência de mais de um registro genealógico para cada raça dos diferentes animais domésticos.

Art. 2.º — São considerados animais domésticos, para os efeitos deste regulamento, asininos, bovinos, bubalinos, equinos, suínos, ovinos e caprinos.

Art. 3.º — As entidades privadas referidas no art. 1.º da Lei n.º 4.716, de 29 de junho de 1965, deverão atualizar seus registros no Ministério da Agricultura, observadas as exigências deste regulamento.

Parágrafo único — As entidades previstas neste artigo deverão apresentar:

1) Certidão de inteiro teor dos Estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição, fornecida pelo Registro Público das Pessoas Jurídicas;

2) Mandato da diretoria em exercício, repetindo a apresentação toda vez que a mesma for renovada.

Art. 4.º — As exigências do parágrafo único do artigo anterior aplicam-se às entidades mencionadas nos parágrafos 1.º e 4.º da Lei n.º 4.716, de 1965.

Art. 5.º — As entidades incumbidas da execução do serviço de registro genealógico, de âmbito nacional, ficam autorizadas a celebrar convênios com outras entidades especializadas que ficarão sujeitas à orientação uniforme de trabalho de registro, determinada pela entidade detentora da autorização, observadas as disposições deste regulamento.

Parágrafo único — Entende-se por entidades filiadas aquelas que se organizarem sob os auspícios da entidade detentora de registro genealógico, a fim de atender as peculiaridades dos diversos Estados e Regiões do País.

Art. 6.º — A organização e a fiscalização do registro genealógico de equinos e asininos ficarão a cargo da Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional, à qual caberá indicar ao Ministério da Agricultura as entidades privadas em condições de realizar aquele registro, tendo em vista sua constituição e funcionamento.

Art. 7.º — As entidades que pleitearem a execução de serviços de registro genealógico devem ser especializadas, legalmente organizadas, devendo submeter-se às normas gerais de registro, estabelecidas no presente regulamento.

Art. 8.º — As entidades que executam e as que pretendam executar o registro genealógico devem apresentar Estatuto, Regulamentos e Instruções das quais constem, obrigatoriamente, além das exigências de interesse da própria entidade, outras referentes à organização e funcionamento dos trabalhos de registro, relacionados com os serviços de escrituração e provas zootécnicas (controle leiteiro, velocidade de ganho de peso, conversão de alimentos e outras).

Art. 9.º — Cada entidade deve possuir um Diretor do Serviço de Registro, obrigatoriamente técnico (agrônomo ou veterinário).

Art. 10 — As entidades que executam o registro genealógico devem possuir elementos de anotação (ficha, livros), devidamente rubricados, onde serão inscritos os animais.

Art. 11 — Nos elementos de anotação referidos no Art. 7.º, devem constar, sem qualquer rasura, dados sô-

bre genealogia, identificação, nascimento origem e propriedade, bem como inscrição dos nascimentos de produtos e outras ocorrências que possam dar idéia de produtividade e de reprodução.

Art. 12 — As diversas ocorrências, como coberturas, nascimento, transferência, mortes e anormalidades, devem ser enviadas pelos criadores, nos prazos previstos na regulamentação de registro de cada entidade, para as necessárias anotações na respectiva Associação de registro genealógico.

Art. 13 — Cada criador deverá manter uma escrituração zootécnica, capaz de orientar os trabalhos de registro, identificando, pelos meios adequados, e de modo perfeito, seus animais.

Art. 14 — As entidades poderão emitir certificados de registro ou "pedigrões", devidamente rubricados, de acordo com o critério adotado em cada regulamento de registro.

Art. 15 — Os animais submetidos a registro devem ser perfeitamente identificados, por marca a fogo, fotografias, diagramas, piques ou outros meios adequados, de fácil reconhecimento.

Art. 16 — As inspeções zootécnicas para efeito de registro genealógico e controle de produtividade, serão realizadas de acordo com a regulamentação de cada entidade do serviço de registro e das quais farão parte pelo menos um técnico (agrônomo ou veterinário), devidamente habilitado do Ministério da Agricultura ou das Secretarias Estaduais.

Parágrafo único — Por devidamente habilitado, entende-se o técnico credenciado por serviços já prestados ao registro genealógico em inspeções zootécnicas ou por estágio probatório nas entidades de registros.

Art. 17 — As entidades que não cumprirem as cláusulas constantes dos convênios, ajustes e contratos serão passíveis, nos termos do art. 7.º alínea b, da Lei número 4.716, ora regulamentada, das seguintes penalidades:

a) advertência que será aplicada nos infratores primários, tendo em vista a natureza e a circunstância da infração;

b) cassação da autorização ministerial, cabível nos casos de fraude ou reincidência em irregularidades já punidas com a pena de advertência.

Art. 18 — As entidades detentoras dos serviços de registro genealógico poderão proceder à cobrança de emolumentos, por elas estabelecidos, como retribuição dos seus serviços, sujeitos à aprovação do Ministério da Agricultura.

Art. 19 — Sempre que surgir a necessidade de transferência dos registros genealógicos, sob a guarda de órgãos governamentais para entidades privadas, far-se-á a publicação de editais, para estabelecimento de novos convênios.

Parágrafo único — As entidades interessadas dos serviços de registro genealógico estimularão, através dos meios ao seu alcance, a utilização, pelos criadores, dos processos que permitam avaliar a capacidade produtiva e reprodutora dos animais.

Art. 20 — Até o dia 31 de março de cada ano, as entidades de registro genealógico, incumbidas desses serviços, remeterão ao Ministério da Agricultura, Relatório de contas, com os trabalhos realizados, no ano anterior, ressaltando o número de animais registrados, as transferências, mortes e outras ocorrências que demonstrem a atividade do trabalho desenvolvido.

Art. 21 — As dúvidas suscitadas na aplicação deste regulamento o serão dirimidas pelo Ministério da Agricultura.

D.O. de 8/8/1966

DECRETO N.º 58.977 DE 3 DE AGOSTO DE 1966

Fixa os preços mínimos básicos relativos a safra de 1966/67, para os produtos: amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão milho e soja, das Regiões Central e Meridional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e de acordo com o disposto da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, com a nova redação dada pela Lei Delegada n.º 2, de 26 de setembro de 1962, cominadas ao Decreto-lei n.º 2, de 14 de janeiro de 1966, e Decretos números 57.391 e 57.660, respectivamente, de 7 de dezembro de 1965 e 24 de janeiro de 1966, decreta:

Art. 1.º — Fica assegurada ao amendoim e ao arroz, a farinha de mandioca e ao feijão, ao milho e a soja, das Regiões Central e Meridional, referentes à safra de 1966/67, a garantia de preços mínimos básicos para as operações de financiamento ou aquisição dos produtos, nas seguintes condições:

I — Amendoim

a) Classe graúda — o preço mínimo básico de Cr\$ 5.800 (cinco mil e oitocentos), por saco de 25 (vinte e cinco) quilos líquidos, do tipo 3, observadas as especificações baixadas pelo Decreto n.º 590, de 6 de fevereiro de 1962, acondicionado em sacaria nova de algodão ou juta e similares;

b) Classe miúda — o preço mínimo básico de Cr\$ 5.430 (cinco mil, quatrocentos e trinta cruzeiros), por saco de 25 quilos líquidos, do tipo 3, observadas as mesmas especificações do mencionado Decreto n.º 590, e condições.

II — Arroz

Para o produto em casca, acondicionado em sacaria nova de juta, dos tipos um (I) e dois (II), por saco de sessenta (60) quilos líquidos, de acordo com as especificações constantes dos Decretos números 28.098 e 50.814, respectivamente, de 10 de maio de 1950 e 20/6/191, ou outras equivalentes que vierem a ser estabelecidas oficialmente, os seguintes preços mínimos básicos:

a) Classe de Grãos longos — Cr\$ 10.500 (dez mil e quinhentos cruzeiros);

b) Classe de Grãos médios — Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros);

c) Classe de Grãos curtos — Cr\$ 9.500 (nove mil e quinhentos cruzeiros).

III — Feijão

a) o preço mínimo básico de Cr\$ 18.000 (dezoito mil cruzeiros) por saco de 60 quilos líquidos, para o produto acondicionado em sacaria nova de juta, das variedades Branca Preta e de Cór, compreendidos nesta última os seguintes feijões: rôxo (opaco ou lustroso), rosinha, jalo ou enxôfre, opaquinho, bico de ouro, mulatinho e creme, em conformidade com as especificações constantes do Decreto n.º 7.260 de 28/5/1941 ou outras equivalentes que vierem a ser estabelecidas oficialmente;

b) o preço mínimo básico de Cr\$ 14.400 (quatorze mil e quatrocentos cruzeiros), para os demais feijões não especificados na alínea "a" procedente igualmente exigidas as mesmas condições e especificações ali mencionadas.

IV — Farinha de mandioca

O preço mínimo básico de Cr\$ 3.700 (três mil e setecentos cruzeiros), por saco de 50 (cinquenta) quilos líquidos; para a farinha grossa do tipo 1 (um) das especificações constantes do Decreto n.º 7.785 de 3/9/1941, e com a tolerância mínima de 80% (oitenta por cento) do amido acondicionada em sacaria nova de algodão.

V — Milho

Para o produto acondicionado em sacaria nova de juta, do tipo 3 (três) por saco de 60 (sessenta) quilos líquidos, conforme especificações constantes do Decreto número 54.858 de 8/11/1964, os seguintes preços mínimos básicos:

a) Grupo "Duro" — Cr\$ 6.300 (seis mil e trezentos cruzeiros);

b) Grupo "Semi-duro" e "Mole" — Cr\$ 6.000 (seis mil cruzeiros);

c) Grupo "Misturado" — Cr\$ 5.580 (cinco mil quinhentos e oitenta cruzeiros).

VI — Soja

O preço mínimo básico de Cr\$ 8.700 (oito mil e setecentos cruzeiros), por saca de 60 (sessenta) quilos líquidos, para o produto do tipo 3, de qualquer das classes de acordo com as especificações constantes do Decreto número 471, de 5 de janeiro de 1962 acondicionado em sacaria nova de juta.

§ 1.º — Conceitua-se como safra de 1967 a colheita correspondente ao ano agrícola de 1966/67 compreendendo este o período de 1.º de agosto a 31 de julho do ano subsequente. Quanto à farinha de mandioca, entretanto, a safra se caracteriza pela fabricação da farinha que se processar no período que vai de março a dezembro de 1967.

§ 2.º — Conceitua-se igualmente por Região Centro Meridional os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, e o Distrito Federal.

§ 3.º — Os preços fixados nas alíneas "a" e "b" dos itens I e III deste Artigo são aplicados igualmente

ao amendoim e ao feijão tanto das águas como da seca.

Art. 2.º — Os preços consignados no Art. 1.º referem-se ao produto posto por centros de consumo do País atendidas as condições e especificações decorrentes da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, alterada pela Lei Delegada n.º 2 já mencionada.

§ 1.º — Para os efeitos deste decreto serão considerados Centros de Consumo os respectivos portos de escoamento ou as cidades de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Brasília, excluídas as duas (2) últimas para a soja, adotada a alternativa que mais convier ao produtor. Entretanto, fica facultado à Diretoria Executiva da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), com prévia audiência do Plenário, eleger centros de convergência da produção, no interior dos Estados, em função dos quais serão procedidas as deduções que incidirem sobre os preços mínimos básicos fixados neste decreto.

§ 2.º — Para a realização das operações de financiamento ou aquisição em outras localidades do interior, não definidas conforme o previsto pelo § 1.º, serão deduzidas as despesas necessárias à colocação do produto nas condições referidas no mesmo parágrafo na forma do Art. 6.º da Lei 1.506, de 19/12/51, modificada pela Lei Delegada n.º 2, de 26 de setembro de 1962.

Art. 3.º — As operações de aquisição ou financiamento serão realizadas com produtores ou suas cooperativas podendo, entretanto, as de financiamento, com opção de venda, em caráter excepcional, ser estendidas a beneficiadores, desde que comprovem ter pago aos produtores preço nunca inferior aos valores fixados no Artigo 1.º, observadas as disposições constantes do Decreto n.º 57.391 de 7 de dezembro de 1965, modificado em parte pelo Decreto n.º 57.6660 de 24 de janeiro de 1966 e as normas que forem estabelecidas pelo Plenário da Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 4.º — Os limites e prazos dos financiamentos previstos, neste decreto serão estabelecidos pela Comissão de Planejamento da Produção, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 1.506, de 19/12/1951, com a redução dada pelo artigo 1.º da Lei Delegada n.º 2, de 26/9/1962, atendidas as decisões ou Conselho Monetário Nacional exige do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 2 de 14/1/1966.

Art. 5.º — As operações a que se refere o artigo 1.º do presente decreto somente poderão ser realizadas até o dia 1.º de março de 1968.

Art. 6.º — A fim de proporcionar maior distribuição de crédito e de obter a interiorização do sistema de preços mínimos e Banco do Brasil Sociedade Anônima fica autorizado a celebrar convênios com Bancos oficiais, estaduais e regionais, e também com Bancos privados, para execução das operações previstas neste decreto, mediante normas e condições previamente aprovadas pelo Plenário da Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 7.º — Os ágio e deságio para os tipos não mencionados neste decreto terão estipulados em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 8.º — A Diretoria Executiva e a Comissão de Financiamento da Produção indicará os níveis de preços mínimos líquidos nos Centros de Convergência, em função das deduções que normalmente incidem sobre os preços básicos fixados neste decreto.

Art. 9.º — Ficam liberadas as exportações dos produtos agrícolas amparados pelos preços mínimos nos termos deste decreto, da safra referente ao ano agrícola de 1966/67.

Art. 10 — A Comissão de Financiamento da Produção expedirá as instruções necessárias à execução deste decreto.

Art. 11 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 3 de agosto de 1966 — 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Oktávio Bulhões
Ney Braga

D.O. de 5/8/1966

DECRETO N.º 58.978 DE 3 DE AGOSTO DE 1966

Cria as Estações Experimentais da Rodovia Belém-Brasília e do Sudoeste do Paraná, subordinadas, respectivamente, ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) e Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS), do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas as Estações Experimentais da Rodovia Belém-Brasília e do Sudoeste do Paraná, subordinadas, respectivamente, ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte e Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul, do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — As duas referidas unidades serão localizadas segundo as conveniências regionais recomendadas por Comissões técnicas que serão designadas pelo Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura ou por autoridades por ele designadas.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, 3 de agosto de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Ney Braga

D.O. de 5/8/1966

DECRETO N.º 59.001 DE 5 DE AGOSTO DE 1966

Disciplina os incentivos fiscais para a constituição, reforço e recomposição do capital de trabalho das atuais empresas industriais e agrícolas com sede no Nordeste e das outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Os depósitos efetuados de conformidade com os artigos 34, da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e 18, da Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963, com a nova redação constante do art. 18, da Lei n.º 4.869, de 1.º de novembro de 1965, e correspondentes ao imposto de renda devido até o exercício financeiro de 1966, inclusive, poderão ser liberados, a critério da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), até o limite de 30% (trinta por cento) do valor de cada depósito, para fins de constituição, recomposição e reforço do capital de trabalho das atuais empresas industriais e agrícolas com sede no Nordeste.

§ 1.º — Os recursos liberados na forma deste artigo serão utilizados na integralização do aumento de capital das empresas beneficiadas, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, a 50% (cinquenta por cento) de seu capital realizado, consoante registro em 30 de junho de 1966.

§ 2.º — Mediante aprovação prévia da SUDENE e concordância dos interessados, os recursos de que trata este artigo poderão ser transferidos para a empresa beneficiária e mantidos em conta especial de passivo não exigível, em nome da pessoa jurídica depositante, para que seja incorporados ao capital da empresa no prazo que a SUDENE fixar.

§ 3.º — Os benefícios instituídos neste artigo somente serão concedidos se expressamente solicitados à SUDENE, dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação deste decreto.

§ 4.º — Terão prioridade no atendimento à utilização dos recursos previstos neste artigo, as empresas que assumirem o compromisso de vender, com presteza, os imóveis e outros bens patrimoniais, visando a recomposição e reforço do seu capital de trabalho e normalização de sua situação financeira.

Art. 2.º — Compete à SUDENE, mediante requerimento das empresas interessadas, instruído com a documentação e informações necessárias à análise de sua situação econômico financeira, decidir sobre a concessão dos favores instituídos neste decreto, na proporção e nas condições que julgar adequadas.

Parágrafo único — Será exigido das empresas requerentes que incorporem ao seu capital social o valor dos lucros suspensos, créditos de sócios ou acionistas e fundos especiais registrados em seu balanço do exercício mais recente, ou na data da apresentação do requerimento, a critério da SUDENE.

Art. 3.º — As empresas que obtiverem os favores instituídos neste decreto não poderão realizar novas immobilizações fixas ou financeiras de valor superior a 5% (cinco por cento) do seu capital realizado, salvo mediante novo aumento de capital ou expressa autorização da SUDENE.

Art. 4.º — Nos aumentos de capital previsto no artigo 1.º, é obrigatória a subscrição de, pelo menos, 10 (dez) pessoas jurídicas distintas, cada uma das quais com a participação máxima de 10% (dez por cento) salvo casos especiais a critério da SUDENE.

Art. 5.º — As empresas que já houverem obtido da SUDENE autorização para incorporar ao seu capital recursos provenientes dos depósitos referidos no art. 1.º e que te-

nham necessidade de reajustar suas estimativas de capital de trabalho poderão reformular os projetos originariamente aprovados, solicitando à SUDENE a complementação de recursos a que tiverem direito, com base nos mencionados depósitos, na forma da legislação em vigor sobre a matéria.

Art. 6.º — A inobservância das condições específicas fixadas, em cada caso, pela SUDENE, para a concessão dos favores previstos neste decreto, constituirá impedimento para o deferimento de qualquer pedido posterior da em. presa perante a mesma autarquia, cessando, automaticamente, quando houver, o benefício referido nos arts. 19, da Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, e 13 de 16 da Lei n.º 4.239 de 27 de junho de 1963.

Art. 7.º — Continuam em vigor as normas constantes dos regulamentos aprovados com os Decretos ns. 55.334-A, de 31 de dezembro de 1964, e 58.666-A de 16 de junho de 1966, no que não colidirem com as estabelecidas neste decreto.

Art. 8.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Octávio Bulhões
João Gonçalves de Souza
D.O. de 8-8-1966

DECRETO N.º 59.057 — DE 11 DE AGOSTO DE 1966

Transforma em "Escola de Didática do Ensino Agrícola" o atual Curso de Didática do Ensino Agrícola, sem aumento de despesas, e determina outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º 1, da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo M.A. 090-00507 de 1966, decreta:

Art. 1.º — O Curso de Didática do Ensino Agrícola previsto no § 2.º do art. 8.º da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946, fica transformado em "Escola de Didática do Ensino Agrícola", com sede no Estado da Guanabara e subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura (SEAV).

Art. 2.º — A Escola terá por finalidade dar formação pedagógica aos professores de Cultura Técnica e de Economia Doméstica Rural, bem como, o aperfeiçoamento dos demais professores dos estabelecimentos da rede da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Parágrafo único. A Escola poderá matricular também candidatos estrangeiros à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 3.º — O corpo docente da Escola de Didática do Ensino Agrícola será constituído de professores do ensino agrícola, lotados na SEAV e designados por ato do Superintendente para ter exercício no mesmo Estabelecimento.

Art. 4.º — Dentro de 30 dias a contar desta data o Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário submeterá a aprovação do Ministro da Agricultura o Regimento Interno da Escola.

Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Ney Braga
D.O. 16-8-1966

Portaria n.º 203 de 23 de Maio de 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura,

Considerando que o crédito rural, sistematizado pela Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País fixada pelo Ministério da Agricultura e tendo em vista o bem estar do povo;

Considerando que caberá ao Ministério da Agricultura papel de relevância nos estudos e planejamento na política nacional do crédito rural;

Considerando que se torna indispensável o aparelhamento do Ministério da Agricultura para o exercício das novas atribuições que lhe forem cumpridas resolve:

N.º 203 — 1.º Criar junto à Secretaria Geral da Agricultura e vinculado ao Setor de Estudos Econômicos um Grupo de Crédito Rural GCR com a finalidade de estudar, planejar e assessorar ao que concerne a assuntos relacionados com a execução da política nacional de crédito rural.

2.º) — O GCR será prelidido pelo Secretário-Geral da Agricultura e contará com um Conselho Técnico e uma Secretaria Executiva;

3.º) — O Conselho Técnico será integrado pelos seguintes membros:

Hernani Santiago Tribuzzi
Aloisio Campelo
Alexandre Caminha de Castro Monteiro
Camilo Calazans de Magalhães
José Ribamar de Melo
José Pires de Almeida
Wander Said
Winia Joachim Farberow
Ivo Pinto Ribeiro de Carvalho

4.º) — O Secretário Geral da Agricultura designará responsável pela Secretaria Executiva do Grupo de Crédito Rural.

5.º) — Os integrantes do Conselho Técnico poderão, em casos especiais, e por prazo fixo, propor substitutos eventuais, a serem designados pelo Ministro da Agricultura.

Ney Braga
D.O. de 10-6-1966

Portaria n.º 214 de 2 de junho de 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Considerando o esforço do planejamento regional da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Vale do Pajeú, consubstanciado no Ofício SG 103-66, datado de Afogados da Ingazeira, 20 de maio de 1966.

Considerando que as atividades daquela região incidem em cerca de 70% em serviços agrícolas e, por conseguinte, ser justa a ajuda do Ministério da Agricultura no sentido de colaborar com a referida Comissão em perfeita harmonia de entendimentos com o governo do Estado e com os órgãos deste Ministério em Pernambuco, resolve:

N.º 214 — Criar um Grupo de Trabalho integrado por Dom Francisco Austregésilo de Mesquita — Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Vale do Pajeú, pelo Agrônomo Chefe do Departamento de Fomento da Produção — Camoo de Monta — Dr. Evandro Cabral e pelo Prefeito do Município de Igaraci — Waldecyr Magalhães Arruda, a fim de efetuar estudos preliminares no sentido de sugerir a este Ministério, dentro dos trâmites normais, as medidas que se fizerem necessárias para que se possa realizar a ajuda pleiteada no Ofício acima referido.

Ney Braga
D.O. de 13-8-1966

PORTARIA N.º 216 DE 3 DE JUNHO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a proposição do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 87, de 23 de fevereiro de 1966, resolve:

N.º 216 — Constituir um Grupo Técnico, integrado pelos Veterinários — Vicente de Paula Mendes Peloso — Mário Alvaro Rache — Ruy Brandão Vale e José Francisco Guimarães e Drs. Rubens Telecheá Clausell — Mário Vilhena e Roberto Bebiano Costa, para, sob a presidência do primeiro, realizar estudos com o fim específico de estabelecer um Plano Diretor para a avicultura brasileira, nos aspectos de produção e da comercialização, fixado metas, prazos e medidas outras para sua concretização, no prazo de 60 (sessenta) dias.

D.O. de 13-8-1966

Portaria n.º 268 de 22 de Junho de 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, resolve:

N.º 268 — Alterar o art. 3.º e parágrafo 1.º da Portaria n.º 34, de 27 de janeiro de 1966, publicada no D.O. de 8-2-66, os quais passarão a ter a seguinte redação:

Art. 3.º — O Grupo de Trabalho funcionará em local designado pelo titular da Pasta da Agricultura e será integrado pelo Superintendente da SUDEPE e representantes do Museu Nacional, CIBRAZEM, Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica.

§ 1.º — Caberá ao Ministro dos Negócios da Agricultura a presidência do Grupo, substituindo-o em suas ausências eventuais aquele que por ele for indicado.

D.O. de 30-6-1966

A LAVOURA
1897 — 1966



O cimento "Mauá"
supera as especi-
ficações exigidas
para cimento Por-
tland no mundo
inteiro.



Economia

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprimindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
RIO DE JANEIRO



Teria mais... Estas, entretanto, serão suficientes para convencê-lo a vacinar periodicamente o seu gado contra a febre aftosa.

1 A aftosa só é evitada com vacina 2 A aftosa reduz em 14% a produção de leite 3 O animal atacado pela aftosa produz uma arroba a menos de carne 4 Enfraquece os animais de tração 5 A aftosa pode provocar abortos 6 Prejudica a fertilidade 7 A aftosa é impecilho à exportação de carne e de reprodutores 8 A aftosa provoca a mortandade de bezerros 9 É altamente contagiosa 10 Causa prejuízos anuais de 250 bilhões de cruzeiros à economia nacional.

É melhor prevenir do que remediar. De 4 em 4 meses, vacine seu gado contra a febre aftosa. E use vacina trivalente, com aprovação do Ministério da Agricultura. E lembre-se:

AFTOSA SE COMBATE COM VACINA

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A FEBRE AFTOSA

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



